

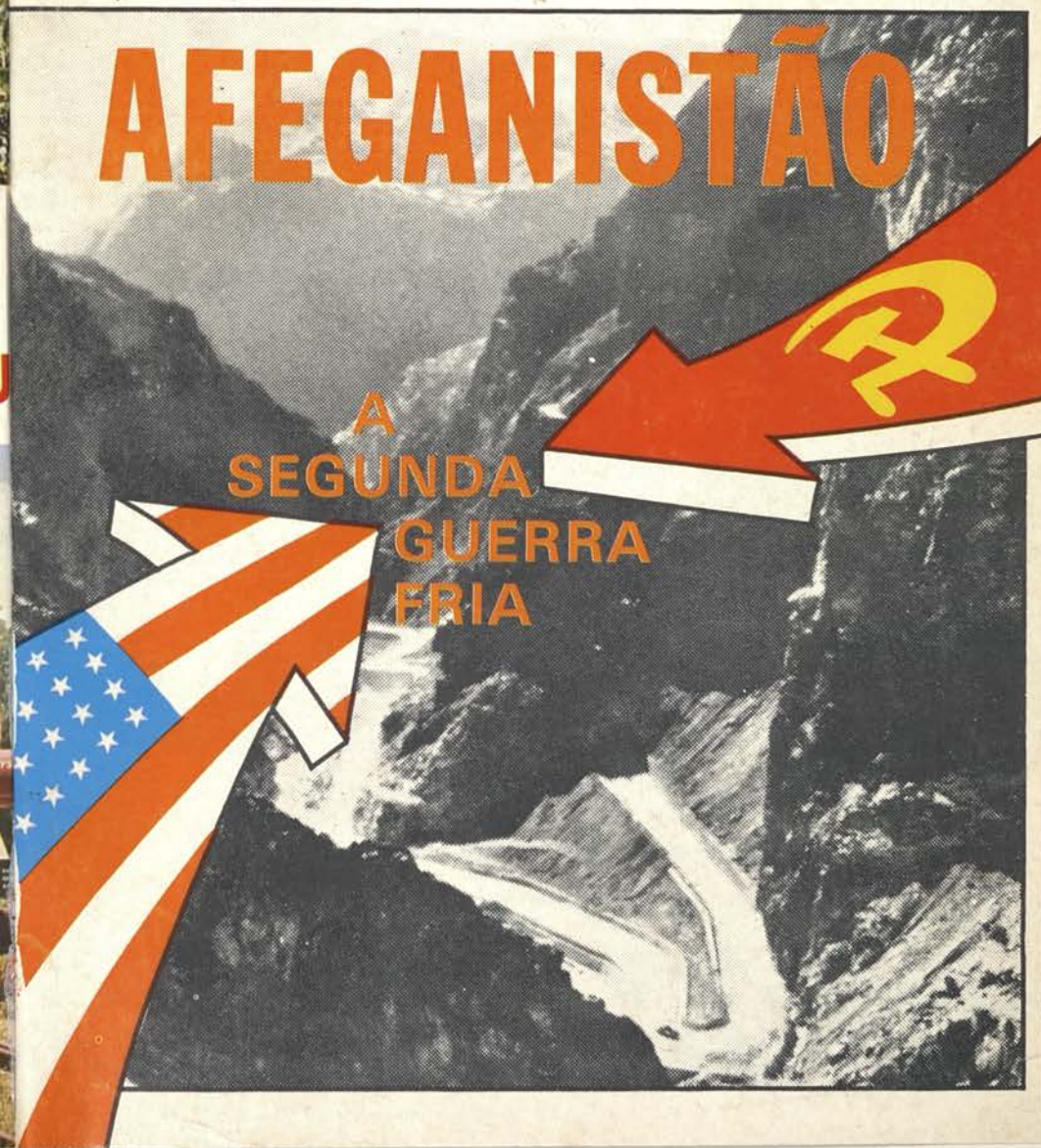
cadernos do terceiro mundo 21

CUBA
a exigência
revolucionária

EV./MARÇO 1980 — 40\$00 ESC. 40,00 KZ 40\$00 ESC. MOÇ. 40,00 PG — ANO III N.º 21

AFEGANISTÃO

A
SEGUNDA
GUERRA
FRIA



Saiu o Guia do Terceiro Mundo 1980



Suplemento anual dos
países do
terceiro
mundo

ÁSIA, ÁFRICA E
AMÉRICA LATINA
NUM SÓ VOLUME

HISTÓRIA
GEOGRAFIA
ECONOMIA
POLÍTICA



MAPAS, DADOS ESTADÍSTICOS
E MONOGRAFIAS
DE MAIS DE
130 PAÍSES



... de que nem todos gostam.



neste número:

Editorial 4

A Segunda Guerra Fria
— Roberto Remo 10

Afganistão: No centro da tempestade
— Roberto Remo 17
Vietnã: O combate será sempre pela paz
— Maria Fialho 28

Sara: 1980, ano da consolidação de República Sarauí
— Baptista da Silva 37
Os árabes e a África Negra
— Carlos Comitini 44
Zimbábue: Fiquei cansado de matar civis
46
Moçambique: Pegar o leão pelo rabo
— Carlos Pinto Santos 51
Angola: Na hora do balanço
54
Comunicado do Bureau Político do Comité Central do MPLA — Partido do Trabalho sobre a situação na África Austral
58
África do Sul: Os que dizem Não
60

Cuba: A exigência revolucionária
— Victor Bacchetta 64
Uruguai: Para um acordo nacional
— Diego Achard e Juan Ferreira 71
Convergência Democrática
— Daniel Waksman Schinca 78
Venezuela: Pela independência e a democracia social
— Cristina Canoura 82
El Salvador: Com a unidade do povo até à vitória final
88

panorama 90

armamento 94

informação 97

cultura 101

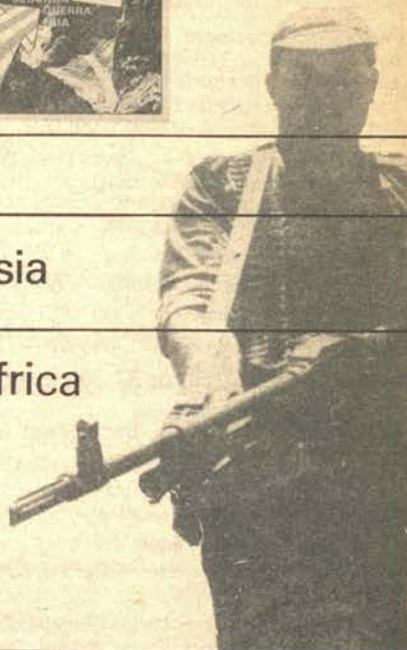
desporto 109

almanaque 116

Ásia

África

América Latina



cadernos del
**tercer
mundo**

**third
world**

cadernos do
**terceiro
mundo**

Publicação Mensal — N.º 21 — Fev./Março de 1980

Edição em Português dos «Cuadernos del Tercer Mundo» e «Third World»

Director: Pablo Piacentini
Editor Internacional: Neiva Moreira
Editora Adjunta: Beatriz Bissio
Redactor-Chefe: Roberto Remo
Apartado Postal 20-572 — México 20, D. F.

Edição em Espanhol — Ano IV — N.º 36
Periodistas del Tercer Mundo, A. C.
San Lorenzo, 153, Desp. 406
México 12, D. F. — Tel. 559-3013
Editor: Gerónimo Cardoso

Edição em Inglês — Ano II — N.º 7
Editor: Fernando Molina

Edição em Português — Ano III — N.º 21
Tiragem deste número: 37 000 exemplares

Tricontinental Editora, Lda.
Rua Pinheiro Chagas, 41, 2.º, Dt.º — Telef. 56 13 30
Lisboa 1000
Calçada do Combro, 10, 1.º
Lisboa 1200

Editor: Altair L. Campos
Administração: Ernesto Pádua
Redacção: Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos
João Escadinha

Colaboram neste número: Carlos Comitini, Cristina Canoura, Daniel Waksman Schinca, Diego Achard, Duda Guennes, Elsa Rodrigues Santos, Jim Lobe, José Carlos Vieira, Juan Ferreira, Maria Fialho, Noreene Janus, Rafael Roncagliolo, Vasco e Víctor Bacchetta

Os Cadernos do Terceiro Mundo utilizam os serviços de:

Agência de Informação Moçambicana (AIM), Angola Press (ANGOP), Inter Press Service (IPS), Irakian National Agency (INA), SHIHATA (Tanzânia), Nipon Agency News (NAN) e Prensa Latina (PL). Mantém intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Tempo (Moçambique), Novembro (Angola) e Prisma Internacional (Cuba).

Distribuição: Dijornal/Distribuidora de Livros e Periódicos, Lda. — Rua Joaquim António de Aguiar, 64, 2.º, Dt.º — Lisboa.

Composição e Impressão: Empresa do «Jornal do Comércio» — Rua Dr. Luís de Almeida e Albuquerque, 5 — Lisboa 1200 — Portugal.

DISTRIBUIÇÃO

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livreira, Praceta Farinha Leitão, 27, Luanda. BELICE: Cathedral Book Center, Belize City. CABO VERDE: Instituto Caboverdeano do Livro, Rua 5 de Julho, Cidade da Praia. COSTA RICA: Librería Tercer Mundo, S. A., Contiguo Palácio Municipal, San Pedro Montes de Oca. EQUADOR: Edicionesociales, Córdova 601 y Mendiburo Guayaquil, Ecuador. Librería Siglo XX, García 420 y 8 de Diciembre, Quito. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente No. 1030. ESTADOS UNIDOS: Librería Libro-Libro, 220 W. 14th St., N. Y., 10011. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 15005 Paris. GRÁ-BRETANHA: Latin American Book shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e do Disco, Conselho Nacional de Cultura, Librerías de Cristal, y 100 librerías en todo el país. MOÇAMBIQUE: Instituto Nacional do Livro e do Disco, Av. Ho Chi Minh, 103, Maputo. PANAMÁ: Librería Cultural Panameña, S. A. Av. España, 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarka, Camaná 878, Lima-1. PORTO RICO: Librería Puerto Rico, Calle Huanacao 1009, Río Piedras, San Juan — Librería La Tertulia, Amália Marín, esq. Av. González, Río Piedras. REPÚBLICA DOMINICANA: Instituto Americano del Libro, Calle Arzobispo Noel, 358, Santo Domingo — Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez, 41, Santo Domingo. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUÉCIA: Wennergren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S. A., Av. México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.

ASSINATURAS

Portugal:

Anual (12 números)
Esc. 380\$00
Semestral (6 números)
Esc. 220\$00

*Angola, Cabo Verde,
Guiné-Bissau,
Moçambique,
S. Tomé e Príncipe:*

(12 números, via aérea)

Esc. 600\$00
ou US\$ 14.00

Restantes países:

(12 números, via aérea)

US\$ 17.00

Afeganistão é o centro

Quase dois meses decorridos após a tomada do poder em Cabul por Babrak Karmal e da presença de tropas soviéticas no país, o Afeganistão continua no "centro da tempestade".

Lógico portanto que tenhamos escolhido o Afeganistão e a situação política internacional para assunto de capa deste número dos "Cadernos". Dois textos do nosso redactor-chefe Roberto Remo procuram analisar, indo ao fundo das reais razões e com a objectividade que nos é possível, o tema mais escaldante da actualidade. Também o editorial é dedicado à escalada norte-americana — toda ela feita de hipocrisia e demagogia eleitoral —, que pretende ser a resposta de Washington à intervenção soviética no Afeganistão. E como a represália ianque passa igualmente pela tentativa de boicote dos Jogos Olímpicos o nosso habitual colaborador em matéria desportiva, Duda Guennes, vem lembrar

que política e Olimpíadas nunca estiveram separadas. Nem nos tempos das rivalidades entre Esparta e Atenas.

Na altura em que se comemora o quarto aniversário da República Árabe Sarauí Democrática o nosso camarada Baptista da Silva (actualmente em reportagem na Guiné-Bissau e Cabo Verde donde trará seguramente muito material de interesse para os leitores) faz um balanço do que representou 1979 na luta de libertação do povo sarauí.

Está em curso em Cuba uma campanha cujo *leit-motiv* é a eliminação dos erros e deficiências que ainda prevalecem 21 anos após o início da Revolução socialista. Victor Bacchetta analisa os aspectos mais salientes desta "exigência revolucionária".

São estes alguns dos temas do número 21 dos "Cadernos".

Uma última observação: o Guia de 80, finalmente nas livrarias e nos quiosques, tem tido uma óptima receptividade. Leitores e camaradas de profissão não lhe têm regateado elogios. O mérito do êxito só em parte cabe à redacção de Lisboa; ele vai sobretudo para os nossos companheiros do México.

O Editor

correio do leitor

Mas não vos escrevo só para fazer elogios. E aqui vão três críticas que gostaria fossem entendidas como sugestões: 1) continuam a existir muitas gralhas tipográficas nos "Cadernos". Não será possível eliminá-las de vez? 2) A revista continua a dedicar pouca importância aos aspectos culturais. E a cultura terceiro-mundista (sobretudo a africana) é tão mal conhecida... 3) Porque será que a edição mexicana não é distribuída aqui em Espanha? Garanto-vos que existe um público potencial muito largo.

Cristina Semedo
Madrid, Espanha

Aproveito ainda para na sequência da homenagem que pretendeu continuar a fazer a esse grande revolucionário que foi o Camarada Agostinho Neto, através de reportagens e textos que exemplifiquem a sua vida e obra, para sugerir que dêem um tratamento aprofundado sobre as origens, criação, evolução, crises e história do MPLA.

Os documentos assessíveis ao povo português tratam muito superficialmente estes temas cuja divulgação histórica interessa a todos os progressistas do mundo e esclareceria o porquê de certas evoluções e rupturas em Angola, factos muito deturpadamente relatados pelas vias de informação (pelo menos em Portugal).

Paulo Minga
Coimbra, Portugal



Pela pontualidade com que receboi a minha revista durante o ano fiquei bastante impressionado pela seriedade e rapidez do vosso serviço de expedição e daqui vai um "viva" para todos quantos deram o seu contributo para que tal se realizasse. Estou certo de que neste ano vão continuar pela mesma via, pois só terão a ganhar com isso.

João Damasceno Violante
Praia, Cabo Verde

A perigosa aventura do presidente Carter

Ante o vertiginoso incremento da tensão mundial que já recebeu a correcta designação de «segunda guerra fria» torna-se necessário responder à questão central: quem são os responsáveis desta situação?

O Presidente dos Estados Unidos, James Carter, afirmou que os responsáveis são os dirigentes soviéticos e que a reacção norte-americana consistiu numa relação de causa e efeito face à intervenção da URSS no Afeganistão.

Só os amnésicos poderiam concordar com tal afirmação. Antes deste episódio, Carter impôs aos seus aliados europeus a aceitação dos mísseis nucleares «Pershing 2» e «Cruise», assinalando uma grave escalada bélica e anulando a possibilidade, reconhecida pelo presidente soviético Leónidas Breznev, de negociar com a Europa Ocidental uma redução armamentista no velho continente. Também foram anteriores a «descoberta» de tropas soviéticas em Cuba, um pretexto utilizado para aumentar a presença militar norte-americana na Caribe, assim como a criação de uma força de 110 000 efectivos cujo público propósito é o de intervir militarmente em locais muito afastados dos Estados Unidos e, em particular, no Golfo Árábico.

Bastam estas recordações — apenas os factos mais evidentes no meio de uma série de processos e atitudes da superpotência que assinalam um retrocesso objectivo da política de desanuviamento e de diálogo — para se compreender que a intervenção soviética no Afeganistão não foi a causa mas sim a ocasião utilizada pelo Governo Carter para oficializar uma política de contensão antisoviética a qual, desde esse momento, foi levada aos extremos.

Porque agiu assim Carter, que chegou à Casa Branca depois de uma campanha eleitoral fundada na ideia de superar o «complexo do Vietname» e que se comprometia a não reincidir em agressões externas?

As várias análises efectuadas para explicar esta brusca mudança de atitude põem em relevo dois factores entre os vários que levaram à adopção desta política.

Em primeiro lugar que não parece eficaz uma estratégia de não-intervenção dos Estados Unidos no exterior uma vez que o objectivo constante de Washington é conter novas mudanças na relação



de forças mundial e, por outro lado, manter a sua hegemonia. Ou pelo menos verifica-se que a administração Carter foi incapaz de desenhar uma política alternativa do intervencionismo.

Basta mencionar-se as revoluções do Irão e da Nicarágua para se verificar porque é que o «establishment» dos Estados Unidos considerava fracassada a linha prometida por Carter e porque agora volta atrás, acentuando a confrontação com o bloco socialista e preparando futuras intervenções militares.

Em segundo lugar, a quebra vertical da popularidade de Carter que se encontrava na perspectiva de não ser reeleito como presidente. Isso levou-o, num primeiro tempo, a assestar sanções e ameaças contra o Irão, a mobilizar forças navais para projectados ataques à República Islâmica, numa evidente desproporção entre a ocupação da Embaixada norte-americana em Teerão e a detenção do seu pessoal diplomático e o gigantismo da réplica contra uma nação soberana. Mas a atitude foi realmente eficaz para Carter recuperar um certo consenso ante uma opinião pública, zelosa do seu prestígio internacional estribada no sistema da crença de que todos os meios são válidos se estiver em discussão a hegemonia mundial norte-americana. E que esta hegemonia é uma causa justa. Na mesma direcção apontam a posterior série de represálias contra a URSS, acusada de expansionismo mundial. Estas atitudes revelar-se-iam ainda mais benéficas em termos eleitorais e, ao aplicá-las estrondosamente e com energia, Carter conseguiu inverter a sua colocação pré-eleitoral: passou a ser o candidato favorito. Assim o consideraram unanimemente as sondagens feitas durante Fevereiro. O que não significa que, reconhecidos nos meses próximos, os erros e os riscos (para os Estados Unidos e para todo o planeta) que esta aventura, inevitavelmente, comporta, a opinião pública norte-americana não possa modificar negativamente o seu actual apoio a este político zigzagueante. O que de tudo isto ressalta é o facto da ambição pessoal de um chefe de Estado se poder sobrepor aos interesses colectivos que, responsabilmente, deveria defender e os subordine à sua vontade de poder sem se importar com os perigos que daí possam advir. Mas o mais impressionante deste episódio é o arsenal de represálias e ameaças lançadas por Carter, a partir

da intervenção soviética no Afeganistão: embargo à venda de cereais e de tecnologias sofisticadas à URSS, boicote às Olimpíadas de Moscovo, adiamento da aprovação pelo Senado do Acordo Salt II (acordo sobre armas estratégicas, o que não era uma concessão feita pelos Estados Unidos à União Soviética mas a concertação dos interesses de ambas as superpotências e dos seus aliados), aumento do orçamento bélico norte-americano, apressada procura de bases em África e no Médio Oriente apontadas para o Golfo Árábico, obtenção de autorização do Japão para as forças norte-americanas poderem utilizar as suas bases no arquipélago nipónico para intervenções no Médio Oriente, apoio de todo o tipo, incluindo o militar ao Paquistão (a porta de intervenção directa contra o regime de Cabul), amplo entendimento com a China após a visita do ministro da Defesa, Harold Brown, a Pequim o que foi qualificado pelos observadores ocidentais como um virtual pacto bilateral que inclui o campo militar.

A lógica que presidiu a esta mobilização estava reflectida na síntese que os jornalistas acreditados na Casa Branca receberam nas vésperas do discurso sobre o estado da União: «os Estados Unidos estão dispostos a pagar qualquer preço para continuarem a ser a maior potência mundial». No citado discurso ficou patente essa intenção na seguinte passagem lida por Carter: «qualquer intenção de uma força exterior (dirigia-se à União Soviética) de assegurar o controlo da região do Golfo Pérsico (ou Árábico) será considerado como um ataque contra os interesses vitais dos Estados Unidos. Por isso, será rechaçado por todos os meios necessários, incluindo o uso da força militar».

Depois da leitura da mensagem alguns correspondentes dirigiram-se a um conselheiro de Carter para lhe perguntar se seria necessário um pedido (a Washington) dos Estados ameaçados por uma presumível acção soviética e obtiveram o seguinte esclarecimento: «não é uma condição indispensável; também se poderá aplicar em caso de subversão interna».

Esclarecimento significativo: quer dizer que se, por exemplo, um movimento popular (como o do Irão) derrubar a monarquia da Arábia Saudita (que não é exactamente uma democracia), Carter



arroga-se o direito de intervir para esmagar a rebelião. Parece uma ironia mas, em todo o caso, é uma hipocrisia, além de uma contradição pois, assim, Washington responde à intervenção soviética no Afeganistão com a enunciação de um princípio que a legitima pois a coloca ao mesmo nível de valorização (valorização de Carter, obviamente). Ficou assim delineada e completada a projecção da chamada «doutrina Carter». Esta recolhe das administrações anteriores a definição de áreas de interesses vitais para a superpotência, em primeiro lugar, a Europa Ocidental e, em segundo lugar o Extremo Oriente. Agora acrescenta-se-lhe o Golfo Árábico, incluindo o Irão e o Paquistão e outros não nomeados países do Terceiro Mundo. Como a América Latina, pela sua posição geográfica, não entra nesta categoria mas é uma área sobre a qual os Estados Unidos se reservam desde há muito o direito «hemisférico» de intervenção poucos serão, se os houver, os cenários do Mundo que não entram no imenso campo que Carter supõe estar sob o seu domínio. Por isso, não é necessário emitir um juízo sobre esta doutrina pois ela qualifica-se por si própria.

Mas desta enumeração ressalta um contraste. A superpotência norte-americana, a nação mais intervencionista da nossa época, surge como denunciante de uma intervenção. Que direito moral lhe assiste para assumir tal papel? Pondo de lado o problema da ineficácia das sanções, o seu principal valor residiria, principalmente, no aspecto propagandístico.

E com efeito, pressionados pelos Estados Unidos, condicionados por situações internas e fortemente influenciados pelo sistema de informação transnacional, não só os leitores conservadores mas também alguns núcleos progressistas, por exemplo na Europa Ocidental, sem apoiarem a drástica linha de castigo à URSS coincidiram, pelo menos parcialmente, com a apreciação de Carter sobre o caso do Afeganistão. Por isso, para julgar a atitude de cada sector político nesta conjuntura seria necessário saber-se como se qualificou a guerra dos Estados Unidos contra o Vietname (uma guerra de vários anos, não uma intervenção), se se propuseram sanções e embargos contra os Estados Unidos e imaginar o que teria acontecido se todos os Governos e as forças progressistas tivessem lan-

çado represálias contra os Estados Unidos. E fácil prever o que teria sucedido: ter-se-ia aprofundado o fosso entre o Este e o Oeste, a tensão mundial teria subido a níveis de perigo incalculável, teria podido rebentar uma guerra nuclear e não se teria dado o desanuviamento. A estes nefastos resultados está a agora a conduzir, no Mundo, a política de Carter.

Não obstante, o presidente norte-americano não consegue arrastar os seus aliados a um compromisso global no sentido que ele queria. Em primeiro lugar, porque a sua arrogância o levou a ditar a política geral de réplica à URSS, unilateralmente, e só depois pediu aos países europeus da NATO e ao Japão que se limitassem a subscrever e executar as sanções decretadas em Washington. Isso levantou várias resistências e, em muitos casos, irritação. Em segundo lugar, porque apesar da liderança dos Estados Unidos, particularmente dentro da NATO, estas potências têm interesses próprios parcialmente diferenciados e, no caso da Europa, todos sabem que se trataria do primeiro teatro de confrontação bélica.

O líder natural desta posição de independência é a França cujo Governo herdou a política do general De Gaulle e que, desde que é presidente Valéry Giscard D'Estaing, incorreu em graves ingerências em África em nome dos seus próprios interesses nacionais. Da reunião em Fevereiro do presidente francês com o primeiro-ministro alemão nasceu um esboço de acção orientada para evitar acções que atentem contra o desanuviamento.

Parece impossível que, imediatamente após este encontro, devendo estar ao corrente da delicadeza do tema e das susceptibilidades nacionais, o Governo norte-americano tomasse a iniciativa de anunciar, em começos de Fevereiro, que, a 20 desse mês, se realizaria em Bona uma reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados Unidos, Alemanha Federal, França e Itália sem antes ter consultado e convidado a França. O presidente francês que, após o seu diálogo com o primeiro-ministro alemão, tinha proclamado que «qualquer encontro que contenha o risco de parecer uma atitude de bloqueio não contará com a participação francesa» viu-se assim convocado, de modo inabitual, para uma conferência desta natureza pois precisamente com esse carácter foi anunciada



pela diplomacia norte-americana. A reacção de Paris consistiu em negar-se a comparecer, frustrando, assim, o encontro multilateral de ministros. Não há dúvida que à medida que a Europa Ocidental logre preservar os seus próprios interesses neste assunto, poderá desempenhar um papel destacado a favor do desanuviamento.

De resto, existe também a consciência de que os países não alinhados têm um papel relevante a representar nesta matéria.

Neste sentido, os encontros ao mais alto nível entre os Governos da França, da Índia e do Iraque, estes dois últimos membros influentes dos não alinhados implicam não apenas um reconhecimento da importância destes países e das posições dos seus Governos mas também a necessidade de uma acção que supere os esquemas de blocos do Norte e do Sul, de que os países do Terceiro Mundo não podem ser excluídos. Os temas tratados naqueles encontros não se limitaram, efectivamente, aos aspectos bilaterais mas centraram-se também na necessidade de se encontrarem acordos para manter o desanuviamento. Isto é apenas um indício das possibilidades que, no campo internacional, pode prosseguir o não-alinhamento. Orientado pelos seus prestigiosos fundadores, durante a primeira guerra fria contribuiu grandemente para a passagem ao desanuviamento ao constituir-se como um tribunal de países independentes que estabeleceram uma estratégia à margem das alianças militares, subtraindo assim espaço objectivo à confrontação entre as grandes potências.

Esta é uma nova ocasião para que o Movimento intervenha activamente contra uma segunda guerra fria. Não é impedimento para tal o facto dos votos do Movimento se terem dispersado em três posições quando, nas Nações Unidas, se julgou a intervenção soviética no Afeganistão. Porque, à margem das diversas análises que os países membros fizeram daquela acção (ver neste número «A segunda guerra fria») une-os a exigência vital de evitar a divisão do Mundo em dois blocos — razão de ser do próprio Movimento — e a própria vocação para um desanuviamento global, a redução dos armamentos e a criação de um clima internacional que favoreça o triunfo dos Movimentos de Libertação e a afirmação dos princípios nacionais independentes.

A SEGUNDA GUERRA FRIA



*O Afeganistão não é a causa, mas apenas um pretexto para a actual
tensão internacional, cujas raízes são mais profundas.
Os primeiros ameaçados são os avanços libertadores do Terceiro
Mundo, pelo que os não alinhados estão dispostos a enfrentar o belicismo*

Roberto Remo

OS foguetes com que em todo o Mundo se exprimiu, à meia-noite do dia 31 de Dezembro, a esperança de que todo o ano novo traz consigo, estiveram quase a transformar-se em mísseis intercontinentais que, em vez de abrir uma nova década, encerrariam definitivamente, num holocausto nuclear, a breve experiência da espécie humana no planeta.

Terá estado o Mundo verdadeiramente à beira do estalar da Terceira (e provavelmente última) Guerra Mundial? Está-o ainda, como afirmou Kurt Waldheim ao regressar da sua

acidentada viagem ao Irão? Um frio "tão álgido como a noite de Cabul", comentou a revista *New-sweek*.

É evidente que a actual tensão internacional só encontra semelhanças com os piores momentos da década de cinquenta ou os primeiros anos de sessenta, antes de Kennedy e Krushchev terem assinado o primeiro acordo de limitação de experiências nucleares, que posteriormente abriu caminho ao primeiro Tratado de Limitação de Armas Estratégicas (1972) e à Conferência de Helsínquia (1975) que selaram a de-

tente entre o Leste e o Ocidente.

Tudo isto ficou para trás no dia 23 de Janeiro com a comunicação de Carter ao Congresso sobre o "estado da União". Estamos na segunda "guerra fria". E, para grande parte da opinião pública mundial, a crise tem um nome que algumas semanas atrás somente evocava imagens exóticas: Afeganistão.

Contudo, pese embora a insistência em associar o confronto global que hoje presenciamos em todos os planos — geopolítico, ideológico, económico e também militar, ainda que por

ora só a nível de manobras — com a intervenção soviética na Ásia Central, as raízes são mais profundas e as suas coordenadas não passam por Cabul.

UMA CRISE QUE NÃO É NOVA

Logo no início de 1978 desencadeou-se o que Brejnev baptizou de “guerra morna”. Em 31 de Maio desse ano, a NATO aprovou um programa de armamento que, com o pretexto da “ingerência soviético-cubana” em África multiplicou os pressupostos militares da Aliança Atlântica. Em 7 de Junho de 1978, em Annapolis, o presidente Carter ameaçou a União Soviética de boicotar o desanuviamento se esta não cessasse o seu apoio aos movimentos de libertação.

“Segundo esta visão — escreviam os *Cadernos do Terceiro Mundo* (n.º 6, Agosto 1978) em editorial — vinculam-se todos os problemas do planeta, como se eles, sumariamente, pudessem ser resolvidos por acordos entre Washington e Moscovo. O jogo é arriscado, pois significa que enquanto continuar o ascenso dos movimentos de libertação, dar-se-á um impulso brutal à corrida aos armamentos, no meio do incremento agudo da tensão mundial.”

Passaram quase dois anos. Os movimentos libertadores continuaram ascendendo no Terceiro Mundo, como o ilustra sinteticamente o editorial do nosso número anterior. E os Estados Unidos aumentaram as pressões belicistas.

O processo não é linear, o equilíbrio de forças, opi-

niões e interesses em Washington é complexo. Mas tivemos em Setembro passado a “descoberta” de que havia em Cuba tropas soviéticas. A “revelação” escandalosa foi ridicularizada até em círculos tradicionalmente leais aos Estados Unidos. Serviu, contudo, para justificar um enorme desenvolvimento militar em Caribe e um desembarque, este muito real, de *marines* em Guantánamo.

A bomba de neutrões não pôde passar, perante o horror que provocou entre os europeus — quem afinal seriam as vítimas se se chegasse a utilizá-la — mas em 12 de Dezembro de 1979 a NATO acabaria por aceitar, com o voto contrário da Holanda e da Bélgica, a instalação de 600 novos mísseis nucleares norte-americanos “Pershing 2” e “Cruise”.

“Quando os elefantes lutam — diz um refrão africano — é o pasto o que mais sofre.” Neste caso, o pasto é a Europa, a região mais directamente afectada em qualquer hipotética confrontação armada entre as superpotências, seja esta “limitada”, ou “táctica”, como dizem os estrategas.

NUVENS GRANDES SOBRE O ANO NOVO

No seu discurso de ano novo, o Papa João Paulo II alertou sobre os perigos de “acumular muitos meios de destruição no berço da civilização” que “poderiam reduzir as cidades e as aldeias a um monte de escombros” e muitos europeus perguntam hoje a si próprios se não cometeram um erro de cálculo. O chanceler alemão Helmut Schmidt, interessado na continuidade da

política de desanuviamento, tinha proposto condicionar a aprovação dos mísseis à ratificação, por parte do Senado norte-americano, dos tratados SALT II. Se, afinal, votou a favor, antes de ter sido cumprido esse requisito, fê-lo provavelmente — para lá da pressão norte-americana — na convicção de que isso contribuiria, por um lado, para garantir aos senadores de Washington que o SALT II não implicava um “debilitamento” e, por outro, pressionar Moscovo a novas negociações.

O Kremlin, segundo se crê, interpretou de outro modo a “mensagem” da decisão tomada em Bruxelas e o silêncio perante o seu gesto unilateral de reduzir as tropas soviéticas na Alemanha Democrática e propôr uma redução mútua de tanques na Europa. A continuidade do processo de aproximação Washington-Pequim e o rearmamento da Europa Ocidental foram vistos em Moscovo como um sintoma de crescente fustigação anti-soviética por parte de Washington. O assentimento dos europeus para os novos mísseis foi provavelmente interpretado como um abandono da atitude de independência da década anterior. Havia, além disso, claros indícios de que em pleno período eleitoral e com uma opinião pública estadunidense fanatizada e posta em pé de guerra pelos acontecimentos no Irão, era muito improvável a aprovação senatorial do SALT II em 1980.

Não foi, seguramente, este o sector determinante na decisão soviética de enviar tropas para o Afeganistão.



Leonid Brejnev e Andrei Gromyco

Mas sem dúvida que influiu nela.

Os acontecimentos posteriores são conhecidos. Carter acusou a União Soviética de modificar pela força o equilíbrio geopolítico da região ao "invadir um país muçulmano e não alinhado" e resolveu "sancionar" o Kremlin com medidas económicas (redução da venda de cereais e tecnologia) e políticas (não abertura de novos consulados, ameaça de boicote às Olimpíadas).

A VOTAÇÃO NA ONU

A intervenção soviética no Afeganistão é o centro de muitos debates em todo o Mundo. Um governo foi derrubado, se não pelos

soldados soviéticos, pelo menos com o apoio explícito do Kremlin (ver artigo sobre o Afeganistão nesta mesma edição). Que esse governo fosse anti-popular e estivesse quase a ser derrubado por forças reacionárias, com óbvio apoio exterior isso não pode ser ignorado na hora do balanço político. Mas não altera a questão de princípios. Os meios utilizados justificam o fim?

Brejnev argumentou que "proceder de outro modo teria significado permitir às forças agressoras repetir o que conseguiram no Chile". Indubitavelmente, teria sido legítimo acudir em defesa do governo constitucional do Chile, se tal tivesse sido possível, e este o ti-

vesse solicitado. Como foi incensurável que, num enorme esforço solidário, Cuba ajudasse a Angola independente invadida pela África do Sul, ou o governo etíope cujas fronteiras, internacionalmente reconhecidas, foram violadas por tropas estrangeiras. Mas — perguntam muitos — é aceitável que para salvar uma revolução, forças externas contribuam para recolocar os seus dirigentes?

Considerações deste tipo influíram na decisão de muitos países terceiro-mundistas e não-alinhados quando o tema foi submetido a votação nas Nações Unidas.

Brejnev afirmou que "havia uma ameaça real do Afeganistão perder a sua independência", o que é certo e pode ser uma justificação — se há uma agressão externa de permissão — para acudir em seu auxílio, para mais existindo, como neste caso, tratados bilaterais que prevêem essa eventualidade. Mas, prosseguindo, argumentou que isso converteria o Afeganistão "numa base militar imperialista na nossa fronteira meridional", o que seria "uma séria ameaça à segurança do Estado Soviético". Essas expressões não podiam deixar de recordar a muitos dirigentes do Terceiro Mundo — que por certo não veriam com agrado a transformação do Afeganistão num enclave neocolonial — que os Estados Unidos sempre aduziram "ameaças à sua segurança nacional" para justificar as intervenções dos seus *marines* em todo o planeta desde São Domingos ao Vietname.

A alusão de Brejnev à segurança da URSS tem, por

certo, uma semelhança objectiva com a terminologia dos norte-americanos. Mas parte de uma situação estratégica diferente. Os Estados Unidos não estão rodeados de bases militares adversárias. A União Soviética está. No plano militar é notoriamente falsa a versão do Pentágono sobre a superioridade estratégica ou até a paridade do pacto de Varsóvia com a NATO. O dispositivo bélico da NATO e dos seus aliados tem um carácter global de controlo à escala mundial e em relação à URSS não é meramente defensivo mas potencialmente ofensivo. Em contrapartida, o pacto de Varsóvia delineou a sua estratégia em função das suas fronteiras. E não se estende para fora delas.

Neste contexto, passos como a crescente cooperação militar entre a China e os Estados Unidos, bem como a mais recente autorização do Japão dada aos Estados Unidos para que utilizem as suas bases em território nipónico (que, teoricamente, tinham um objectivo limitado ao Extremo Oriente) para alvos

mais longínquos — incluindo a possibilidade de intervenção no Médio Oriente — só podem produzir nos soviéticos uma sensação: o intervencionismo norte-americano acentua-se e o cerco bélico à URSS estreita-se e fortalece-se.”

À hora de votar na Assembleia Geral da ONU uma resolução que reclamava a retirada de todas as forças estrangeiras do Afeganistão, sem fazer referências ou condenações expressas à União Soviética, muitos países do Terceiro Mundo optaram pela afirmativa, entendendo que com isso defendiam os princípios do não alinhamento, indispensáveis para uma ordem internacional baseada na justiça. Assim o reconheceu o embaixador cubano Raúl Roa Kuori, quando afirmou: “Há aqueles que creem, honestamente, que esta sessão tem que ver com assuntos que são realmente pertinentes para a soberania e a independência dos povos, entre eles amigos muito estimados, que seguem uma política incontestavelmente progressista, sem se acautelar

com o carácter imundo do engano do imperialismo”.

Juntamente com Cuba, outros países não alinhados votaram contra a resolução, para expressar o seu repúdio pela utilização que os Estados Unidos fizeram do “caso Afeganistão” como pretexto de múltiplas agressões e conspirações em todo o globo. Na alternativa de votar juntamente com regimes reaccionários, que só viram nisso mais uma oportunidade de fazer alarde do seu anticomunismo, ou votar contra uma resolução que reafirmava princípios essenciais, outro grupo optou por abster-se ou retirar-se da sessão.

A política interna, a estratégia e os conditionalismos próprios de cada país influíram nas opções distintas sem que, de tal, se deva deduzir uma ruptura do Movimento dos Países Não Alinhados, que poucos meses antes demonstrara em Havana, a sua unidade e vigência. Finalmente, ainda que isso obviamente não tenha sido submetido a voto, a esmagadora maioria dos não alinhados poderia provavelmente fazer seu o apelo do presidente iraquiano Saddam Hussein às grandes potências para que “parem com todos os actos agressivos ou irresponsáveis que ameaçam a segurança dos povos”, ou o convite do diário do Kuwait *Al-Wattan* para rejeitar o falso pretexto dos Estados Unidos de se misturar nos assuntos internos da região, como resposta à intervenção soviética no Afeganistão.

FALSOS PRETEXTOS

Analistas norte-americanos, a quem não se pode



Carter, Brzezinski e Cyrus Vance. A estratégia do confronto?

acusar de simpatias pró-soviéticas, encarregaram-se de demonstrar a falsidade de muitos desses pretextos. Sobre a suposta marcha soviética até aos "portos de águas quentes" do Oceano Índico, James Reston comentou no *New York Times* que "provavelmente, é muito mais fácil fazê-lo avançando a Sul através das planícies e do caos político do Irão do que lutar para se abrir caminho pelas montanhas do Afeganistão e do Baluchistão⁽¹⁾".

Sobre os riscos de armar o Paquistão para que enfrente o novo regime afegão, o mesmo diário escreveu em editorial, em 5 de Janeiro, que "como o atesta o Irão, vender material bélico caro a um país não pode, por si só, garantir a estabilidade de um regime vulnerável. O general Zia está tão inseguro que já adiou quatro vezes as eleições. Não pôde sufocar a rebelião de *halachis* e *pathanes* e encheu as prisões de dissidentes. Para quem se apontariam as armas estadunidenses?"

E em relação à pretensa necessidade soviética de se

apoderar das reservas petrolíferas do Golfo, baseada numa estimativa da CIA de que em 1985, a URSS deveria começar a importar hidrocarbonetos, um estudo minucioso da agência independente sueca *Petros-tudies* demonstrou que "é a União Soviética e não a Arábia Saudita quem possui as mais importantes reservas provadas do mundo actualmente". Os problemas tecnológicos da exploração do petróleo siberiano parecem encaminhados para se solucionarem e previsões sérias indicam que a URSS continuará a ser auto-suficiente e exportadora de petróleo e gás durante largo tempo.

MEDO IRRACIONAL

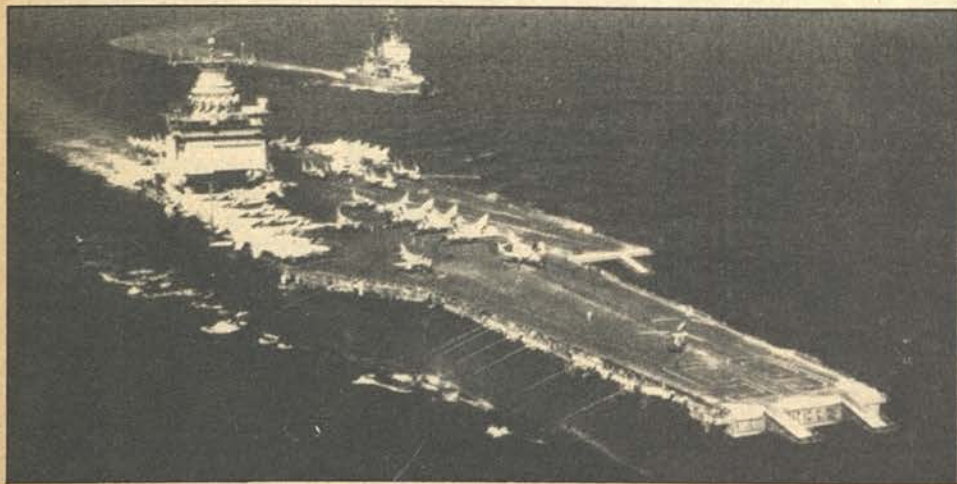
Por outro lado, a acusação de haver invadido "um país muçulmano e não alinhado para convertê-lo na décima sexta província soviética" é absurda, quando ela provém das mesmas fontes que acusavam o regime derrubado de ser ateu, anti-islâmico e satélite da URSS. Em todo o caso, o que se exprime com isso é

a decepção por se ter frustrado a vitória dos sectores direitistas que teriam instaurado no Afeganistão um regime similar ao do Paquistão.

Desde algumas décadas atrás, são os Estados Unidos quem controla o petróleo do Golfo, possui bases militares na região (e agora as amplia) e apoiam os regimes mais retrógrados e antipopulares no seu intento de preservar esse domínio.

A que se deve então a histeria anticomunista, esse "medo irracional" que o próprio Carter denunciaria em 1977 na Universidade de Notre Dame? Para alguns, a viragem direitista da Casa Branca deve-se a motivos pré-eleitorais.

O fanatismo exacerbado nos Estados Unidos pelos meios de comunicação ante as crises do Irão e do Afeganistão (que fez com que, por exemplo, dois estudantes iranianos fossem "justiçados" em Los Angeles com um tiro na nuca cada um, sem que tal provocasse o menor protesto da "opinião pública", não havendo, além disso, qualquer pista sobre os assassinos)



O porta-aviões nuclear norte-americano Enterprise em rota para o Golfo Árabe



Allen e John Foster Dulles em 1948. Dois paladinos da 1.ª Guerra Fria

fez subir a popularidade de Carter a partir de níveis mais baixos do que os registados por Nixon durante o escândalo Watergate até percentagens que, a manterem-se, assegurariam a sua reeleição.

Outros procuram motivações mais profundas como a necessidade de superar a crise económica através de um ressurgimento da indústria militar ou a intenção de reagrupar a debilitada Trilateral, reunificando europeus e japoneses em torno do temor comum das garras do "urso russo".

A EUROPA E O TERCEIRO MUNDO

Os aliados dos Estados Unidos solidarizaram-se, com efeito, com a sua condenação da URSS. Mas de má vontade. A primeira reacção pública do presidente francês, Giscard d'Estaing, (posteriormente qualificada de "não oficial") foi: "Não se pode di-

zer que se trate de uma invasão premeditada (a da URSS no Afeganistão). Quiçá foi determinada pela situação interna". O presidente espanhol Adolfo Suarez, por seu lado, afirmou no comunicado conjunto emitido aquando da sua visita a Washington que "o Afeganistão está sendo vítima de uma agressão armada". Mas, simultaneamente, recordou a Carter que "o reconhecimento dos direitos nacionais do povo palestino" é *imprescindível* para superar a crise na zona. A troca de uma solidariedade tão exígua, o presidente norte-americano "reconheceu a especial relação que une a Espanha com os países da Iberoamérica", com o que, pela primeira vez, os Estados Unidos abrem explicitamente a um país europeu um espaço que a "doutrina Monroe" lhes reservava em exclusivo.

Os alemães também se interessam por esses espa-

ços. Hans Juergen Wischnewski, vice-presidente do partido social-democrata (no poder em Bona) e assessor influente no governo de Schmidt opinou que "a conjuntura criada (no Afeganistão) oferece à Europa Ocidental a grande possibilidade para se impor no Terceiro Mundo como alternativa face às duas grandes potências, que não hesitam em intervir quando convém aos seus interesses". Uma linha de acção digna de ter-se em conta nos próximos tempos.

RESPONSABILIDADE DOS NÃO ALINHADOS

No Terceiro Mundo, entretanto, é onde a renovada guerra fria tem as mais graves repercussões com a ameaça de se tornarem candentes as "guerras locais" e, sobretudo, pela tendência de considerar todo o avanço libertador como uma violação das "áreas de influência".



O Movimento dos Países Não Alinhados surgiu na década de cinquenta como resposta à guerra fria de então, propondo, não um neutralismo passivo, mas

uma participação consciente e organizada na luta pela libertação dos povos. Da capacidade dos seus líderes para dar uma resposta coerente com os princípios

que lhe deram força, e adequada aos desafios destas horas dramáticas, dependerá em grande medida o futuro, não só do Terceiro Mundo, mas de todo o planeta, sobre o qual volta a pender a espada de Damocles da guerra nuclear.

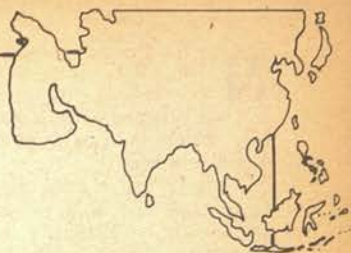
A diplomacia soviética argumentou que a sua intervenção se produziu como reacção a outra, prévia, por parte do Paquistão com o apoio dos Estados Unidos, China e outros governos conservadores do Golfo. Provas concretas neste sentido foram fomecidas por Moscovo semanas depois, mostrando não apenas o vice-ministro do armamento com os rebeldes afegãos mas também a estreita relação de alguns dos seus líderes com o departamento do Estado.

(1) O país dos *baluchis*, povo dividido entre o Irão, Afeganistão e Paquistão, sobre as costas do Golfo de Omã que, segundo insistentes especulações de analistas norte-americanos, os soviéticos queriam "independentizar para logo dominar e utilizar os seus portos".

Lê — Assina — Divulga
FAROL DAS ILHAS
(Quinzenário)

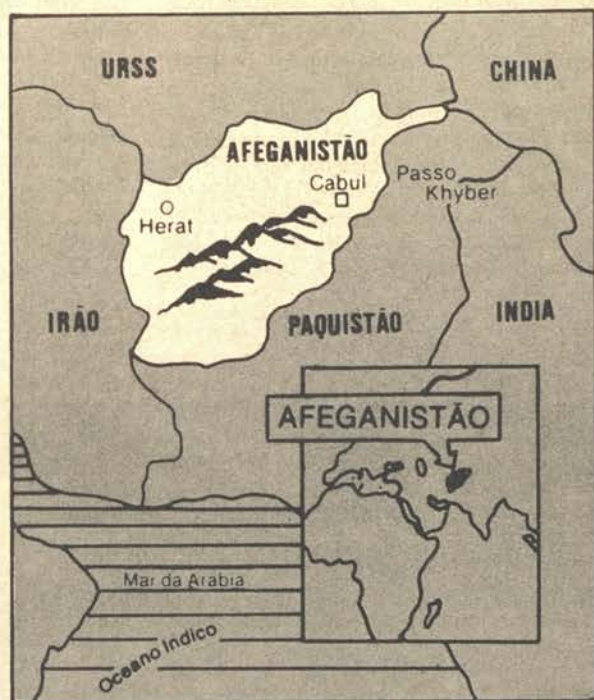
A voz democrática das Regiões Autónomas

Assinatura anual 200\$00
Sede: Rua Mãe de Água, 13-2.º Fte.
1200 Lisboa



AFEGANISTÃO

No centro da tempestade



Condicionado pela sua história e pela sua posição geográfica a estar no centro das disputas geopolíticas da Ásia, o país procura caminhos revolucionários na reconciliação anti-imperialista de marxistas e muçulmanos.

Roberto Remo

NÓS não queremos ocupá-los, mas não podemos permitir que sejam ocupados pelos nossos inimigos. Este é o segredo de todos os acontecimentos na Arábia, Pérsia, Afeganistão, Tibete e no Oriente até Sião”.

Quem se exprime assim não é Kissinger, nem o seu sucessor Brzezinski, referindo-se ao seu conceito do “arco de crise” em torno do Oceano Índico. São palavras pronunciadas nos princípios deste século pelo estratega e chanceler inglês Lord Curzon ao definir a política britânica para os territórios fronteiros com o vice-reinado da Índia, que nessa altura eram também cobiçados pelo império em expansão dos czares.

Desta estratégia de “fronteiras seguras” para as colónias nasceu o Afeganistão moderno como *estado tampão* entre russos e britânicos. Mas, a falar verda-

de, Lord Curzon não foi muito exacto ao afirmar que “não queremos ocupá-lo”. Mais rigoroso teria sido reconhecer que os britânicos nunca puderam fazê-lo.

UMA HISTÓRIA DE LUTAS

Na sua primeira tentativa, em 1839, somente três homens lograram regressar com vida dos treze mil efectivos que iniciaram a expedição conquistadora. A resistência tenaz dos povos islâmicos das montanhas conteve os britânicos durante quatro décadas.

Entretanto, o império dos czares expandia-se em todas as direcções e o escritor Rudyard Kipling começou a reclamar que se detivesse “a marcha dos czares até às águas quentes do Oceano Índico”, uma expressão que hoje volta a ser muito utilizada.

Lord Lytton, vice-rei britânico na Índia, alammou-se com as versões de que Cabul parecia “mais russa que inglesa” e enviou de novo a Hindukush dez mil soldados britânicos. (Na realidade, as tropas eram hindus e somente os oficiais, ingleses. A tradição imperial foi sempre empregar “nativos” como carne para canhão nas suas aventuras.)

Os líderes religiosos afegãos declararam a *yihad* (guerra santa) contra os estrangeiros infiéis. E apesar destes terem tomado Cabul, não conseguiram consolidar a sua dominação e tiveram de retirar-se. O emir afegão conservou o seu trono, mas perdeu grande parte do seu território, que nessa altura se estendia até ao rio Indo. Do lado britânico da “linha Durand”, traçada como nova fronteira, ficou o palácio de inverno do emir em



Uma rua do bazar de Cabul

Peshawar (actual Paquistão) e os passos estratégicos de Khaiber. Em contrapartida, anos mais tarde, o Afeganistão receberia dos britânicos a estreita faixa de terra que hoje faz a comunicação com a China e cuja única razão de ser foi evitar que os impérios russo e britânico tivessem uma fronteira comum.

ESTADO TAMPÃO

Traçados na Europa, os limites do *estado tampão* dividiram artificialmente povos, tribos e famílias. Os *baluchis* habitam o sul do Afeganistão e também as regiões vizinhas do Paquistão e Irão. Os *pathanes* ou *pashtunis* cavalgam em ambos os lados da "linha Durand" e os cidadãos das três repúblicas soviéticas fronteiriças de Turkmenistão, Uzbequistão e Tagikistão têm primos entre os turkmenos, uzbekos e tagikos do Afeganistão.

As barreiras geográficas (não há linhas férreas no país e as poucas estradas dignas desse nome apenas fazem a ligação entre as principais cidades), culturais e linguísticas que separam estes povos — por sua vez divididos em tribos e clãs — impediram que se formasse um mercado nacional. Não houve uma burguesia afegã que superasse as dominações feudais locais e o único sentimento nacional unificador, para além da fé islâmica, foi tradicionalmente o ressentimento contra os britânicos e a sua "linha Durand".

Assim, quando o monarca reformista Amanullah conseguiu desembaraçar-se definitivamente da "pro-



Os momentos que antecederam a abertura dos portões da prisão Poul-Charkhi após o derrube de Amin

tecção" inglesa, em 1919, uma das suas primeiras medidas foi estabelecer relações com a recém-criada União Soviética: Lenine ocupou-se pessoalmente em oferecer ajuda moral e material ao rei afegão. Mas a condição de *estado tampão* foi respeitada pelos soviéticos (tal como no caso da Finlândia) que não tentaram "exportar" a sua revolução. A assistência foi mantida quando Amanullah foi derrubado em 1929 pelo clã dos Mohammedzai — verdadeiro poder atrás do trono desde 1879 — que iniciou uma nova dinastia: a dos Nadir Sha.

O feudalismo sobreviveu outro quarto de século, sem que por ele tenham sido afectadas as boas relações com a URSS, que no começo da década de 50 fornecia 60 por cento da ajuda internacional ao país.

Não era pois, estranho à linha histórica o facto do primeiro-ministro Mohamed Daúd (primo e cunhado do rei) ter procurado o conselho soviético quando em 1953 assumiu o cargo, decidido a modernizar o país. As mudanças por este introduzidas durante os seus dois "planos quinquenais" não foram profundas (abolição da obrigatorieda-



Mohamed-Daud, um príncipe-general com ambições ditatoriais

de do uso do véu para as mulheres, nacionalização dos serviços públicos e reestruturação das forças armadas, que desde então são abastecidas e treinadas pelos soviéticos). A estrutura agrária não foi tocada, mas bastou a ameaça de chegar a fazê-lo algum dia para que os Mohammedzai convencessem o rei a desembaraçar-se do seu primo Daúd da chefia do Governo, o que finalmente aconteceu em 1963.

JALK E PARCHAM

Todavia, era já impossível congelar estruturas sociais que, na essência, não se tinham alterado desde que Gengis Khan estabeleceu no Afeganistão o trampolim para a sua invasão da Europa no século

XII. Na década de 60 já se tinha formado uma elite modernizada (embora pouco mais de 10 por cento da população habitasse as cidades), educada na Europa, Estados Unidos e na URSS. Em 1965, pela primeira vez, os estudantes saíram à rua em manifestações anti-monárquicas e nesse mesmo ano, na clandestinidade, funda-se o Partido Popular Democrático, que agrupa os marxistas-leninistas afegãos. Entre os seus fundadores estavam Nur Mohamed Taraki (jornalista, escritor, autor de várias novelas sobre a vida camponesa), Hafizullah Amín (professor, com estudos realizados na universidade norte-americana de Columbia), Anahita Ratebsadeh (a primeira mulher afegã formada em medicina) e o actual presidente Babrak

Karmal, filho de um general do exército.

Rapidamente surgiram discrepâncias relativas à tática e em 1966 a organização dividiu-se em duas facções, que foram buscar os seus nomes aos jornais que editavam. Embora ambas coincidissem em caracterizar a revolução como democrática e anti-feudal, o grupo *Jalk* ("Povo") concebi-a exclusivamente com base na aliança operária-camponesa, enquanto os aderentes do *Parcham* ("Bandeira"), liderados por Akbar Khyber, preconizavam uma ampla união popular na qual participavam os intelectuais, a burguesia nacional, as classes médias e os militares.

Foram estes últimos quem definitivamente, em 1973, derrubaram o rei Zahir Sha e levaram Mohamed Daúd à presidência. Daúd proclamou a república, mudou a bandeira e iniciaram um processo, imediatamente acusado por Pequim de constituir um "golpe russo". Com efeito, o príncipe-general foi apoiado por ambos os sectores do PPD e continuou a receber acessoria e ajuda soviética. Mas Daúd baseava-se acima de tudo, na nascente burguesia, a burocracia estatal e até em sectores de realza derrubada, a sua própria família. Ao fim e ao cabo ainda que reiterando que "as forças progressistas defendem com resolução o novo regime", logo em Dezembro de 1976 um documento oficial do PPD lamentava que "o governo ainda não tenha tomado público o amplo programa de transformações sociais e económicas... prometido há já um ano".

Crescentemente autoritário, em 1977 Daúd promoveu uma reforma constitucional que lhe outorgava poderes ditatoriais e proibia as actividades políticas. Em 17 de Abril foi assassinado Mir Akbar Khyber, líder do *Parcham*, então em processo de reunificação com o *Jalk*. O seu funeral foi motivo para grandes manifestações frente à embaixada norte-americana. A CIA e a SAVAK (polícia secreta do Xá do Irão) foram acusadas do crime.

A REVOLUÇÃO DE ABRIL

Os mecanismos conspirativos preparados pelo *Parcham* no seio do exército puseram-se em marcha e dez dias depois o coronel Abdul Kader, vice-comandante da Força Aérea, e um grupo de oficiais do PPD revoltaram-se, tomam o poder (uma centena de

mortos nos combates), fuzilam Daúd e soltam os prisioneiros políticos das prisões. Entre eles Nur Mohamed Taraki, a figura mais prestigiosa do PPD depois do desaparecimento de Khyber, que foi designado presidente e primeiro-ministro. Amín, do *Jalk*, e Karmal, do *Parcham*, foram nomeados vice-primeiros-ministros. Substituiu-se a bandeira negro-vermelho-verde por uma totalmente vermelha e o nome do país passou a ser República Democrática do Afeganistão. Uma vez mais, a imprensa internacional denunciou a "satelização" do Afeganistão por parte da União Soviética.

Mas, apesar de Moscovo ter reconhecido de imediato o novo regime, diversos analistas coincidiram em assinalar que o Kremlin foi surpreendido pela mudança. Um telegrama da AP de

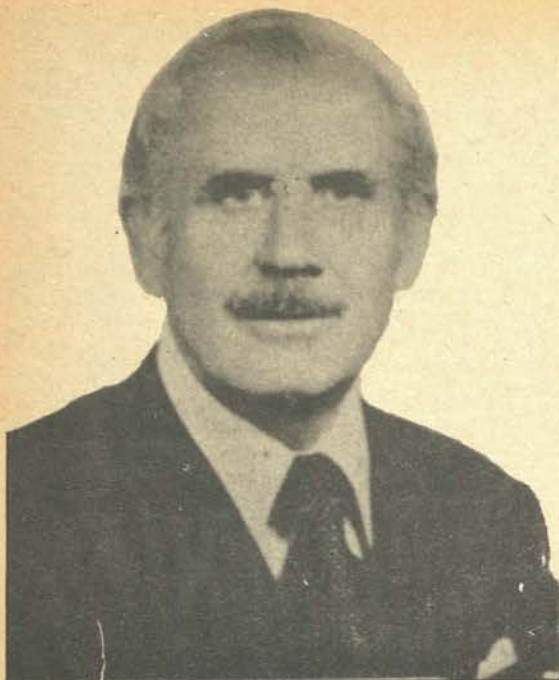
então dava conta da opinião predominante em Washington: "O Afeganistão não se transformará noutra Cuba, ou numa Mongólia Exterior e não será uma ameaça para o Irão", governado então por Reza Pahlevi.

Taraki pronunciou-se por uma política exterior de neutralidade e não-alinhamento e a então ministra do Bem-Estar Social, Anahita Ratebsadeh, definiu assim a opinião da direcção política, pelo menos da ala *Parcham*:

"Talvez eu seja marxista, mas esta convicção pessoal não deve ser generalizada. O marxismo-leninismo é um método de pensamento altamente desenvolvido, que não crescerá sobre este solo seco e subdesenvolvido. Primeiro, as pessoas têm que aprender a ler e a escrever, ter um trabalho, articular-se política e eco-



A Revolução de Abril iniciou a Reforma Agrária num país feudal



Presidente Nur Taraki

nomicamente. Isto levará pelo menos trinta anos. Só então o Afeganistão se decidirá por um caminho comunista, socialista ou outro. É uma pergunta a que a próxima geração responderá."

Nem todos tinham a mesma paciência. Menos de três meses depois do golpe, os dirigentes do *Parcham* (Karmal e Ratebsadeh entre eles) foram enviados para um exílio dourado em embaixadas afegãs na Europa Oriental. O grupo encabeçado por Amín impõe-se definitivamente em Agosto de 1978, quando o general Abdul Kader, que dirigiu o golpe de Abril de 1978, foi destituído do ministério da Defesa, em Agosto dessa mesmo ano, acusado de conspiração. Em Abril de 1979, Amín ascendia a chefe do Governo (cargo até então desempenhado pelo próprio presidente Ta-

raki) e controlava a polícia secreta.

Os dirigentes religiosos, até então inclinados para uma coexistência com o governo de Taraki, começam a juntar-se às fileiras opositoras perante o carácter cada vez mais declaradamente ateu do regime. A esta viragem não é alheio o triunfo da revolução islâmica no vizinho Irão. É sintomático que seja o ayatollah Shariat-Madari, que encabeça hoje a oposição direita contra Khomeiny, o que faz os mais fervorosos apelos aos muçulmanos afegãos a lutar contra o governo da Cabul.

Estes apelos não teriam tido eco se as reformas empreendidas tivessem sido compreendidas e acompanhadas pelo povo afegão.

No papel, as realizações parecem impressionantes: reforma agrária, alfabetização maciça, igualdade da

mulher, moratoria de todas as dívidas dos camponeses para com os latifundiários, restabelecimento dos direitos culturais das minorias nacionais. E, com efeito, durante 1978 o governo desfrutou de ampla popularidade.

Mas, como analisa o especialista norte-americano Fred Halliday, "a forma como estas políticas foram administradas atraçou as intenções reformistas. As principais dívidas dos camponeses não eram para com os latifundiários mas sim para com os comerciantes e os usurários, e estas não foram canceladas. Os latifundiários dispunham das sementes e dos equipamentos agrícolas e o governo não foi capaz de substituir esta contribuição."

RAÍZES DA INSURREIÇÃO

A reforma agrária, assim, não só motivou a oposição óbvia dos expropriados, mas também a de muitos camponeses, que não compreenderam a medida e sofreram na própria carne as consequências do desajuste das novas estruturas. A abolição da "compra" das esposas sem uma transformação paralela na estrutura social (a mulher passa a integrar a força de trabalho da família de seu marido e, por isso, os seus pais recebem uma "indenização") e a forma compulsiva como muitas raparigas foram levadas a alfabetizar-se aumentaram o descontentamento, ao que se acrescentou a tradicional resistência dos chefes tribais a todos os governos centralistas que ameaçam o seu poder local.

Os grupos guerrilheiros

multiplicaram-se, com as mais diversas orientações: o *Shola-E-Javed* (Bandeira Eterna), armado e financiado por Pequim desde os tempos de Daúd, com ideologia maoísta; o *Hezbi Islami* (Partido Islâmico) procurando o retorno do rei Nadir Sha, exilado em Roma; o *Jamist Ul-Islami* (Sociedade Islâmica), inspirado num fundamentalismo muçulmano grato aos iranianos e paquistaneses, e muitos outros de base apenas tribal.

O tradicional apoio afegão à luta das minorias *pathan* e *bakuchi* no Paquistão foi invertido e o governo do general Zia Ul-Hak começou a treinar *mujahidines* (guerrilheiros) em doze campos próximos da fronteira afegã.

Já com o controlo dos ministérios da defesa e do interior, Amín não conse-

guiu dar outra resposta a não ser a repressão, envolvendo nela os assessores soviéticos (20 000 segundo alguma imprensa ocidental, 1 100 segundo os números oficiais para o mês de Março de 1979, dos quais a maioria desempenhava funções nos ministérios civis e só 201 em postos militares).

A guerra foi cruel. Segundo Jonathan Randall, do *Washington Post*, "a tática favorita das tribos é torturar as suas vítimas cortando-lhes primeiro o nariz, as orelhas e os órgãos genitais e depois arrancando-lhes pouco a pouco a pele". Mas ele não justificava, em contrapartida, o bombardeio indiscriminado das aldeias rebeldes, com o que só se conseguia aumentar o descontentamento.

O presidente Taraki, que impressionava amigos e ini-

migos pela sua popularidade e carisma pessoal, não parecia compartilhar esta política. Em 14 de Setembro, de regresso de Havana (via Moscovo, onde se encontrou com Brejnev, segundo a versão oficial para avaliar do andamento do Tratado de amizade, boa vizinhança e cooperação, assinado em Dezembro de 1978), Taraki tentou destronar Amín. Este foi alertado e adiantou-se com o seu próprio golpe. No decurso dos combates Taraki foi morto, mas só quase um mês depois foi anunciado, aduzindo que se tratava de uma "longa doença".

ASCENSO E QUEDA DE AMÍN

Amín prometeu o fim do "culto da personalidade" e substituiu os retratos de Taraki pelos seus próprios; amnistiou os prisioneiros políticos, somente para abrir lugar nas prisões para novos detidos, e mudou o nome à temida *Aqsa* (policia secreta) pelo de KAM



Enquanto a população se concentrava junto ao parlamento de Cabul para se juntar aos prisioneiros libertos, Shah Mohammad Dost, ministro dos Negócios Estrangeiros afegão denunciava no Conselho de Segurança o regime de Amin





Hafizullah Amin

(Organização de Informação dos Trabalhadores...) para cumprir as mesmas funções. Continuou a referir-se nos seus discursos à firme adesão "à causa dos trabalhadores em todo o Mundo", mas logo foi evidente que a União Soviética não simpatizava com uma orientação cada vez mais repressiva, que comprometia uma participação militar crescente da URSS no combate a uma insurreição que crescia dia a dia.

Referindo-se a ela, Amin comentou à imprensa do Sri Lanka que "não estamos a lutar contra frentes organizadas de resistência. São um punhado de terroristas com objectivos criminosos. São agentes estrangeiros que recebem armas e dinheiro do exterior". Embora esta última parte fosse indubitavelmente certa, só reflectia uma pequena porção da realidade total.

A oposição a Amin provinha já do próprio partido, onde os "parchamistas" foram despojados dos seus cargos (destituído da sua embaixada, Babrak Karmal optou por exilar-se na Europa Oriental) e muitos deles presos ou "desaparecidos". Já no mês de Dezembro começaram a aparecer nas paredes de Cabul cartazes e inscrições contrárias a Amin. O governante é denunciado como "traidor" e "fascista", uma terminologia que indicava claramente que os autores não provinham da oposição islâmica direitista.

A conspiração estava em marcha e Parcham recorreu, uma vez mais, às estruturas criadas dentro do Exército durante as duas décadas anteriores. Segundo a versão difundida pelo "Baghdad Observer" (e não recolhida, nem sequer a título de especulação, pelas

agências transnacionais) que, em contrapartida, destacaram todas as declarações que apresentavam as tropas soviéticas como protagonistas exclusivas dos acontecimentos) o golpe contra Amin foi dirigido pelo major Aslam Watnyar. Este tinha passado para a clandestinidade desde o derrube de Taraki. Participa também activamente no golpe do general Abdul Kadul, cérebro militar da revolução de Abril de 1978.

A 25 de Dezembro, já alertado da existência da conspiração, Amin ordena a execução de 1 300 prisioneiros parchamistas. A ordem não chegou a cumprir-se e o fuzilado foi ele depois de violentos combates no interior e nos arredores da sua sede de governo em Cabul.

As versões sobre a participação soviética nesta luta são contraditórias. Na realidade, nem jornalistas nem diplomatas estrangeiros foram testemunhas presenciais, de modo que as suas informações se baseiam no que ouviram, nos seus hotéis ou embaixadas, dito pelas suas fontes afegãs nos dias posteriores. Ou então são apenas especulações suas. Assim o semanário francês "L'Express" informou que as tropas soviéticas eram constituídas por uzbekos e turkomanos, impossíveis de distinguir, pelo seu idioma ou fisionomia, dos afegãos "para não ferir os sentimentos nacionais". O semanário alemão "Der Spiegel" afirma, com idêntica segurança, que "só não havia (tropas soviéticas) procedentes das repúblicas fronteiriças do Sul; Moscovo teme uma irmandade entre os muçulmanos de

ambos os lados da cortina de ferro”.

É indubitável, sim, que coincidiu com a ascensão de Babrak Karmal à presidência, um substancial aumento dos efectivos soviéticos que subiram até um número estimado em várias dezenas de milhares. Todavia, como informou o correspondente da UPI, Ronald Tyrrel, a partir de Cabul, “jornalistas ocidentais encontraram poucos indícios da presença militar soviética” em Cabul, do que poderia deduzir-se que os contingentes se dirigiram para o interior e para as fronteiras, para evitar uma ofensiva generalizada dos

rebeldes coincidente com o golpe.

EM NOME DE ALÁ

Segundo o novo ministro dos Negócios Estrangeiros afegão Mohamed Dost, “o derrube de Amín, como sanguinário, não tem relação com a presença de tropas soviéticas, que foram chamadas para combater planos de intervenção do exterior”, de acordo com o previsto no Tratado Bilateral de 1978.

Mas se é óbvio que Babrak Karmal contou, pelo menos, com o acordo e o apoio soviético na sua acção, não é ainda possível, contudo, do exterior, de-

terminar qual o papel que as tropas soviéticas tiveram no derrube de Amín, se foi este quem solicitou o aumento dos efectivos — à margem dos episódios que conduziram ao seu derrube — ou se a convocatória foi feita por Karmal.

“Porta-vozes afegãos afirmaram que o actual presidente estava no país, clandestino, desde dois meses antes do golpe, enquanto a espionagem norte-americana garante que a sua primeira proclamação radiofónica foi feita a partir da URSS, donde teria regressado depois de estar assegurado do seu triunfo. (Esta última situação seria muito semelhante à que aconteceu na República Centro-Africana em 1979, à qual o actual presidente, David Dacko, chegou em avião militar francês — *Ver Cadernos do Terceiro Mundo n.º 18* — juntamente com os paraquedistas franceses que derrubaram o imperador Bokassa. Todavia, como muito bem recordou o primeiro-ministro granadino Maurice Bishop, essa flagrante intervenção não mereceria nenhuma condenação das potências ocidentais).

O esclarecimento definitivo destes factos alterará pouco a situação interna afegã, e menos ainda a tensão internacional criada com esse pretexto. Mas servirá, sim, para que os apoios ou condenações da acção com origem nas mais diversos recantos do Mundo, muitas vezes mais em função de posições pré-estabelecidas do que de um conhecimento fundamentado da situação, se possam basear em factos e não se especulações ou versões intencionalmente distorcidas.



Soldados soviéticos após a sua chegada ao Afeganistão



Babrak Karmal quando da sua primeira conferência de imprensa depois do derrube de Amin

O certo é que Karmal introduziu uma profunda mudança na política afegã. O seu primeiro discurso televisionado (no qual participou também Anahita Ratebsadeh, agora ministra da Educação) começou com a tradicional invocação "em nome de Alá, clemente e misericordioso", juntamente a promessa de retomar a gerência do, apesar de tudo, popular Taraki e condenar o seu sucessor.

Karmal abriu as portas das prisões, repletas de prisioneiros políticos, trocou a bandeira vermelha por um pavilhão não tão identificado com o "ateísmo", permitiu a entrada dos jornalistas ocidentais (com excepção dos norte-americanos), a Cruz Vermelha e a Amnistia Internacional; prometeu uma ampla amnistia para os que se tinham levantado em armas e apelou à constituição de uma ampla coligação de

organizações políticas, civis e religiosas, que se chamará provavelmente Frente Nacional de Defesa da Pátria.

ISLÂMICOS E MARXISTAS

As reacções das forças afegãs foram diversas. Do seu exílio em Roma, o ex-monarca apelou à constituição de uma frente contra os "invasores soviéticos", no qual poderiam incorporar-se os grupos maoístas. A *Hezbi Islami* rejeitou a oferta de negociar uma solução política, mas o líder religioso Abdul Aziz, presidente do Conselho dos Anciãos declarou que "todos os muçulmanos do país têm uma profunda alegria pela eliminação da tirania de Hafizullah Amín" e que, agora, "os benefícios da revolução de Abril não se perderão e a religião islâmica não será mais objecto de humilhações".

Ao mesmo tempo, Karmal propõe ao vizinho Paquistão uma política de boa vizinhança e numa longa mensagem ao ayatollah Khomeiny expressou o seu respeito pela revolução islâmica do Irão, sugerindo a "consolidação de relações fraternais e islâmicas". Prometeu que o território afegão não será utilizado contra o Irão e pediu que esta atitude fosse recíproca. Sobre as tropas soviéticas explicou tratar-se de uma "ajuda séria, moral e material, prestada por um país amigo vinculado desde algum tempo ao Afeganistão."

A estratégia de Karmal parece clara: subtrair base política à insurreição (da qual afirmou possuir provas da participação da CIA e de agências britânicas, chinesas e egípcias) no interior e no exterior, enquanto com o apoio militar soviético elimina os últi-

mos redutos dos intransigentes. Se tal fosse conseguido a curto prazo, as forças soviéticas poderiam ser reduzidas, atenuando paralelamente a tensão na área. A longo prazo, parece esboçar-se uma tendência para uma aproximação entre os revolucionários islâmicos e os marxistas, que teria no anti-imperialismo o seu primeiro ponto de coincidência. Nesse sentido, é sintomático o apoio público brindado pelo *Tudeh* (o partido dos comunistas iranianos) ao ayatollah Khomeiny na sua confrontação com os Estados Unidos.

Se tal convergência estratégica fosse conseguida, todo o panorama político da área se transformaria, como mudou na política latino-americana o diálogo entre cristãos e marxistas, que parecia impossível, quando começou na década de sessenta e floresceu ao culminar a de setenta nessa realidade desafiadora que é hoje a revolução sandinista na Nicarágua.

EUA enviam armas contra Cabul

O jornal norte-americano *Washington Post* revelou na sua edição de 15 de Fevereiro que a administração Carter está a fornecer por intermédio da CIA e a partir do Paquistão, armamento aos inimigos do regime de Cabul.

Embora afirme que os envios só foram iniciados após a chegada de tropas soviéticas ao Afeganistão o jornal informa que anteriormente já era prestado auxílio aos "rebeldes" em forma de "medicamentos e material de telecomunicações".

Segundo o *Washington Post*, as armas, sobretudo ligeiras e anti-tanque, seriam de fabrico soviético para esconder a sua origem norte-americana e permitir que os "rebeldes" possam apresentar à opinião pública internacional armas "soviéticas" capturadas ao exército de Cabul.

Notícia ainda este jornal que se encontra presentemente em Washington, onde foi recebido na Casa Branca, um dirigente "rebelde" — Zia Khan Massry — que apresentou a factura necessária para pagar as despesas da sua "causa": entre 20 a 40 milhões de dólares.

A CIA terá já prestado informações desta operação a algumas comissões do Congresso norte-americano.

Leia — Assine — Divulgue

O Jornal de Felgueiras

Semanário regionalista

Sede:
Avenida de Santa Quitéria
4610 FELGUEIRAS

VIETNAME



O combate será sempre pela paz

Nguyen Khac Vien (65) não parece ter a idade que tem. É médico, fez os seus estudos em Paris. Mas, como todo os vietnamitas, também esperou durante trinta anos: esperou pela paz. Entretanto, escreveu livros sobre a história e a cultura vietnamitas. Regressou a Hanoi, onde é agora director da revista Estudos vietnamitas e chefia o Departamento de Edições em Línguas Estrangeiras. No estrangeiro, é considerado por alguns como o porta-voz officioso do Partido Comunista Vietnamita. De passagem pela Europa encontrámo-lo e falámos com ele sobre a situação no Cambodja que visitou recentemente e sobre a situação no Sudeste asiático.

Maria Fialho

M. F. — As notícias que nos chegam do Cambodja são bastantes impressionantes. O senhor acaba de lá passar algum tempo. Qual é a situação actual no Cambodja?

Nguyen Khac Vien — Passei no Cambodja três semanas durante as quais visitei aldeias, falei com as pessoas, percorri o país. A situação no Cambodja é uma situação grave. É necessário, todavia, recordar os factos: de início despejaram-se sobre o país 540 000 toneladas de bombas americanas o que é três vezes e meia mais do que a tonelagem caída no Japão! Em segundo lugar, o regime de Pol Pot, instituído com a ajuda chinesa, durante quatro anos, massacró com meios perversos cerca de três milhões de pessoas. E mais ainda: desintegrou o aparelho administrativo e todas as infra-estruturas que constituem uma sociedade que se possa chamar civilizada. Todas as cidades foram esvaziadas durante quatro anos, a população expulsa das aldeias, empurrada de uma província para outra, uma colectivização brutal que fez com que as pessoas ficassem sem os "stocks" de sementes e víveres e um esgotamento provocado por terríveis trabalhos forçados. Portanto, uma situação grave: em primeiro lugar, do ponto de vista alimentar e, em segundo lugar, do ponto de vista médico. Mas aqui, no Ocidente, os *mass media* tornaram proposadamente o quadro ainda mais negro. Diz-se que já não há crianças, que toda a gente vai morrer de fome. Isso não é, de maneira nenhuma, verdade. Em primeiro lugar, porque uma parte da população está estabilizada nas povoações sobretudo, nas cidades uma pequena parte dessa população regressou já, há fábricas que reabrem, escolas que reabrem, a nova administração pública está em vias de recolocar as coisas no seu lugar. Em segundo lugar, a produção agrícola começa a renascer. Nas margens altas do Mekong vê-se trigo que poderá ser colhido no mês de Agosto. Actualmente, com as grandes chuvadas ficou inundada uma parte do país mas, para além do que está inundado, já há muitas superfícies que voltaram a ser cavadas. E, em Novembro, a partir do momento em que as águas desapareceram, a produção recomeçou.

Por conseguinte, o primeiro ano será um ano duro de suportar. Há que reorganizar a produção e reinstalar as pessoas nas aldeias. E aí está o verdadeiro proble-

ma: a reinstalação, a reestabilização da população antes de ela começar a produzir. O país é bastante fértil — o Cambodja nunca passou fome no seu passado, mesmo quando vivia em economia natural porque tem grandes planaltos férteis e a densidade da população não é muito elevada — não é o Bangladesh nem mesmo o Vietname do Norte.

Eu penso que há que passar um primeiro ano. Neste momento começam a afluir os primeiros socorros de urgência. É preciso esclarecer que as primeiras ajudas de urgência vieram em primeiro lugar do Vietname que enviou sementes, víveres, até a louça porque não havia louça — as refeições familiares tinham sido proibidas e a louça familiar tinha sido confiscada. Muitas famílias perderam tudo! E, do ponto de vista da técnica, eles mataram todos os técnicos. Há um médico em cada dez anteriores, os outros nove foram mortos. Portanto, quando um hospital reabre há um médico... eles mataram mesmo todas as enfermeiras que consideravam intelectuais. Todos os que eram considerados intelectuais foram mortos porque se achava que eles estavam contaminados pelas ideias burguesas. Até os operários que tinham trabalhado com a burguesia! Parece que havia uma centena de operários nas empresas e restam agora 25 ou 30! O resto foi massacrado ou morreu de doença nos campos. Por isso, para reabrir as centrais eléctricas, os caminhos de ferro e as pontes, agora, há um mínimo de equipas cambodjanas mas as restantes são vietnamitas. Uma ajuda internacional, por exemplo, a ajuda soviética que forneceu muito arroz, comprado no mercado internacional foi, a princípio, depositado nos portos vietnamitas e foram camiões vietnamitas que tiveram de transportar as mercadorias para todas as províncias do Cambodja. No que respeita à ajuda internacional há pessoas de boa fé que querem dá-la sem qualquer condição política. Mas há organizações internacionais, ou melhor há representantes dessas organizações, que põem condições de carácter político ao governo cambodjano. Por exemplo, quando esses representantes chegam ao Vietname, depositam as mercadorias, elas são recebidas por um representante do governo vietnamita, chegam a um acordo e pronto. Mas, no Cambodja eles exigem que, com as mercadorias vão controladores até às

mais pequenas aldeias. É um atentado à soberania, é o mesmo que não reconhecer o actual governo. Em segundo lugar, os delegados da Cruz Vermelha ou de outras organizações atravessam a fronteira tailandesa sem autorização do governo e vão a certas regiões onde distribuíram viveres. Isto não são coisas que um governo possa aceitar! E depois acusam o actual governo do Camboja de recusar ajuda internacional e de ser desumano! O tipo de campanha que actualmente se desenvolve baseia-se em dois pontos: em primeiro lugar, na invasão vietnamita que é a culpada da fome e esquece-se assim o passado e Pol Pot e, em segundo lugar, o actual governo cambojano recusa o apoio internacional!

M. F. — Qual é o verdadeiro problema hoje do Camboja?

Khuyen Khac Vien — As forças dos Nmers vermelhos de Pol Pot, pró-chinesas, retiraram para a Tailândia após a sua derrota e, com a ajuda do governo tailandês, instalaram aí uma importante base militar na fronteira do Camboja, força essa que é armada e alimentada pela China. Há uma segunda base militar, um pouco menos importante, a dos antigos Khmers Serei, pró-americanos, ali instalados após a queda de Lon Nol em 1975. As duas procuram infiltrar no interior do país alguns comandos para conduzirem acções de guerrilha, assassinar os quadros da nova administração, aterrorizar a população que quer retomar contactos com

a nova administração. Esse é que é o verdadeiro problema, um problema de segurança política no interior, que é, de facto, o mais importante. Procura-se impedir que o governo actual consiga instalar uma nova estrutura administrativa, comités de aldeia, unidades de defesa nas aldeias para lutarem contra estas infiltrações. Claro, toda a gente, os antigos soldados, os Khmers vermelhos ou os militantes pouco a pouco vão reflectir e pouco a pouco também mudarão de ideias. Porque se as forças de Pol Pot agora chegassem e conseguissem reinstalar-se, sobretudo com uma ajuda internacional de peso, então todos esses antigos soldados ou militantes Khmers vermelhos ficariam de novo em contacto uns com os outros, a antiga organização seria reposta e a nova cairia. O que significava que os massacres voltariam. A China iria servir-se novamente do Camboja como base de agressão contra o Vietname. Seria uma nova guerra.

Por conseguinte, actualmente, há duas saídas possíveis. Ou essa ou a administração actual se consolida, bem como os comités de aldeia e as unidades de defesa, com a ajuda das tropas vietnamitas que assegurarão a segurança durante o período de arranque e rodagem e depois de tudo consolidado partirão. E se os Khmers vermelhos, ajudados pelos chineses, voltarem da Tailândia eles não poderão contactar com a anterior organização que terá sido já absorvida pelo governo actual; a situação ficará definitivamente



O regresso a casa dos camponeses após o derrube do regime de terror de Pol Pot



Heng Samrin, presidente da FUNSK

consolidada e, então, o Cambodja poderá reorganizar-se, reorganizar a sua agricultura, o seu ensino, a sua indústria, praticar uma política de paz, independente e de cooperação com os outros países, o Laos e o Vietname.

M. F. — Os Khmers vermelhos apoiados pela China podem, de facto, voltar?

Nguyen Khac Vien — Eu creio que as possibilidades são mínimas porque actualmente a população detesta-os com um ódio terrível. Mas ao mesmo tempo a população tem medo. Portanto, a sua única possibilidade está, em primeiro lugar, na base militar apoiada pelos chineses, depois no medo da população e, em terceiro lugar, no apoio internacional, nesta pressão internacional, nesse prestígio que as forças imperialistas querem dar aos Khmers vermelhos e, como se sabe, a ONU reconhece. Mas, na realidade, no próprio terreno, é o assassinato, o terrorismo, o medo que eles praticam. Portanto, trata-se de um problema de segurança para a população e para as novas estruturas. Durante um certo tempo, o tempo que a população levar a afastar de si esse medo, a nova organização tem de se impôr. Uma vez isto feito está o assunto arumado. Eis o verdadeiro problema. Eis a razão por que, nos tempos de hoje, assistimos a esta campanha internacional destinada a denegrir o actual regime e a ajudar a fazê-lo cair a partir do exterior.

M. F. — É-nos difícil compreender como é que o Cambodja, país tão fértil,

chegou à situação de não ter arroz suficiente, tendo, ainda para mais, em conta que a política de Pol Pot era baseada na agricultura. Como se explica isto?

Nguyen Khac Vien — O Cambodja é um país onde as condições naturais são desfavoráveis, onde uma economia natural, mesmo não modernizada, pode bastar a uma população que não é muito numerosa, de facto. Não é um país rico, desenvolvido, mas nele não se morre de fome. Não é como já disse, a Índia ou o Bangladesh.

Mas durante os últimos anos que fez Pol Pot?

É preciso não esquecer, antes do mais, as bombas americanas que desorganizaram praticamente tudo. E isso ajudou o regime de Pol Pot. Passou a haver uma série de camponeses afastados das suas aldeias, sobretudo jovens que não tinham nada a que se agarrar, nem à família nem à aldeia, a nada, no fim de contas. Quando Pol Pot montou a sua organização dita revolucionária ele pegou nestes jovens todos e disse-lhes: "você são a classe revolucionária". Deu-lhes metralhadoras. Todos os outros membros da população passaram a ser os inimigos da classe dita revolucionária e do regime. Tratava-se, claro, das pessoas da cidade que se tinham aproveitado da ajuda americana ou francesa. Foram essas que foram enviadas para os campos para trabalharem a terra.



Chia Sim, vice-presidente da FUNSK

Ou, então, se protestavam, eram liquidados. A segurança da ideia de Pol Pot era o socialismo, como eles dizem, sem técnica! Portanto, há que liquidar os técnicos! Por conseguinte, todos os trabalhos de irrigação, o plano 75-80 que era fazer os trabalhos necessários para irrigar 3 milhões de hectares, passou a ser feito à mão por uma pequena quantidade de pessoas! Trata-se de uma superfície mais vasta que o Vietname que tem, como sabe, 50 milhões de habitantes! Portanto, há que obrigar as pessoas a trabalhar! E esta rede de irrigação começou a ser montada por alguns milhões de pessoas em regime de trabalhos forçados — 9 a 10 horas por dia de trabalho "socialista", antes de partirem para os campos e o mesmo período de tempo no regresso! Tudo isto para fazerem uma rede de irrigação que, porque não houve estudo técnico, está, na sua maior parte, inutilizada e não serve para nada. Não se pode cavar a terra, abrir buracos, apenas. É preciso haver estudos técnicos e isso demora tempo e precisa de cálculos! Mas eles queriam fazer isto em cinco anos para uma superfície de 3 milhões de hectares matando, antes, todos os técnicos! Dou-lhe um exemplo: no Instituto Agronómico de Phnom Penh os técnicos tiveram que abandonar os seus postos e, com a população do bairro foram mandados para uma pequena cidade. A certa altura perguntaram aos engenheiros técnicos do Instituto se se queriam inscrever para regressarem a Phnom Penh e aí voltarem a trabalhar. 40 técnicos inscreveram-se e foram todos mortos.

Em segundo lugar, houve uma colectivização brutal. A sociedade foi completamente desorganizada. E veio a onda de fome proveniente do estado de guerra. Inevitavelmente, deu-se um período de instabilidade durante o qual a produção parou. Agora, nos locais onde a situação se estabilizou, a produção recomeça mas é preciso garantir a segurança das pessoas, o que é um verdadeiro problema. Víveres de urgência e segurança são as condições urgentes para evitar que o Camboja volte à situação anterior. As pessoas não querem que o regime de Pol Pot regresse. E se se conseguir passar o tempo suficiente para que as pessoas percam o medo dos tempos passados e que o novo governo consiga instalar uma infra-estrutura administrativa conseguir-se-á, de facto, evitar que a administração Pol Pot volte.



De Prisma latinoamericana de Cuba

Esta é a razão por que, entre o actual governo do Camboja e o governo vietnamita, existe um acordo para que as tropas vietnamitas permaneçam a fim de garantirem a segurança durante o tempo necessário ao novo governo para reconstruir as estruturas administrativas e defensivas. Isto pode realmente demorar um certo tempo mas também pode acontecer muito rapidamente porque a população, uma vez estabilizada, está decidida a cooperar. Há uma reserva de jovens, sobretudo nos colégios e liceus, que tinham 15 ou 16 anos em 1975 e agora têm 20/22 e que têm já uma instrução e uma experiência desses anos de terror e desgraça, uma experiência, de facto, política. Os novos quadros da nova administração sairão dessa camada de jovens. É preciso não esquecer que todos os militantes, todos os quadros administrativos e técnicos foram mortos pela administração Pol Pot na percentagem de três em cada quatro!

M. F. — O Vietname tem, portanto, todo o interesse em retirar as suas tropas do Camboja o mais depressa possível?

Nguyen Khac Vien — Após 30 anos de guerra você compreende facilmente que nós não temos o menor desejo de provocar uma guerra com a China, com os Estados Unidos e com a Tailândia. Seria uma rematada loucura! Todavia, nós somos obrigados a fazer o que estamos a fazer, em primeiro lugar, por causa da prática da política chinesa: o exército de Pol Pot, em 1975, contava 6 divisões, sem artilharia, sem tanques, sem aviação e as divisões eram pequenas, cerca de 4 a 5000 homens cada. Os chineses equiparam o exército de Pol Pot com tanques,

com aviões, com artilharia, com 20 000 conselheiros de tal modo que em 1978 as divisões eram já 23. Em Dezembro de 1978, após as grandes inundações, Pequim julgou que nós estávamos à beira da falência. Então decidiram atacar — as divisões de Pol Pot entraram pela fronteira sul para começar e as divisões chinesas pelo norte. 22 de Dezembro de 1978 é a data do ataque de Pol Pot no sul e 17 de Fevereiro, a data do ataque chinês a norte. Estava tudo coordenado para obrigar as tropas vietnamitas a lutar em duas frentes, a Norte e a Sul, com uma distância entre elas de 2 500 quilómetros. Infelizmente para eles, em Dezembro o exército de Pol Pot estava já minado interiormente por uma revolta importante. Eles tinham massacrado tanta gente que o massacre acabou por atingir também o exército. Quando você assassina alguém, você desconfia desde logo que o irmão ou o amigo daquele que foi morto se quer vingar e, então, você tem de assassinar o irmão ou o amigo e assim sucessivamente. Esta cadeia atingiu, como já disse, o exército, os oficiais e os soldados. Estes entraram então em contacto connosco.

Em Dezembro de 1978, o plano de ataque do exército de Pol Pot era tomar de assalto uma cidade fronteiriça a 100 quilómetros da cidade de Ho-Chih-Minh quando os vietnamitas estivessem em sérias dificuldades por causa do meio milhão de tropas chinesas a Norte e por causa também, das inundações. Esta cidade a

100 quilómetros da de Ho-Chih-Minh iria desencadear o pânico e em Ho-Chih-Minh havia uma importante colónia chinesa, os Hoas, que, desde há algum tempo, preparavam uma revolta. Está a ver a situação! Mas o exército de Pol Pot, minado pela insurreição, afundou-se. A acrescentar a isso eles não tinham de maneira nenhuma a experiência da guerra, da guerrilha. Tencionavam conduzir a guerra de forma clássica, com divisões regulares, com tanques, artilharia pesada e isso era demais para eles.

Fugiram para a Tailândia, abandonando Phnom Penh sem luta. Actualmente, reorganizam-se na Tailândia e preparam o regresso. Eis o grande problema. Porque este exército foi derrotado, mas não foi exterminado! E o aparelho político e militar montado pelos chineses desde 1970 não foi exterminado! Será que este aparelho pode regressar? Que a China se possa servir de novo o Cambodja como base de ataque contra o Vietname pelo Sul? Se se afastar esta ameaça haverá paz deste lado e se houver paz no Cambodja as hipóteses de uma agressão chinesa diminuirão. Mas se a China tiver possibilidade de atacar nas duas frentes, ela recommeará!

Aqui, no Ocidente, fala-se de uma rivalidade secular entre os povos do Cambodja e do Vietname. É certo que na história passada os reis vietnamitas de outrora tinham anexado os territórios do Cambodja. Mas se se 4 ou 5 séculos para trás



Festecendo o fim de um pesadela



Milícias vietnamitas abastecendo a Frente em Hoang Lien Son

terão de se pôr em causa todas as fronteiras europeias! Na Europa também se passaram coisas semelhantes às que se passaram entre o Vietname e o Cambodja de há séculos! Mas o que se esquece é que, a partir de 1863, os patriotas cambodjanos e os patriotas vietnamitas começaram a coordenar as suas acções contra o colonialismo francês, os americanos a seguir e, agora contra a ameaça chinesa contra a ameaça chinesa.

M. F. — Essa rivalidade reinstalou-se na organização do próprio partido comunista do Kampuchea?

Nguyen Khac Vienn — É preciso, em primeiro lugar, saber quem era Pol Pot e o seu grupo. Eram estudantes esquerdistas de Paris que entraram para o Partido após os Acordos de Genebra em 1954. Nesse momento, no Partido Comunista do Kampuchea pôs-se a questão de saber qual era o inimigo principal: os americanos que tinham ocupado o Vietname do Sul, uma parte do Cambodja e outra do Laos ou Sihanouk que era um feudal mas que, ao mesmo tempo, defendia a independência do Cambodja contra os americanos. Os antigos militantes do PCK consideravam que os americanos eram o prin-

cipal inimigo, o que coincidia com a opinião dos vietnamitas. Era preciso, por conseguinte, não atacar nem derrubar Sihanouk directamente. Pelo contrário, devia-se ajudá-lo na sua política de independência. Mas, para os esquerdistas, o principal inimigo era Sihanouk e não os americanos. Quanto a eles devia-se desencadear a guerrilha contra Sihanouk e contra o governo. De modo que, em 1963, após o assassinato do primeiro secretário do antigo PC, Pol Pot foi eleito secretário-geral e lançou a guerrilha contra Sihanouk. Em 1965 ele estava em Pequim onde Mao preparava a revolução cultural, a teoria dos campos cercando as cidades, etc. Os laços com Pequim datam deste momento e, em 1967, a grande guerrilha contra Sihanouk foi despoletada. E, como os antigos militantes que não estavam de acordo com tal decisão tinham previsto, esta guerrilha lançou Sihanouk nos braços dos americanos aos quais ele pediu ajuda militar. Os oficiais são então manipulados pelos americanos e tornam-se pró-americanos; em 1970, eles derrubam Sihanouk para tentar fazer do Cambodja uma base americana. Felizmente que foi possível resistir e, de 70 a 75, o governo, sob a

égide de Sihanouk, que se instalara em Pequim, resiste e no interior do país a direcção de Pol Pot organiza a luta armada com a ajuda de vietnamitas. Politicamente eles estavam já contra os vietnamitas porque estavam ligados à linha de Pequim com a qual nós, vietnamitas, não estávamos de acordo. Mas, militarmente, pediram a nossa ajuda. A libertação, incluindo a de Phnom Penh, foi conseguida com a ajuda vietnamita. Imediatamente após, as tropas vietnamitas partiram para libertarem Saigão e o Sul do Vietname e Pequim instalou-se no Camboja com uma ajuda militar maciça e conselheiros. Segundo a ideia de Pol Pot era preciso criar um grande exército e aproveitar o apoio dos chineses para reconquistar o delta do Mekong! Do lado chinês, a ideia era fazer de Pol Pot um instrumento de ataque contra o Vietname, a partir da China. Isto seria muito vantajoso para a China: em primeiro lugar, permitiria enfraquecer o Vietname e atrair uma parte das suas forças armadas para o Sul. Em segundo lugar, do ponto de vista da propaganda feita na opinião pública chinesa e internacional, isso permitiria apresentar o Vietname como agressor e justificar um ataque contra nós. É isto que nós tentamos a todo o custo evitar, ou seja, impedir que uma operação armada recomece no Camboja ou no Laos. Eles tentam-no a partir do Laos, também. Criaram lá um partido, a que chamam socialista, com todos os elementos pró-americanos que recuperaram e levaram para a China. Há divisões chinesas na fronteira com o Laos. Tentam agora fazer com que o Laos entre na liça. Ora o Laos é toda a fronteira Oeste do Vietname, quase 2000 quilómetros de fronteira!

M. F. — Isso que acaba de dizer destrói completamente a análise de Pol Pot que via na atitude vietnamita a vontade de construir uma Federação Indochinesa, o que os vietnamitas, aliás, sempre negaram.

Nguyen Khac Vien — É a solidariedade de combate contra uma ameaça comum. Suponha que Hitler teria ocupado a Europa durante 20 anos. Ter-se-ia criado uma frente comum entre franceses, belgas e outros. Isso não quer dizer que, uma vez caído Hitler, tivesse surgido uma federação europeia, com um governo só, com uma só administração integrada! Em segundo lugar, após a libertação, houve

uma cooperação económica e cultural estreita, mais estreita que com outros países, porque são vizinhos ligados pela história! Para nós a ideia é que há um inimigo comum, uma mesma ameaça. É normal que o Camboja se ligue com o Vietname, numa solidariedade de combate. E mesmo numa solidariedade e numa cooperação económica e cultural — temos os mesmos problemas, o Mekong é o mesmo rio que serve os dois países, temos uma fronteira comum!

M. F. — Preparam-se alguns acontecimentos?

Nguyen Khac Vien — Há cerca de 500 000 homens na fronteira chinesa, pequenos combates quotidianos, divisões instaladas na fronteira do Laos, também. Onde as coisas irão começar e qual será a envergadura desses acontecimentos é a questão. Irá começar no Laos ou na fronteira com o Vietname? A estas pequenas escaramuças seguir-se-ão grandes batalhas?

Há uma probabilidade de um ataque rápido às minas de carvão, que ficaram relativamente perto da fronteira, com a intenção de as destruir. E, como sabe, estas minas de carvão são as mais importantes do Vietname.

M. F. — Falou-se de um eixo Washington-Tóquio-Pequim. Segundo a sua opinião, este eixo, é, de facto, uma realidade?

Nguyen Khac Vien — É uma realidade política mas não ainda uma realidade operacional. A ideia é que toda a Ásia do Sudoeste seja integrada no sistema económico norte-americano. Ora, no meio disto tudo, o Vietname recusa tal ideia e enfrenta-a. Por isso se torna imperioso, para esse eixo, impedir que o Vietname se oponha. Em segundo lugar, para a China, o Vietname é um obstáculo e esperamos longos anos de guerras muito duras. Mas esse eixo não terá grande duração. Ele engloba interesses de tal modo contraditórios que não pode vir a tornar-se, nem sólido nem durável.

M. F. — Porquê?

Nguyen Khac Vien — Porque a China se quer aproveitar da ajuda norte-americana para se tornar uma grande potência, coisa em que os americanos não têm um grande interesse! Em seguida, a política chinesa no interior do país centraliza-se bastante na modernização do exército, o



Soldado chinês prisioneiro das milícias vietnamitas

que irá pesar largamente sobre a população chinesa. Ora a economia chinesa está já desorganizada desde 1958 (grande salto em frente: revolução cultural) e, a acrescentar a tudo isto, a bomba atómica, a bomba de hidrogénio, os foguetões intercontinentais e, agora a compra de equipamentos militares modernos ao Ocidente, são grandes investimentos. Há muitas contradições entre o povo chinês e estas coisas e tudo isto pode provocar muitas preocupações e terríveis dificuldades nas relações da China com os Estados Unidos.

Eu creio que há um descontentamento crescente na China que vem de uma situação económica que piora. A população aumentou ao longo destes 20 anos e só os armamentos é que aumentaram num país que nem sequer está directamente ameaçado por ninguém. Mesmo com a grande

propaganda que fazem sobre a ameaça que a URSS constituirá para a China, um chinês quando pensa um pouco nisso, compreende que não é razão válida. Portanto, obrigar a população a apertar o cinto por causa de um ataque imaginário, é política impossível de prolongar por muito tempo. E é necessário não esquecer que a população chinesa adquiriu uma consciência revolucionária e os Estados Unidos não a poderão colonizar sem encontrar tenaz resistência. Pode manipular-se os dirigentes mas o povo reagirá.

M. F. — Tem-se a impressão que existe uma contestação na China que, actualmente, é muito importante e que era impossível em tempos anteriores.

Nguyen Khac Vien — Porque todo o aparelho, porque todo o sistema está em confusão. O aparelho do Partido foi desconjuntado durante a revolução cultural. O aparelho administrativo também. Do ponto de vista ideológico ou se acredita no pensamento de Mao Tse Dong ou não se, acredita em nada! Num país deste tamanho ou se mantém a unidade com um aparelho técnico importante como no Ocidente, com as comunicações, telefone, com funcionários e uma administração bem experimentada ou então a unidade só pode ser ideológica. Hoje, o aparelho técnico ainda não existe e o aparelho do Partido foi desmembrado.

M. F. — Quanto ao Vietname considera-se que a nova equipa no poder, na China, trouxe alguma mudança?

Nguyen Khac Vien — Sim, quanto ao Vietname houve alterações. Como a nova equipa não possui os meios para fazer uma grande guerra haverá um período de tensão mas não haverá guerra. E, se houver uma guerra, ela não durará muito. Isto é para nós reconfortante! E, à distância, haverá modificações internas, o que, neste momento, torna as coisas mais duráveis.

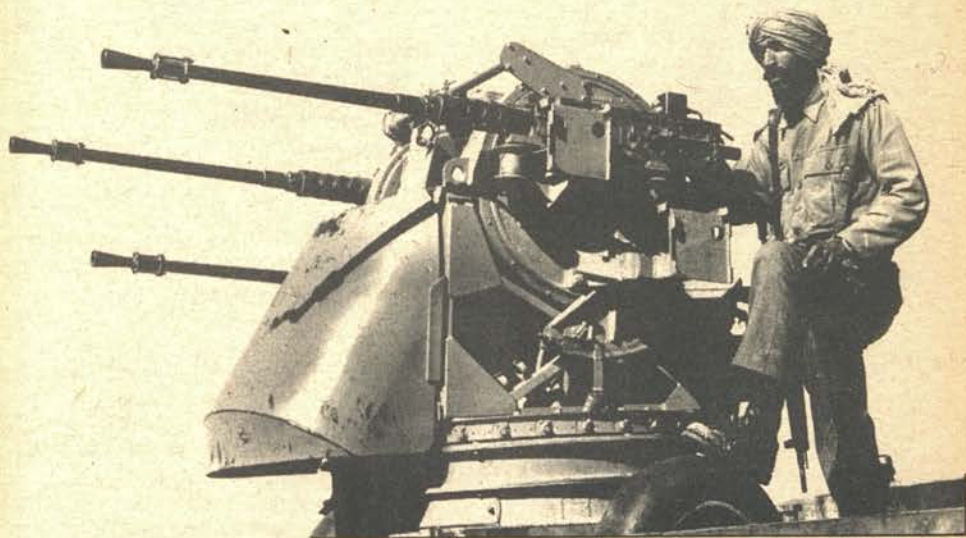
Houve imperadores na China durante 20 séculos e houve uma guerra todos os 2-3 séculos e não todos os anos! Apesar de ter continuado a haver imperadores na China sempre!

Existem os Estados Unidos que continuam a ser capitalistas e imperialistas mas não há uma guerra todos os anos! Claro que há a ameaça de uma guerra, que, de resto, é o pano de fundo internacional da nossa época. Mas daí até à guerra vai uma distância!

SARA OCIDENTAL



1980: ano da consolidação da República Saraui



Cuba foi o 35.º país a reconhecer a República Árabe Saraui Democrática. Às importantes vitórias diplomáticas a Frente Polisario soma no terreno as derrotas consecutivas infligidas ao Exército marroquino, colocando o trono de Hassan numa posição cada vez mais difícil de sustentar.

Baptista da Silva

No momento em que encerramos esta edição, o povo Saraui, onde quer que se encontre — nos campos de refugiados da Argélia, nas zonas ocupadas pelas tropas marroquinas ou no campo de batalha — está a festejar, ainda que de ma-

neira diversa, o quarto aniversário da sua nação, a República Árabe Saraui Democrática. Os refugiados no deserto, o *hamda* argelino, receberão centenas de convidados e jornalistas que serão acolhidos pelo colorido da festa, os *ius-ius*

de alegria das mulheres e crianças, e pela hospitalidade de que nós próprios já fomos testemunhas. O Secretário geral da F. Polisario Mohamed Abdelaziz, presidirá às festividades e traçará no seu discurso a cena actual em que se desenvol-

ve a luta de libertação, à luz dos últimos acontecimentos no terreno militar e diplomático.

Os guerrilheiros saraus empenhar-se-ão ainda com maior determinação no combate ao inimigo. Normalmente acções militares de grande vulto e espectacularidade costumam desenrolar-se neste período, chegando ecos delas na forma de precisos boletins mi-

litares ao local principal das comemorações. Em 1978, quando aí estivémos chegavam notícias de ataques a importantes concentrações de tropas marroquinas, e mesmo a El Ayoun, a capital do Sara e na sua mais importante cidade.

Decerto que será para os saraus cercados nas suas cidades pelas forças marroquinas que a comemoração será mais penosa. longe dos

seus e confrontados com o negro quotidiano da ocupação, da repressão, da arbitrariedade, onde a resistência é clandestina, surda, feita de punhos e dentes cerrados.

Apesar do aniversário deste ano não poder ser comemorado com a alegria plena da total e completa libertação — a intransigência do regime cherifiano e de Hassan II parecem indi-



El Uali, secretário-geral da Frente POLISÁRIO, morto em combate a 9 de Junho de 1976

car, a exemplo de outras potências coloniais, que só face à derrota completa no campo de batalha ou com base em alterações dentro do próprio regime será possível Marrocos sentar-se de forma construtiva à mesa das negociações — o 27 de Fevereiro do corrente ano vem culminar uma série consecutiva de vitórias tanto no campo diplomático como no campo militar.

UM ANO DE VITÓRIAS POLÍTICAS

Com efeito, o ano de 1979 foi e virá a ser determinante na já longa guerra de libertação que o povo sarauí vem travando pela conquista da sua soberania nacional.

Em todas as instâncias internacionais onde o problema foi discutido, na cimeira da OUA, que decorreu em Monróvia, Libéria, na VI Cimeira dos Não-Alinhados, na XXXIV sessão das Nações Unidas, foi reafirmado o direito inalienável do povo do Sara Ocidental à autodeterminação e independência, assim como a Frente Polisário era conhecida sem subterfúgios em todos esses foros como "representante do povo sarauí".

A medida que a luta de libertação ganhava pontos, afirmando-se perante a comunidade internacional e a opinião pública mundial, o regime marroquino via-se cada vez mais isolado, condenado na sua aventura expansionista. A 5 de Agosto, em Argel, a Frente Polisário e a República Islâmica da Mauritânia, um dos subscritores do Acordo Tripartido de Madrid, juntamente com a Espanha e Marrocos,

— acordo que "legitimou" a anexação do Sara Ocidental — assinavam um acordo de "paz definitiva", segundo o qual a Mauritânia reconhecia oficialmente a Frente Polisario e renunciava a quaisquer reivindicações sobre o Sara Ocidental. Marrocos passava a estar só na defesa das teses expansionistas, invocando os pseudo-argumentos históricos que já o Tribunal Internacional de Haia havia rejeitado um por um. Reagindo ao acordo de paz, Rabat enviava emissários um pouco atabalhoadamente por todo o lado, enquanto a imprensa marroquina apelidava o acordo de Argel de "capitulação" por parte da Mauritânia; aquilo que não era mais que uma resposta positiva e tantas vezes adiada desde que a Polisario havia decretado um cessar fogo unilateral com Nuakchott, no seguimento do derrube do antigo presidente mauritano Ould Daddah. Foi preciso um ano e vencer múltiplas contradições para que a Mauritânia, enfim, respondesse positivamente à "dinâmica da paz" lançada pela Polisario. Para a Mauritânia a guerra do Sara estava perdida, e o país mais não era do que um joguete nas mãos de Hassan II que lhe servia à maravilha nas suas ofensivas diplomáticas, ainda que para o regime cherifiano isso o levasse a empenhar temporariamente o sonho do grande Marrocos, que passava pela sua própria anexação da Mauritânia, estendendo a fronteira marroquina até ao rio Senegal.

A partir da assinatura do acordo de paz com a Polisário, a Mauritânia deixava

de constituir a cobertura diplomática para Hassan e os mauritanos deixavam de ser no terreno a carne para canhão. A "capitulação" de que falavam os jornais marroquinos mais não era afinal que um estancar de uma hemorragia em homens e em dinheiro que constituía para Nuakchott a aventura expansionista. Em Março de 1979, poucos meses portanto antes da assinatura do acordo de Argel, a Mauritânia apresentava uma dívida externa que se elevava a mais de 750 milhões de dólares, o que representava 150 por cento do seu Produto Nacional Bruto e as receitas apenas cobriam 50 por cento das despesas. A guerra esgotava o país e punha em risco a própria existência da nação mauritana.

35 PAÍSES RECONHECEM A RASD

À medida que 1979 decorria, novos reconhecimentos da República Árabe Sarauí Democrática iam-se dando, normalmente coincidindo com a realização das várias cimeiras de organismos internacionais que iam tendo lugar. Na altura em que escrevemos este artigo, já 35 países reconheceram oficialmente a RASD, o último dos quais foi Cuba que neste momento assume a presidência dos não-alinhados, sendo de assinalar que 20 desses 35 países são do continente africano. Aliás refira-se que a diplomacia de Rabat — em que os representantes da chamada "oposição" consentida, particularmente do Partido do senhor Ali Atta, secretário-geral do Partido do Progresso e do

Socialismo são atirados para a cabeça do touro mostrando-se mais papistas que o Papa, ou, neste caso, mais expansionistas que Hassan — tem actuado um pouco à "laia" de bombeiro, procurando apagar fogos que cada vez mais se ateiam em mais frentes, e, nalguns casos, esse desespero tem-a levado a cometer erros graves sobretudo a nível do continente africano. Hassan apelidou a última conferência cimeira da OUA realizada em Monróvia, na Libéria, de "conferência do tan-tan" atentando assim contra a própria isenção do actual presidente daquela organização, o moderado William Tolbert, presidente liberiano, para de seguida, e já mais recentemente, despachar vários emissários pelas capitais africanas com vista a explicar a posição marroquina, em relação ao problema do Sara Ocidental. Como referia justamente o "Jornal de Angola", de 23 de Janeiro último, "os emissários de Hassan tentam influenciar os estadistas africanos de maneira a emendarem o seu ponto de vista, na esperança de impedir o anunciado reconhecimento da RASD pela Organização de Unidade Africana".

"Com efeito a Frente Patriótica revelou há dias — prosseguia a mesma notícia do "Jornal de Angola" — a sua intenção de solicitar o reconhecimento da RASD na próxima cimeira de chefes de Estado, prevista para meados deste ano." Efectivamente, basta que mais cinco países dêem seu voto favorável, a juntar aos 20 que em "devida altura optaram pela justiça e o direito internacional", para que a RASD assuma o estatuto

de membro pleno da OUA. Recorde-se que até ao momento a OUA conta 49 membros.

OFENSIVAS CADA VEZ MAIS OUSADAS

Apesar da importância que a batalha diplomática tem para os sarauis, eles não desconhecem, muito pelo contrário, que é no terreno das armas que terão de virar decididamente a situação a seu favor e enfim, assumir plena soberania sobre todo o seu território; e isso passa evidentemente por levar Marrocos à mesa das negociações.

Se as vitórias no terreno diplomático foram grandes e importantes para a causa da libertação do povo da antiga colónia espanhola, as conseguidas no terreno de batalha propriamente dito não foram menores nem menos espectaculares. Efectivamente, 1979 e as últimas operações de envergadura que o Exército da Libertação do Povo Sarani tem desenvolvido durante os primeiros dias deste ano de 1980 vêm demonstrar, a quem ainda o quisesse ignorar, que só "polisários", como é vulgar denominá-los, possuem um verdadeiro exército, extremamente

Da «estrita neutralidade» à «neutralidade positiva»?

O acordo de Paz que a República Islâmica da Mauritânia assinou em 5 de Agosto passado com a Frente Polisário possibilitou já que as autoridades mauritanas se virassem decididamente para a recuperação económica do país, recuperação impensável durante a guerra. Efectivamente a guerra absorvia 60 por cento das receitas do Estado e a exportação de ferro, principal riqueza do país, juntamente com os bancos de pesca, era ameaçada diariamente na sua principal artéria: o eixo ferroviário que liga as minas de Zouerat ao porto de Nuabi-bouh, principal alvo das guerrilhas da Polisário.

Com a paz veio, para além do ganho em vidas humanas, um certo e importante alívio para o Orçamento Nacional, até aí "militarizado".

Para além de terem sido retomados certos projectos de investimento, nomeadamente no sector da exploração de novas jazidas de ferro e de uma refinaria em colaboração com a Argélia, projecto que se encontrava na gaveta desde que a Mauritânia havia decidido alinhar com Marrocos na ocupação do Sara Ocidental, medidas de emergência foram tomadas, como a desmobilização de dois terços dos efectivos do exército. No entanto, a situação de crise está longe de se encontrar superada, dependendo em grande parte de avultados projectos de financiamento para investimentos produtivos que estão ainda a ser negociados pela República Islâmica da Mauritânia com importantes instituições bancárias e de crédito internacionais.

Porém, no dia 4 de Janeiro, as agências noticiosas divulgavam que havia ocorrido em Nuakchott um golpe palaciano durante o qual haviam sido afastados o tenente-coronel Mo-

bem organizado, disciplinado, treinado, conhecedor do terreno em que se move e com uma altíssima capacidade ofensiva. De tal modo que as investidas no sul de Marrocos são cada vez mais profundas. Ainda há bem pouco tempo, precisamente no dia 28 de Janeiro, as agências noticiosas ocidentais informavam em comunicado sintético e seco, um ataque da Polisário "lançado contra a cidade marroquina de Akka em que teriam morrido cerca de 100 soldados marroquinos". Fonte do governo marroquino, posteriormente, confirmaria às agências

noticiosas o referido ataque, negando, como não podia deixar de ser, os números dados pela Polisário e dando a sua própria versão das perdas em causa. Mas o que o informador marroquino não podia negar é que Akka fica bem dentro de Marrocos, a 160 quilómetros da cidade turística de Agadir e a cerca de 200 quilómetros a norte da fronteira com o Sara Ocidental, em plenos contrafortes das cordilheiras do Atlas.

Encerrada a frente de batalha com a Mauritânia que a paz do acordo de Argel de 5 de Agosto veio coroar,

o exército de libertação sa-raui pode agora virar-se exclusivamente para aquele que constitui sempre o mais forte e poderoso dos agressores: Marrocos.

O segundo semestre do ano passado foi marcado por violentas e sangrentas batalhas tanto em território do Sara Ocidental como no sul marroquino.

A 5, 6 e 7 de Outubro, Smara, a cidade santa e a segunda mais importante do Sara Ocidental, foi palco de uma das mais importantes batalhas que tiveram lugar desde que o povo sa-raui pegou em armas para conquistar a sua independência, e isso não só pela capacidade de fogo exibida por ambos os lados, mas pela quantidade de homens envolvidos no combate. Ao fim do terceiro dia, unidades do Exército de Libertação sa-raui entraram na cidade destruindo numerosas instalações militares e libertando, segundo números divulgados pela Polisario, cerca de 1000 compatriotas seus. Entre estes figurava um deputado do Parlamento marroquino; seu nome: Ali Ould Sidi El Bachir, eleito pelo Istiqlal, partido que tem como secretário-geral o senhor Bucetta, actual Ministro dos Negócios Estrangeiros de Hassan II. Sidi El Bachir foi, assim, o segundo deputado do parlamento marroquino a juntar-se à Polisario, o primeiro tinha sido Abderrahmane Oul Leïbak. Como nota à margem, refira-se um episódio: há bem pouco tempo atrás, em conversa com o deputado socialista português, João Lima, que se deslocou ao Sara Ocidental em princípio de Novembro a convite da Polisário, este contava-me o seu espanto

hamed Ould Louly, que teve de ceder a presidência do Estado ao então primeiro-ministro, tenente-coronel Ould Haidalla, o vice-presidente do Comité Militar de Salvação Nacional, instância máxima do poder, tenente-coronel Ould Sidy, o comandante Thiam el-Hadj, ministro da Juventude e Desportos e o tenente-coronel Cheik Ould Boyde, controlador geral do Estado e antigo comandante da polícia.

No seguimento destas alterações nas cúpulas de poder, foram também remodelados postos-chaves do governo. Assim, os negócios estrangeiros e o interior foram confiados respectivamente a Moktar Ould Zamel e ao comandante Moulaye Ould Boukhreis considerados muito próximos do novo Chefe de Estado. Quatro novos membros deram entrada no remodelado governo: o das pescas e economia marítima (Soumare Oumar), indústria minas e comércio (Sissoko Mamadou), desenvolvimento rural (Ould Amar) e informação, cultura e telecomunicações (Ould Sidi Hanena).

Explicação oficial para esta importante alteração nas mais altas esferas de poder: "desembaraçar de todos aqueles que não se empenham com entusiasmo e determinação na tarefa de reconstrução nacional".

Porém, todos os observadores foram unânimes em considerar a remodelação como um afastamento daqueles elementos considerados próximos de teses marroquinas. Recorde-se que esta remodelação dá-se pouco depois da Mauritânia ter votado na 34.ª Assembleia das Nações Unidas a favor da resolução em que é denunciada a ocupação marroquina do Sara Ocidental e se reconhece a F. Polisario como legítimo representante do povo sa-raui.

Significará esta remodelação a passagem da "estrita neutralidade" à "neutralidade positiva" que a República Islâmica da Mauritânia pode assumir através de um papel de mediação? O tempo o dirá. No entanto, Bachir Mustapha Sayed, secretário-geral adjunto da F. Polisario, instado a comentar a remodelação, afirmou que ela apresentava-se como francamente positiva.

quando num dos acampamentos de refugiados depa-
ra com El Bachir. Razão do
espanto: João Lima havia-
se encontrado com ele
poucos meses antes em ple-
no parlamento marroquino
quando ali se deslocou em
representação do Parlamen-
to português.

Mas a batalha de Smara
foi apenas uma das muitas
batalhas que se sucederam
no quadro da ofensiva
"Houri Boumedienne" lan-
çada pela Polisario a partir
de 1 de Janeiro de 1979 e
como homenagem àquele
dirigente argelino, que de-
sempenhou um papel ex-
tremamente importante na
luta dos seus irmãos sa-
rauis, honrando assim e,
mais uma vez, a solidarie-
dade que a Argélia inde-
pendente tem sido pródiga
em conceder aos movimen-
tos de libertação de todo o
mundo e particularmente
aos de África. Outras e im-
portantes batalhas tiveram
lugar: Zak, Touizgui, Lu-
beirat, ocupada durante
horas pelos guerrilheiros,
Mhabas, totalmente liberta-
da, Abathi, batalha durante
a qual foram abatidos dois
dos vinte mirages F-1 que a
França havia vendido em
Setembro a Marrocos, e
muitas outras. Pelo elevado
número de operações é já
praticamente impossível fa-
zer um balanço da ofensiva
"Houri Boumedienne". A
batalha e a libertação de
Mahbes, teve, contudo, um
especial significado. Com a
libertação de Mahbes caía
assim o último reduto for-
tificado no Nordeste do Sa-
ra. As forças armadas mar-
roquinas viam-se obrigadas
a abandonar essas posições
como foi no caso de Bir
Lahlou, Tifariti, Amgala,
Farsia, Hauza, Jderia e, fi-
nalmente, Mahbes.



Crianças sarauis durante as comemorações do 3.º aniversário da RASD

HASSAN EM PERIGO

O evoluir da guerra sobressaltava Hassan II e os seus aliados. Num afã desusado, importantes políticos norte-americanos deslocavam-se a Rabat em verdadeira romaria: o secretário da desefa senhor Duncan, o secretário de Estado do Comércio, senhor Kribs, o senador Jacob Javits e Henry Kissinger...

Entretanto os meios e informação norte-americanos "divulgavam" um relatório secreto da CIA em que esta previa o possível derrubamento do rei marroquino durante o ano de 1980... Segundo informações dos serviços secretos norte-americanos o regime mar-

roquino dispndia no "esforço" de guerra no Sara Ocidental um milhão e meio de dólares por dia, a que se vinha juntar uma profunda e grave crise económica. O mais jovem aliado dos Estados Unidos, o Egipto, antecipava-se no socorro a Hassan e enviava conselheiros e material bélico: SAMs-7, material de artilharia, aviões Mig. Finalmente a 16 de Outubro o senado norte-americano aprovava uma ajuda em material de guerra a Marrocos no valor de 200 milhões de dólares, constituída sobretudo pelo fornecimento de aviões Bronco OV-10 e helicópteros Cobra.

Entretanto, internamen-

te Hassan preparava com os seus conselheiros norte-americanos, franceses e egípcios, uma acção de envergadura destinada a "moralizar" as suas desmoralizadas tropas. Tratava-se da operação Uhud, comandada pelo brigadeiro Achmed Dlimi, chefe do serviço de informações do Rei, e cujo objectivo seria "varrer o terreno das bases da Polisario" e levar os guerrilheiros a fugir para lá da fronteira argelina. Rabat pretende formar à pressa três destacamentos motorizados, do qual o *uhud* é o primeiro deles, que terão no total 25 mil homens equipados com 4 500 blindados de todas as espécies e gozando de protecção aérea. Dando a entender que os pilotos marroquinos também eles, apesar da altura a que estão do solo se encontram desmoralizados, Rabat contrata pilotos sul-coreanos.

Contudo, para as derrotas que as forças reais vão

encontrando no terreno é necessário achar "bodes expiatórios" e Hassan II não hesita: É o seu próprio trono que está já em jogo. Ser comandante de aquartelamentos, quer eles se situem a sul do Ued Draa, no sul de Marrocos, ou em pleno Sara Ocidental, deixou de ser um lugar estável e "saudável". Se não é a Polisario é o próprio rei. Os oficiais "culpados" das derrotas são pura e simplesmente fuzilados. Foi isso que aconteceu ao ex-comandante de Tan-Tan, cidade do sul de Marrocos já ocupada várias vezes pelos guerrilheiros da Polisario, e, mais recentemente, com o comandante Azelmat, ex-chefe militar de Lubeirat, fuzilado em princípios de Setembro último. E há notícias de outros casos. Nos escalões mais baixos da hierarquia, para quem as armas não constituem profissão, a saída é por vezes bem mais fácil, ainda que penosa: a deserção. Em relatórios encontrados duran-

te a ocupação de Lubeirat, em Agosto do ano transacto, os guerrilheiros saraus puderam conhecer exactamente os números oficiais: 8 mil desertores até essa data.

Uma coisa parece certa neste Fevereiro de 1980. Se dos múltiplos atentados que tem sido alvo durante a sua vida de monarca e estadista Hassan II sempre conseguiu sair ileso, a aventura expansionista do Sara e a guerra de libertação do povo saraui parece, a prazo, ameaçar-lhe inexoravelmente o trono e a cabeça. Certamente que não será Hassan quem se irá sentar à mesa das negociações, mas outros marroquinos terão que acabar por o fazer. Pois o povo da antiga colónia espanhola do Sara Ocidental — povo que Hassan em múltiplas declarações dizia não existir, — está disposto, e seguramente mais perto, a conseguir a total libertação do seu território nacional. E é isso, que, uma vez mais, vai reafirmar neste quarto aniversário da sua jovem república.



A mobilidade e a rapidez são as armas determinantes dos guerrilheiros saraus



Os árabes e a África Negra



Panorâmica sobre a expansão da cultura e religião muçulmanas no continente africano

Carlos Comitini

ORIGINARIAMENTE acreditou-se, no Ocidente, que o deserto do Sara constituía uma barreira intransponível, a ponto de a África ter sido estudada como "ao norte do Sara" e "ao sul do Sara". Uma falsidade histórica. A língua, a cultura árabe e o Islão difundiram-se no Continente muito mais do que o fizeram conhecer ao Mundo os livros *ocidentais e cristãos*. Isto tem uma explicação: não eram os colonialistas portugueses que diziam que a sua obra imperialista só estaria completa quando extremassem os "bárbaros mouros".

No que se refere à África Ocidental, Ibn Yacin fundara no Senegal um mosteiro - Al Morabtin - e os seus seguidores, especialmente os Lemtuma, receberam o nome de *Almorávidas*. Estes converteriam o lendário império *sarakolé* do Gana, e posteriormente os demais impérios sudaneses, à doutrina do Corão.

Mais tarde - segunda metade do século XIX, - apareceram na área sudanesa e sahelo-sudanesa os caudilhos islamizados, que se oporiam ao invasor curupeu e tentariam estabelecer e organizar Estados próprios. Entre eles estavam Samory Touré

(de quem o actual presidente da Guiné, Sekou Touré, seria um dos descendentes), Al Hadj Omar, e Amadou. A expansão muçulmana alcançaria, inclusive, os Camarões - limite meridional - Mali, Serra Leoa e o Zaire.

Na África Oriental, uma dupla corrente islamizadora parte do Egipto para o Sudão (ao sul) e para o Chade e o Níger (ao sudoeste), mas a influência predominante varia da península arábica e chegaria até Zanzibar e Moçambique. Destacam-se, por sua importância, as populações swahili da costa, no Quênia e na Tanzânia.

Em 1976, calculava-se que 99 073 500 muçulmanos povoavam o continente africano, enquanto os cristãos chegavam a 101 144 100. Pouca diferença, portanto. Vejamos o quadro estatístico para melhor compreendermos a sua distribuição.

De acordo com o orientalista e africanista, V. Monteil, o êxito do Islão na África Negra deveu-se a três factores:

1) A conversão não requeria a longa iniciação do Cristianismo, bastando saber a *chaada*: Alá é meu Deus e Maomé o seu profeta”;

2) Graças a certa semelhança com algumas instituições locais (a organização comunitária, a poligamia) o Islão africanizou-se rapidamente e o *marabout*

substituiu o feiticeiro sem necessidade de grandes mutações, evitando a ruptura com os costumes negros africanos;

3) Não seria arriscado atribuir também o auge da religião islâmica ao sentimento de fraternidade muçulmana e à ausência de discriminação racial nos princípios e práticas religiosas, o que, no entanto, não impediu a triste empresa comercial do tráfico de escravos e foi o deflagrador último da revolução contra o poder árabe em Zanzibar, em 1964.

A conversão correu por conta de imunidades muçulmanas às vezes cismáticas frente ao islamismo ortodoxo. Entre elas destacaram-se a *Qadiriya* (fundada no Iraque, no século XI) e

a *Tidjaniya* (criada na África do Norte, no século XVII). Na África Centro-Oriental, a irmandade líbia dos *Sanoussi* teve, no século XIX, bastante êxito, e a leste surgiu o *Mahdismo* sudanês. O *Ahmadiya*, na África Oriental, fundado pelo profeta de Caxemira — Mirza Ghulam Ahmad, — na metade do século passado, teve seguidores até na África Ocidental. Totalmente africanos são o Muridismo (Senegal) e o Hamalismo (Mali).

VANTAGENS E DESVANTAGENS

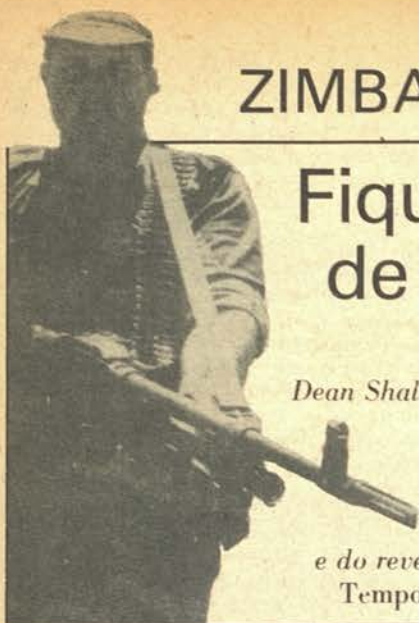
Amplamente reconhecida a grande vantagem que significou para a África Negra receber dos árabes um sistema de escrita, uma rica mas quase desconhecida literatura escrita não só em árabe, como também em *ki-swahili*, *fula* ou *hauçá*, mas redigida em caracteres árabes, permanece ainda por descobrir. Como dizia um africanista, o que se espera desta fonte escrita é que ajude a comprovar — mais uma vez — a hipótese de que a África ao sul do Sara não foi um Continente vazio nem marginal, sem história nem passado cultural.

As desvantagens estão no facto de os árabes terem utilizado o escravagismo como forma de criar riqueza. (Antes citámos a revolta de Zanzibar). E há ainda um personagem por mencionar: o *marabout*, na África Ocidental, mescla de sacerdote, magia, curandeirismo e charlatanismo, quase sempre posto ao serviço dos exploradores. Sekou Touré e seu Partido Democrático da Guiné (PDG) pregavam a *démaraboutisation* do país, condição imprescindível para o desenvolvimento.

Hoje, todavia, países como Argélia, Líbia, Guiné, Somália e Tanzânia tentam fazer do islamismo uma ferramenta revolucionária ao serviço de seus povos, não para criar impérios majestosos, graças ao suor e lágrimas dos compatriotas e de outros irmãos africanos, mas para dar-lhes pão, terra e liberdade. Ou seja, um Corão ao serviço do povo.

Alto Volta	1 milhão de muçulmanos
Argélia	99% da população é muçulmana
Benin	15 %
Camarões	15 %
Chade	55%
Congo Rep. Pop.	1%
Costa do Marfim	20%
Djibuti	95%
Egípto	92%
Etiópia	34%
Gabão	3 mil muçulmanos
Gâmbia	50%
Gana	12%
Guiné	65%
Guiné-Bissau	(não temos dados mas há tribos islamizadas)
Guiné Equatorial	(não temos dados mas existem muçulmanos no país)
Ilhas Comores	95%
Rep. Centro-Africana	5%
Libéria	3%
Líbia	97%
Madagascar	5%
Malawi	(há comunidades muçulmanas)
Marrocos	60%
Maurício	97%
Mauritânia	95%
Moçambique	(760 000 muçulmanos)
Niger	85%
Nigéria	47%
Quênia	(há muçulmanos)
Ruanda	(há muçulmanos)
Sara — R.A.S.D.	(a maioria da população é muçulmana)
Senegal	86%
Serra Leão	23%
Somália	97%
Sudão	70%
Tanzânia	24%
Togo	5%
Tunísia	98%
Uganda	6%

ZIMBABWE



Fiquei cansado de matar civis

Dean Shally, ex-mercenário britânico relata na entrevista que concedeu no Maputo à religiosa norte-americana Jane Maclawglyn a sua experiência como comandante das «forças auxiliares» do bispo Muzorewa e do reverendo Sithole. Com a premissão da revista Tempo publicamos alguns extratos desse diálogo.

Você esteve com as forças auxiliares do bispo Muzorewa durante os últimos meses. Nessa altura surgiram acusações de que estas forças têm vindo a intimidar pessoas nas zonas rurais. Existirá alguma verdade nestas acusações?

“Eu estou absolutamente certo de que não existe nenhuma dúvida quanto às acusações. As forças auxiliares foram formadas nos inícios do ano passado essencialmente com o propósito de estabelecerem a ordem pública durante as eleições do conhecido “Acordo Interno” em Abril de 1979. Então alguém no comando do exército teve a ideia de que seria bom terem um pequeno exército privado de que por eles pudesse ser usado. E foi isso que eles fizeram. Bom, no início, pelo que eu saiba, elas constituíam uma força auxiliar para o exército, mas agora transformaram-se numa entidade própria procedendo àquilo que bem entendem.”

Que tipos de acções levam eles a cabo na intimidação das pessoas?

“Eles fazem exactamente aquilo que querem: antes de se dirigirem para uma área pedem às forças de segurança que “limpem” a área. Quer dizer, que empurrem as eventuais forças hostis. Logo que essa limpeza termina e eles acreditam que já é razoavelmente seguro entrar na área (não são notáveis pela sua combatividade), dirigem-se para lá criando primeiro as suas bases de partida que são em princípio bases de transporte. A seguir tentam estabelecer contactos com a popula-

ção primeiro em termos amigáveis: tratam-nos por amigos, ajudam-nos um pouco a construir as suas casas, a trabalhar a terra, etc. Mas a seguir entram no campo duro. Logo que têm a “Intelligence” militar montada começam a saber quais são os seus amigos e simpatizantes, aqueles que não estão do lado deles e aqueles que lutarão contra eles em caso extremo. Eles obtêm toda essa informação através de boas relações com as pessoas, mas a seguir mudam completamente de atitude, começando a dizer que terão todos que acreditar no UANC de Muzorewa e que não há outra saída para eles. E é claro: se por exemplo você vivesse numa zona isolada onde as únicas pessoas que vê chegar armadas, e bem armadas, são as mesmas pessoas que parecendo ter todo o apoio do Governo lhe dizem que têm que acreditar num certo partido, é certo que você também não encontraria outra saída. Por tudo isso se pode dizer que estes estão a exercer coerção sobre as populações rurais para votarem num partido político.”

Poderá descrever algum incidente particular que tenha pessoalmente testemunhado?

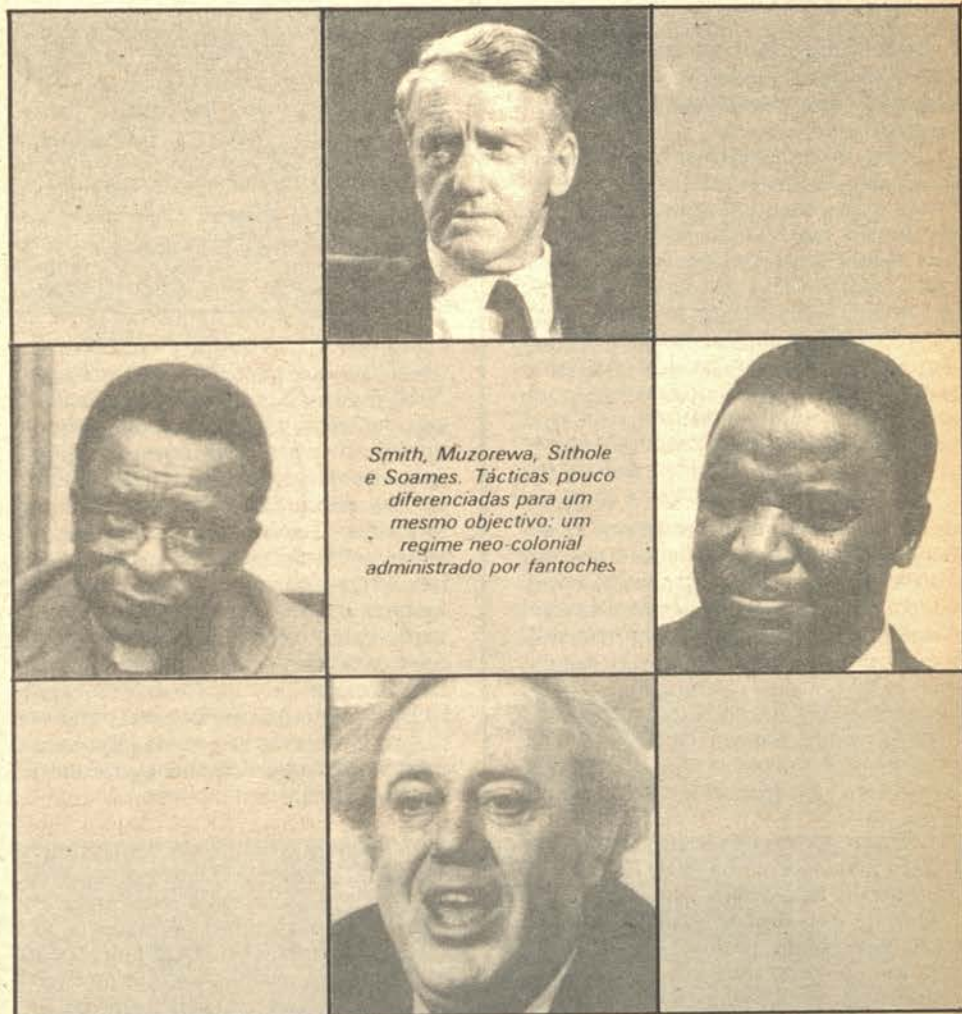
Em Outubro, na primeira semana de Outubro de 1979, um homem foi trazido à minha presença por duas enfermeiras do hospital oficial da aldeia. Ele estava coberto de golpes de navalha e feridas, a sua face feita numa pasta e nem sequer podia apertar mãos com ele pois tinha-as acabado de perder alguns minutos antes.

Afirmou-se então que isso tenha sido feito pelos meus auxiliares, por aqueles que estavam sob o meu comando por ter opiniões divergentes das deles em relação ao UANC.

Eu procurei então as pessoas responsáveis pelo incidente e fiquei deveras surpreendido por ver que alguns deles pareciam pessoas responsáveis. Disse-lhes en-

tinham antes do incidente e, ainda por cima, um deles foi promovido a Chefe do Destacamento.

A partir dessa altura comecei a compreender que estas pessoas dirigiam o seu partido e forças militares completamente apoliticamente, pura e simplesmente com base na apropriação de um melhor "status" de vida. Poucos minutos depois des-



tão que este não era o comportamento que devíamos ter, que não podíamos tratar as populações assim e que devia haver um mínimo de disciplina. Quatro dias depois dois homens do UANC vieram à minha base e em nome do meu superior imediato, um major, libertaram os dois responsáveis pelo incidente e que eu tinha preso, restituíram-lhes os postos que

te incidente passei a ser testemunha de uma série de incidentes como, assaltos a machimbombos, assaltos a lojas, toda uma série de acções de tipo. E eu sentia-me completamente impotente em andar atrás deles e dizer-lhes "por favor volte a entregar a mercadoria que roubou daquela loja, por favor volte e entregue à companhia de autocarros o dinheiro que

“você roubou deles”, etc. E tudo isto se tornou completamente incrível. Os poucos africanos na área que tinham carros viram os seus carros sem peças vitais que os auxiliares tinham tirado.

Estava tudo a sair do controlo e o pior é que tudo continua. Isto para não falar das intimidações e das leis que eles próprios fazem sair. Aliás eles pensam que eles próprios são a lei..”

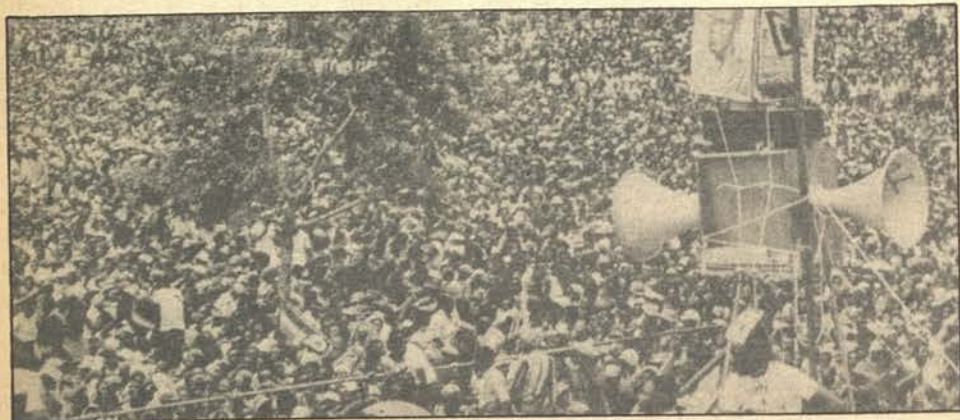
Estão equipados com armas sofisticadas? Que tipo de treino recebem e qual a dimensão que calcula que tenha o seu efectivo?

“Bom, no início eles não tinham qualquer tipo de armas sofisticadas. Passeavam apenas com espingardas de fogo convencionais, mas agora estão tão bem se não melhor equipados que o exército regular. Têm o armamento mais moderno que qualquer destacamento regular tenha em termos de equipamento pessoal. Eles têm espingardas automáticas europeias que são novas, têm equipamentos de comunicação bastante modernos e todas as facilidades materiais necessárias. Quanto às dimensões das unidades globais tão longe quanto eu possa saber a vinte um de Janeiro deste ano nós tínhamos 31 mil e oitocentos homens treinados e em operações quatro mil e quatrocentos e cinquenta em treino e aproximadamente mil e duzentos em processo de recrutamento. Este é um número aproximado daquilo que existia naquela altura sem contar, claro, com os homens da “Intelligence” deles, a quem chamam de Mujibas. Mas não recebem um treino lá muito famoso. Aliás estão mal treinados. Isto porque o

programa de treino é um pouco árido e não têm tempo de o dar, nem sequer para lhes dar os princípios básicos de disciplina. Apenas alguns conhecimentos de trabalho militar.”

E que tipo de pessoas é recrutada para os auxiliares?

“É um pouco uma legião estrangeira rodesiana. Funciona como um filtro de óleo para a sociedade em que todo o entulho é desviado. Por exemplo, têm os miúdos que tiveram que abandonar a escola porque, como deve saber com certeza, a guerra levou a que um enorme número de escolas tivessem que fechar. É claro que há um excessivo número de jovens de 13 a 16 anos que já não estão em tempo inteiro na escola nem tão pouco conseguem um emprego qualquer que seja, exactamente pela falta de conhecimentos e qualificações. Nestes termos eles compõem provavelmente 60 a 65 por cento dos efectivos deste exército privado. Claro que para além dos velhos homens do UANC têm os ex-trabalhadores que perderam a sua licença ou por qualquer motivo perderam o seu emprego e que, não podendo viver doutra maneira entram num machimbombo e tentam ser auxiliares. Também têm os velhos que nunca souberam fazer nada na vida porque sempre estiveram no exército e que agora depois de desmobilizados só encontram saída nos auxiliares. Claro que, em certa medida, também se encontram os simpatizantes do UANC e os ex-guerrilheiros que desertaram das suas anteriores forças. E estas são as pessoas responsáveis pelas atrocidades cometidas partidárias contra o Povo.”



Aspecto parcial do comício da ZANU em Highfields quando da chegada de Mugabe (27/1/80)



Robert Mugabe, presidente da ZANU

Com as eleições para breve na Rodésia acredita que seja possível uma eleição legal enquanto essas pessoas continuarem esse tipo de operações?

“Seria uma eleição legal se toda a gente acreditasse no UANC. Desde que alguém acredite noutro Partido vai ter graves problemas. Porque eles até já enviaram grupos para zonas rurais para saberem exactamente em que partido é que as pessoas vão votar. E é melhor que a Frente Patriótica ganhe as eleições porque senão Muzorewa vai banir todos os outros Partidos e fazer a vida negra àqueles que não votaram nele.

Não há qualquer oportunidade de que nestas condições se realizem eleições livres.”

Pensa que o governador britânico Lord Soames está ao corrente desta situação?

“Bom se ele não está ao corrente de tudo isto é porque é tão vesgo quanto um bolo de frutas.

Ele tem que estar ao corrente de tudo isto. Estou certo disso, porque até viu os seus próprios comandos das forças do cessar-fogo encorajar todo este tipo de acções. Ele teria que ser completamente cego para não estar ao corrente delas. As forças do cessar-fogo estão literalmente a autorizar estes grupos a actuar como têm vindo a actuar, e a continuar sob o falso argumento de ajudarem as pessoas, a forçar moral e fisicamente as pessoas a votar em Muzorewa.

Se Muzorewa ganhar as eleições vai ser por causa da negligência destas forças de segurança britânicas. Tudo terá origem no facto de eles terem sido acessíveis a todo este tipo de coerção política.

Quais são as suas impressões sobre o exército rodesiano e como é que acabou por entrar para as forças auxiliares?

“As minhas impressões sobre o exército rodesiano nesta altura não são nada boas. É um aparelho militar tão babuscado, tão sobrestimado e publicitarizado que se tornou altamente arrogante, o peito cheio de propaganda. Eles são um grupo de meninos altamente arrogantes, o que eu penso, tem origem nos ventos da África do Sul. É absolutamente incrível, sabe, qualquer pessoa é obrigada a revoltar-se contra essa arrogância. Eles estão razoavelmente bem equipados mas não tão bem armados quanto o dizem estar. Eles poderiam usar aquilo que têm, mas o problema deles é que o exército é feito de milicianos de serviço obrigatório. Num situação de guerra não se pode depender só daqueles que acabam de entrar para o serviço obrigatório. E assim acabam por ter um exército de grandes meninos clarinhos de olhos azuis e cabelos loiros, que por natureza de formação são honestamente cobardes. É por isso que dependem dos estrangeiros para virem fazer a guerra deles. Se quiser sentido de humor tem que procurar um estrangeiro; se pro-



Joshua Nkomo, presidente da ZAPU

cura alguém com iniciativa tem que encontrar um estrangeiro; mas se quiser alguém para fazer um jogo porco também tem que procurar um estrangeiro. Se quiser alguém para correr riscos aí também tem que procurar um estrangeiro.

Em que unidades esteve incorporado e qual foi a sua experiência nessas unidades?

"Bom, quando eu entrei para o exército rodesiano fui logo posto na "Fire Force", as tropas helitransportadas de acção antiguerrilha. Comecei logo por ficar um pouco farto de matar civis. Por cada guerrilheiro que matávamos penso, matávamos pelo menos dois a três civis. Chegámos a mortear aldeias inteiras. Havia de haver sempre homens naquele exército, na maior parte jovens rodesianos, que depois do intenso fogo corriam a dizer "eu mato os prisioneiros, eu faço os interrogatórios" com um gesto brutal, coisas que eles de facto fazem, sabe? Eles gostam de tudo isto. Vivem num mundo de fantasia e não medem nenhum dos seus actos de guerra. Não levou muito para ficar altamente farto desta gente e essa é a atitude dominante da maior parte dos estrangeiros nesta altura. Eu tenho a certeza de que se eles fossem autorizados a estabelecer contactos com a Frente Patriótica de certo que se passariam para o lado dela, eu tenho a certeza que sim. Toda a gente está farta dos rodesianos, já mostraram aquilo que são, um bando de arrogantes, bélico-maniacos e racistas. Eu sempre me considerei a mim próprio um pouco racista mas, meu Deus, isso é apenas uma agulha insignificante ao lado desta gente."

Agora em relação às atrocidades na guerra é capaz de nomear algumas unidades do exército rodesiano que sejam mais culpadas deste tipo de actividade que o geral?

"Isso depende daquilo que você queira considerar uma atrocidade. Porque há muitas coisas que provavelmente você consideraria uma atrocidade e que eu diria tratar-se de uma necessidade operacional. De facto, em certos casos, quando se pretende realizar um acto de guerra não se pode deixar os sentimentos e os pequenos escrúpulos entrar no caminho do alvo principal. Mas existiram em todos os casos algumas conhecidas atrocidades de facto. Uma das mais remarcáveis foi o massacre da Missão. Esse caso eu conside-

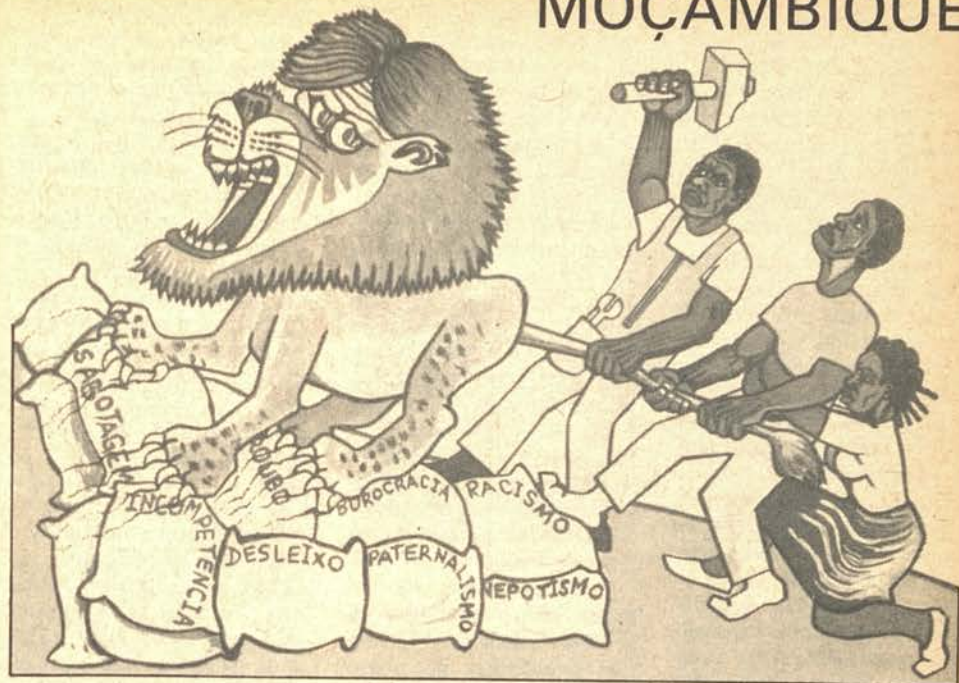
ro uma atrocidade porque foi completamente gratuita, não havia necessidade nenhuma de o fazer. O massacre foi cometido por uma unidade das forças de segurança rodesianas que eu não nomearei porque não quero inculpar pessoas em particular, mas irei bastante longe para dizer-lhe que não foram os "Selous Scouts" com a maior das verdades. Foi mais uma unidade completamente composta por europeus que foi pintada de preto (como é usual entre eles) para fazer o trabalho.

Houve muitos missionários na Rodésia que sofreram muito por serem considerados um embaraço político. E era-lhes muito fácil atribuir as atrocidades aos ditos terroristas. Olhe, é muito fácil preparar um acidente de rebentamento de mina para uma pessoa cujos hábitos de vida se conhecem, tal como é fácil atribuir a terroristas uma emboscada montada por brancos mascarados de pretos e vestidos com fardas de guerrilheiros. Eles fizeram uma série de coisas que são inconcebíveis. Eu próprio tomei parte em alguns dos "raids" externos a Moçambique, à Zâmbia. Em alguns casos eles atacavam pontos fortes do inimigo mas em muitos casos tratava-se de nítidos alvos civis. No caso de um "raid" em que tomei parte o objectivo tratava-se de um genuíno campo de refugiados e eles embora sabendo-o prepararam o ataque divertindo-se com o massacre. É o negro que é para eles o inimigo e não importa se ele teve já alguma vez uma arma na mão na vida ou não."



Publicado na revista Tempo do Maputo

MOÇAMBIQUE



Pegar o leão pelo rabo

Carlos Pinto Santos

No início dos anos 80 o grande objectivo em Moçambique é a luta contra o subdesenvolvimento que em prioridade passa pela eliminação de vícios durante muito tempo presentes numa sociedade revolucionária: corrupção, absentismo, incompetência, burocratismo.

“Quando se agarra o leão pelo rabo não se larga, se não mata. E quando o leão estiver cansado pega-se na faca e mata-se. Nós já agarrámos o rabo do leão... iremos até ao fim”.

Este provérbio africano tem sido proferido muitas vezes pelo Presidente Samora Machel nas últimas semanas. Ele ilustra a campanha que decorre actualmente em Moçambique visando à corrupção, o desleixo, o abuso de poder, a falta de higiene, o burocratismo e a incompetência.

No início dos anos 80 que a FRELIMO elegeu como os anos de combate ao subdesenvolvimento começou-se pelo princípio, ou seja limpar, de todas as estruturas da sociedade moçambicana aquilo que é denominado o “inimigo interno”, conjunto de obstáculos que contrariam essa luta.

A invocação das dificuldades provenientes da descolonização, da partida abrupta de 200 mil portugueses ou da guerra contra o regime de Ian Smith são

agora insuficientes e já não servem de justificação única para a baixa produção que se verifica em muitos sectores da economia do país. Atrasos que comprometem a promessa da FRELIMO de que em 1980 Moçambique voltaria ao nível de desenvolvimento que tinha em 1973.

“Porque temos insuficiências que não assumimos, corremos a invocar que muitos dos erros que cometemos são fruto da acção do inimigo. Mas são as nossas acções que, algumas

vezes, objectivamente se tornam acção inimiga", lê-se num documento do Conselho de Ministros.

Assim, terminada a guerra (ou na situação de paz podre) na vizinha Rodésia, "as amas voltam-se para dentro", proclama a imprensa moçambicana.

A campanha que desde logo tomou a forma de uma verdadeira "ofensiva presidencial" iniciou-se com visitas de Samora Machel aos portos de Maputo e Beira em meados de Janeiro. Seguiram-se diversos sectores de transportes, fábricas, estabelecimentos comerciais, armazéns de mercadorias, serviços públicos. O modo de como se desenrolam estas deslocações de surpresa do presidente da RPM não varia muito. Perante pilhas de produtos que jazem esquecidos há meses, fardos desventrados de mercadorias já deterioradas ou deslocadas do local em que deveriam estar depositadas, Samora Machel interroga trabalhadores e responsáveis exigindo respostas objectivas e minuciosas sobre os motivos que expliquem o que presencia.

A argumentação, no geral, não satisfaz. Determinada empresa não expede porque espera um requerimento que tarda em chegar, uma outra guarda produtos deterioráveis responsabilizando a companhia de transportes que não os foi buscar. Numa fábrica a justificação baseia-se na falta de pessoal mas facilmente se conclui que os trabalhadores são em número igual ou por vezes superior ao que existia antes da independência quando a produção era maior e os salários mais baixos. Muito difícil é

tentar explicar a Samora Machel as razões das péssimas condições de conservação de certa empresa ou a falta de higiene que patenteia um operário.

Em linguagem viva e por vezes bastante severa o Presidente dialoga com os trabalhadores criticando-os duramente, como aconteceu durante a visita à fábrica de óleos *Fasol* onde um caso de roubo tinha sido detectado no dia anterior:

"...Continua a haver faltas de serviço. Alguns trabalhadores vêm bêbados. Nós lutámos para sermos preguiçosos, indisciplinados, faltosos, bêbados? Nem sabem porque é que lutaram, vocês?

Roubos... vocês são ladrões, afinal lutaram para serem ladrões? Quem que escrevamos no nosso país: cuidado com os ladrões? Quando chegar um hóspede e encontrar estas palavras? É isso que vocês querem? Vocês são um punhado aqui no País. De Maputo ao Rovuma somos muitos e não somos indis-

ciplinaados, não somos preguiçosos, não somos bêbados, somos pessoas que pensam, pessoas conscientes, pessoas que conhecem as necessidades do país.

(...) A fábrica não é para produzir ladrões; produz óleo para satisfazer as necessidades do povo. Vocês ficam contentes quando o povo está nas bichas? Vocês produzem óleo e depois roubam, e a população está na bicha. Será porque a tua mulher não vai para a bicha?

(...) Vamos ser duros! Não se escutam e têm as orientações do Partido e do Governo. Vamos ser duros. Não podemos construir um país com preguiçosos, ladrões e negligentes, faltosos, gente inconsciente, não podemos! Não teríamos ganho a guerra se os soldados fizessem o que vocês fazem. Faltar um minuto só ao combate e já o inimigo tinha passado para massacrar a população. Um segundo na guerra é muito; e isto é guerra. Guerra contra o subdesenvolvimento.



Samora Machel no decurso de uma das suas visitas surpresa

E a fábrica é a nossa base.

(...) Roubar é um crime e podemos levar o ladrão ao Tribunal Militar Revolucionário... Aqueles que roubaram, vamos levá-los à família, apresentá-lo aos filhos, à mulher e aos familiares, depois é punido e volta ao trabalho”.

Ao longo destas visitas e com o contributo da vigilância popular, que o presidente da FRELIMO impulsiona — “a única coisa proibida é ter medo de falar” — situações graves de corrupção foram descobertas e que levaram à prisão dos seus autores. São os casos de cinco elementos da polícia, entre os quais um comandante, acusados de diversas irregularidades nos serviços ligados ao parque de viaturas do Ministério do Interior; do director-geral e quatro funcionários, igualmente detidos, da Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE) e de dois empregados da empresa intervençionada “Octávio R. Lobo” suspeitos de roubo e venda de grandes quantidades de material.

Muitos outros (doze funcionários da APIE, culpados de, valendo-se das suas funções, não pagarem renda de casa há muitos meses) têm tido o incómodo privilégio de verem as suas fotos publicadas na imprensa acompanhadas das descrições dos factos acusatórios.

As deslocações de Samora Machel, geralmente seguidas dias depois de outras de ministros e altos funcionários do governo que concretizam as directrizes dadas pelo Presidente, terminam sempre com pequenos comícios provocados pela população que



Um discurso mobilizador por vezes severo

se aglomera ao descobrir a sua presença. De cima de um “jeep” Samora Machel partindo da visita que acaba de efectuar e de uma situação particular que descreve, resume os objectivos essenciais da campanha. Entra em diálogo, ouve reclamações, exorta os que o rodeiam a também participar e repete a orientação do Partido.

Nas últimas semanas têm sido inauguradas, inicialmente no Maputo depois na Beira, Nampula e outras cidades moçambicanas exposições pouco comuns. Reúnem os mais diversos artigos de consumo corrente: fraldas, latas de leite em pó, lâmpadas eléctricas, conservas de sardinha, sabão, sabonetes, capulanas, louças, vinhos, cadernos escolares, esferográficas, óleos alimentares, etc. São tudo produtos encontrados em armazéns ou arrecadados fraudulentamente e muitos deles há longo tempo ausentes do mercado. Uma forma de mostrar à população um aspecto par-

ticular e inicial de uma campanha que se desenrola mas cujos objectivos vão muito mais além. Dirige-se para o combate de uma pequena-burguesia nascente que facilmente descobre os caminhos do comércio e da sabotagem, retomando o contra-ataque sempre que se lhe permite.

“É necessário abalar as mentalidades, os hábitos velhos que constituem uma cortina que limita o alcance da visão política das pessoas, que as não deixa ver para além do subdesenvolvimento”. Nestas palavras de Samora Machel está o essencial. Na formação do *homem novo*, condição *sine qua non* da revolução socialista, os vícios da sociedade que se pretende destruir (escangalhar totalmente, diz Samora) têm de ser irradiados bem fundo para que outros métodos, outros estilos de vida surjam libertos de séculos de opressão. E não é verdade (ainda Samora) que “é preciso sonhar para transformar a realidade”?

ANGOLA

Na hora do balanço

Durante as comemorações do 4 de Fevereiro, José Eduardo dos Santos, presidente do MPLA — Partido do Trabalho e da República Popular de Angola, proferiu um importante discurso em Saurimo, capital da Lunda-Sul, antiga 4.ª região político-militar durante a Guerra de Libertação. Dessa mensagem ao povo angolano transcrevemos as passagens mais relevantes.

É com grande orgulho que nós, povo de Angola podemos afirmar que as catanas de ontem sucederam hoje às armas automáticas, aos canhões, aos blindados e tanques, helicópteros e aviões bombardeiros, manejados e pilotados pelos nossos compatriotas integrados nas FAPLA e na



ODP, para impedir que alguém se atreva a tentar retirar-nos a liberdade, ou a comprometer a nossa integridade territorial.

Tivemos que crescer e nos organizar rapidamente no plano militar. Os nossos inimigos de sempre não desarmaram, apesar das múltiplas derrotas que sofreram. O imperialismo continua a actuar com cinismo e hipocrisia. Por um lado mostra-se disposto a estabelecer, manter ou estreitar a cooperação económica com o Estado independente e soberano de Angola, por outro, financia, organiza e incentiva a actividade subversiva e contra-revolucionária no exterior do país e junto das nossas fronteiras para desestabilizar a situação política, militar e económica das províncias fronteiriças e perturbar a vida das nossas populações empenhadas na reconstrução pacífica da nossa economia nacional.

A nossa vigilância revolucionária aconselha-nos a estarmos cada vez mais atentos às manobras do imperialismo. Devemos reforçar a disciplina das forças armadas, a sua preparação combativa e a sua unidade com o povo. O aperfeiçoamento

constante da organização militar, o fortalecimento do comando único, a autoridade sobre todas as unidades militares e paramilitares são, neste contexto, urgentes para harmonizar e coordenar a actuação das forças armadas e aproveitar ao máximo a capacidade combativa de todas as unidades.

APOIO À SWAPO, FP E ANC

Sabemos todos que a racista África do Sul continua a praticar uma política de "terra queimada" no sul de Angola, nomeadamente na nossa província do Cunene, onde as acções da sua força aérea já não incidem só sobre os objectivos da SWAPO. Atacam aldeias angolanas com população indefesa, bombardeiam todos os meios rodoviários, para impedir a circulação de mercadorias e de pessoas. Estas acções de guerra, de uma guerra não declarada contra o nosso país são levadas a cabo com o duplo objectivo de intimidar o nosso povo, que apoia a SWAPO e de infiltrar bandos armados da UNITA e de mercenários no nosso território nacional.

Nós não deixaremos de ajudar os Movimentos de Libertação nacional da África Austral, nomeadamente a SWAPO, a Frente Patriótica e o ANC, que conduzem lutas justas para alcançar a liberdade e a independência para os respectivos povos.

As operações que temos realizado contra os bandidos da UNITA e o trabalho político de esclarecimento que se desenvolve junto das nossas populações, tem mostrado que o inimigo se encontra cada vez mais isolado.

Nós compreendemos que muitos dos nossos compatriotas foram enganados pela demagogia e pela propaganda falsa dos fantoches da UNITA, que utilizaram o tribalismo, o regionalismo e o racismo para dividir o povo e o país e

O que é importante para nós é a tribo de cada um, não é a sua região nem a sua raça.

O que é importante para nós é a unidade.

Todos nós, independentemente da tribo, da região ou da raça a que pertencemos, devemos sentir-nos tão angolanos como outro cidadão nacional qualquer e contribuir com o nosso trabalho para a edificação da democracia popular e do socialismo, no nosso país, sob a direcção do proletariado.

O TRABALHO DO PARTIDO

O trabalho do Partido no ano passado foi dominado pela estruturação das suas organizações de base, através do movimento de rectificação, das estruturas do MPLA-Movimento. Foi



tante dinâmicos durante o movimento de rectificação, apenas para obter o cartão de membro do Partido e conseguir funções de responsabilidade que lhes conferem maiores vantagens e privilégios no aparelho de estado.

Outros há, que depois da obtenção do cartão de membro do Partido, tornaram-se passivos e deixaram de frequentar assiduamente as reuniões da célula.

Outros ainda, sempre elementos da classe operária, deixaram de frequentar as aulas de alfabetização por



Aspecto das Comemorações do 1.º de Maio de 1979 em Luanda

permitir a entrada dos imperialistas. Esses compatriotas, civis ou militares que foram enganados serão sempre bem-vindos onde se apresentarem com o objectivo de consolidarmos a unidade nacional e trabalharmos todos pela construção de uma sociedade justa, próspera e independente.

uma tarefa em que se empenharam afincadamente os melhores militantes da nossa organização.

Porém apesar dos grandes êxitos alcançados, há algumas situações que urge corrigir para que fique no Partido, de facto, quem merece.

Alguns elementos oportunistas mostraram-se bas-

se considerarem já parte integrante da classe dirigente.

Qualquer destas situações revela um comportamento errado de membros do Partido, que tem de ser necessariamente corrigido através da prática da crítica e auto-crítica, aplicando rigorosamente as normas disciplinares estabelecidas pa-

ra combater a mentalidade pequeno-burguesa e as situações erradas no seio do Partido e garantir a sua pureza ideológica.

INCREMENTAR A PRODUÇÃO

Nós estamos ainda longe de atingir os índices de produção de 1973 em muitas empresas do sector produtivo.

Apesar dos grandes esforços que o nosso povo, o nosso governo e os trabalhadores do país têm feito, o volume da produção industrial e da agricultura tem aumentado muito lentamente tanto no sector estatal, como no sector cooperativo da nossa economia. Podemos dizer que nestes dois últimos anos foram lançadas as bases e recolhidas as experiências necessárias para incrementar consideravelmente a produção nos anos mais próximos.

Ainda são grandes os problemas prementes que temos de resolver para melhorar as condições de vida das populações, sobretudo daquelas que vivem nas áreas rurais. Nós temos o problema grave da habitação e neste domínio estão a ser dados os primeiros passos pelo governo para orientar e dirigir a auto-construção atribuindo esta tarefa aos comissariados municipais e comunais. Pensamos que cada um poderá construir a sua própria casa desde que tenha possibilidade de adquirir os meios e materiais necessários. Ao Estado caberá apenas indicar os talhões, fazer os arruamentos, tratar dos problemas da instalação de água e saneamento e dinamizar a produção e a venda dos materiais de construção.



Um mural das ruas de Luanda

OS PROBLEMAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Depois da explosão escolar que se verificou com a nossa independência, não temos instalações, não temos escolas para todas as crianças em idade escolar faltam-nos também os professores e temos estado a enviaar todos os esforços para, através da cooperação, e também utilizando os meios nacionais, construirmos escolas no campo e nas cidades, a fim de permitir que toda a criança em idade escolar possa beneficiar deste direito que a revolução conquistou.

E todos estes problemas que nós temos tanto no domínio da educação como no domínio da saúde nós não poderemos resolver sem a participação de todo o povo, e nós estamos bastante satisfeitos por verificar que aqui, na província da Lunda Sul o nosso povo participa de facto, ajuda o governo e o Partido a resolver esses problemas.

Nós devemos continuar a aumentar a produção, a aumentar a produtividade do trabalho, porque só aumentando a produção nós estaremos de facto a contribuir para que se consolide a revolução no nosso país.

E, ao trabalharmos no sentido de aumentar a produção devemos ter sempre em mente a necessidade de fortalecer o sector estatal da nossa economia, e de fortalecer também as cooperativas e as associações de camponeses.

Estes dois sectores da nossa economia constituem a base fundamental para continuarmos a fazer as transformações políticas, sociais, económicas que nos levarão de facto à construção em Angola de uma pátria socialista.

Nós temos que estar vigilantes porque neste momento em que no nosso país se agudiza a luta da classes entre a pequena burguesia e por outro lado a classe operária e camponesa, temos verificado uma tendência por parte de alguns elementos ligados aos sectores burocráticos das empresas estatais e das cooperativas, fortalecendo assim, através de esquemas obscuros o sector privado, a quem fornecem as matérias primas, a quem fornecem meios técnicos para que o sector privado se desenvolva, se consolide e constitua um perigo eminente para a nossa revolução.

O nosso Conselho da Re-

volução na sua última reunião, recomendou ao governo da República Popular contra aqueles que pretendem desviar o verdadeiro rumo da nossa revolução. Por isso o nosso povo tem de estar atento para denunciar todos que desviam as matérias primas do sector estatal para o sector privado. Tem que estar atento para denunciar aqueles que desviam para as lojas do sector privado. Tem que estar atento para denunciar todos aqueles que, transportarem as mercadorias das empresas do sector estatal para as lojas do comércio interno, desviam em benefício próprio, por forma a que aumente o número dos especuladores, elementos que se dedicam ao comércio do mercado negro, transformando-se em novos exploradores do povo angolano.

A ASSEMBLEIA DO POVO

Por isso é que nós temos insistido na necessidade de trabalharmos rapidamente para constituirmos a Assembleia do Povo. Só a Assembleia do Povo poderá de facto controlar a actividade de todos os órgãos e levar a que os membros do governo possam apresentar balanço da sua actividade. E permitir que de uma forma directa o governo passe pela crítica aberta e vigorosa das massas populares.

O nosso Conselho da Revolução, que é hoje o órgão supremo do aparelho de Estado só tem poderes para aprovar leis e fazer análises da situação política, militar, económica e social. Por isso só a Assembleia do Povo, em que estejam os verdadeiros representantes das classes operária e campone-



sa, dará ao Estado um órgão supremo que possibilite o controlo efectivo de todas as acções, de todos os actos dos membros do executivo do aparelho do Estado. Por isso sob orientação do nosso Partido, nós devemos todos, militantes e não militantes do Partido, engajarmo-nos nesse trabalho da criação da Assembleia do Povo. E são os próprios camaradas que terão que eleger de entre vós aqueles que são capazes de melhor representar os interesses dos camponeses e da classe operária, que são capazes de fazer o controlo da actividade do Estado.



A criação da Assembleia do Povo é uma das etapas próximas do MPLA-PT

Comunicado do Bureau Político do Comité Central do MPLA — Partido do Trabalho sobre a situação na África Austral

“A evolução da luta pela independência dos povos ainda sob dominação colonial na África austral atravessa actualmente uma fase extremamente crítica em virtude das múltiplas tentativas de certas potências ocidentais de impedirem a todo o transe que os legítimos representantes desses povos tomem o poder.”

Tal afirmação é contida num comunicado do Bureau Político do Comité Central do MPLA — Partido do Trabalho, à cerca da situação na África austral, divulgado no passado dia 29 de Janeiro, e no qual se faz uma análise aprofundada do que se passa hoje naquela região do globo, particularmente nos seus pontos mais sensíveis. Ou seja: o Zimbabwe e a Namíbia.

Particularmente, o comunicado refere que, tendo em atenção os projectos de certas potências ocidentais, é de recear que se venham a registar sérias confrontações armadas entre os combatentes pela liberdade e as forças racistas e colonialistas “com repercussões imprevisíveis para toda a região, nomeadamente para os países da Linha da Frente.”

Considerando a realização “da chamada conferência constitucional de Londres” uma consequência da

luta armada conduzida pela Frente Patriótica, e do reconhecimento deste movimento pela OUA, bem como a sua posterior admissão como membro do Movimento dos Países Não Alinhados, denunciam-se as

deliberadas violações por parte das autoridades britânicas dos acordos de Londres, na medida em que têm dificultado o regresso ao Zimbabwe dos quadros e dirigentes da Frente Patriótica, permitindo a per-

A direita portuguesa

A direita portuguesa ainda não se conformou com a derrota infligida em Angola ao imperialismo e neo-colonialismo. Ciclicamente, grandes parangonas na imprensa reaccionária berram boatos inconcebíveis e provocações venenosas. O estilo dessas pseudo-notícias e o carácter de campanha em que são inseridas provam que não é só no despeito de mentalidades colonialistas frustradas que se deve procurar a explicação. Há planos, há dinheiro. Há directrizes bem oleadas.

Uma das pontas de lança mais utilizadas é Jonas Savimbi (a quem os angolanos chamam Judas Savimbi) que já há muito suplantou um outro agente da CIA nas preferências da direita portuguesa — Holden Roberto. Esta escolha não é de hoje, mas assiste-se neste momento a uma intensificação na publicidade do chefe da UNITA. Desde o começo do ano cinco jornais portugueses publicaram-lhe extensas entrevistas.

Em Rabat, onde é hóspede de luxo de Hassan II, Savimbi não recebe unicamente directores e chefes de redacção. Deputados e personagens políticas ligadas ao governo de Lisboa transformam a capital marroquina num local de romagem. Enquanto uns chegam destes encontros sempre “maravilhados” com a personalidade, o “patriotismo”, a inteligência e o amor a Portugal do traidor, outros manifestam a sua impaciência por ainda não terem sido escolhidos para prestarem homenagens.

manência no território de forças armadas sul-africanas e restringindo a actuação do contingente de forças da Commonwealth.

O Comunicado considera claro "o propósito das autoridades britânicas, em nítida conivência com o regime racista de Pretória de favorecer a tomada de poder pela clique Muzorewa, em detrimento da Frente Patriótica, para assegurar um regime neo-colonial no Zimbabwe".

Em relação à Namíbia, o regime "racista e fascista"

de Pretória alimentaria idênticos desígnios em relação à SWAPO, com a conivência das mesmas potências ocidentais. O comunicado aponta as manobras e os crimes do regime sul-africano, no sentido de uma "solução governamental interna na Namíbia e seu consequente reconhecimento internacional, pretendendo assim afastar a SWAPO, único e legítimo representante do povo namibiano, na participação do processo eleitoral e na tomada do poder".

Essa atitude teria em vis-



ta perpetuar a ocupação ilegal da Namíbia para, "por um lado continuar a desenfreada exploração das riquezas desse território, e por outro lado fomentar cada vez mais a infiltração de bandos fanticos armados em Angola, a fim de atacarem populações indefesas e sabotarem objectivos económicos".

Este comunicado do MPLA-PT refere igualmente a "guerra não declarada" que tem vindo a ser desenvolvida pelo regime de Pretória contra a República Popular de Angola e a intenção evidente, através das mais diversas atitudes, de impedir o processo de descolonização da Namíbia.

Termina afirmando que este insólito desafio à comunidade internacional e a considerável impunidade de que ainda tem gozado relativamente às agressões praticadas contra Angola, baseiam-se no inegável apoio militar e financeiro concedido pelas potências ocidentais, e que o MPLA-PT continuará a dar apoio àqueles dois movimentos, apesar do preço por que isso se traduz.

investe em Savimbi

Um dos temas centrais do rio de tinta que Savimbi faz correr em Portugal é a tentativa de negar o mais do que provado: as suas ligações com o exército colonial português, PIDE, CIA e o regime do apartheid. É porém uma tentativa vã. Dos numerosos documentos e testemunhos publicados em Portugal e no estrangeiro que comprovam essas cumplicidades citamos apenas alguns. Os primeiros são os documentos, e entre eles *fac-símiles* de cartas assinadas, publicadas pelo semanário *Expresso* referentes aos estreitos contactos com as autoridades coloniais portuguesas quando a UNITA colaborava com os generais de Marcelo Caetano na luta contra o MPLA. Por outro lado, o elucidativo livro de memórias de John Stokwell "A CIA contra Angola" cujo autor foi o chefe da Força de Intervenção da CIA em Angola durante a Segunda Guerra de Libertação. Nele o agente dissidente, admirador confesso de Savimbi, descreve minuciosamente as íntimas relações deste com os serviços norte-americanos, com Pretória, com empresas anglo-rodésianas. Além de tudo o resto uma conclusão se retira da leitura: Savimbi fazia-se pagar caro.

A finalidade desta "Operação Savimbi" começa a clarificar-se para a opinião progressista portuguesa: Savimbi pretende vir a Portugal e aqui desenvolver nova campanha contra a República Popular de Angola. Para isso conta com valiosos aliados. Eles estão nos partidos da direita portuguesa.

ÁFRICA DO SUL

*Aumentam as deserções no Exército de Pretória.
Os jovens brancos começam a assumir uma atitude de resistência
ao recrutamento.*

OMKEER

THE PAPER FOR CALL-UP AGE SOUTH AFRICANS



South African war resisters, most of whom fled the July call-up, came out publicly to oppose the showing of "The Wild Geese" at its royal premiere in London on 6th July. See report on page six.

(Photo: Andrew Wiard - Report)

OMKEER is compiled by a group of South African war resisters who are concerned with the escalating military crisis in Southern Africa. We believe that a country's defence force should act in the interest of the whole population. The operations of the SADF are clearly in the interests of the white minority alone. We therefore support anyone who refuses or resists in whatever way possible service in South Africa's armed forces.

We realise that the most constructive resistance will have to take place inside the country. Those of us outside cannot take such initiatives, but we believe that we have a constructive supportive role to play.

THIS IS A NON-SUBSCRIPTION NEWSPAPER.

“Qualquer sociedade que ensina os seus jovens a enfrentar com temor o desconhecido e os obriga a morrer por uma grande mentira, é uma sociedade doente, que está a lançar as sementes da sua própria e inevitável destruição. É o destino que aguarda a sociedade racista, dominada por uma minoria branca, este é o destino da África do Sul, e do *apartheid*.”

As primeiras vítimas deste sistema são os patriotas sul-africanos... Mas outras vítimas são os jovens brancos da África do Sul. Durante muitas gerações estiveram sujeitos a uma doutrinação através da psicose da guerra e da propaganda fascista. A África do Sul do *apartheid* exige-lhes que se sacrifiquem e não lhes oferece nenhuma alternativa fora do *statu quo*. São obrigados a lutar contra inimigos internos e externos, reais ou imaginários.

Nos últimos anos a juventude branca tem vindo a desertar das forças armadas e da polícia. Alguns recusaram o alistamento e fugiram do país. Outros preferiram ir para a cadeia em vez de servirem no que consideram uma guerra imperialista de auto-destruição”.

Isto foi escrito por Thobeni Ben-Guriab, observador permanente da SWAPO — organização que luta contra a anexação de Namíbia pela África do Sul — nas Nações Unidas, no prólogo de *The Right to Say No to a Crime Against Humanity* (O direito de dizer NÃO a um crime contra a humanidade), uma publicação do Fundo de Apoio para os Refugiados Militares Sul-Africanos (SAMRAF)

O SAMRAF foi criado

em princípios de 1978 por um grupo de sul-africanos brancos exilados nos Estados Unidos e por alguns simpatizantes norte-americanos. A sua principal tarefa consiste em impulsionar a deserção das Forças Armadas Sul-Africanas (FDSA) e obter asilo para os desertores que fogem para os Estados Unidos.

Enquanto a resistência ao domínio branco na África do Sul aumenta, um maior número de mancebos é recrutado pelas forças armadas e mandados para a guerra na Namíbia e para as fronteiras sul-africanas. Muitos novos soldados desertam e fogem do país. Todavia, a maioria tem de viver na clandestinidade porque correm o perigo de ser deportados para a África do Sul.

Segundo Don Morton, um exilado sul-africano, coordenador do SAMRAF, há cerca de 100 actualmente nos Estados Unidos e o seu número aumenta constantemente. Os que pedem asilo têm de provar que realizavam alguma actividade política antes de terem fugido. É um processo

complicado e cheio de obstáculos. Além disso, como é óbvio, para a maioria dos desertores o seu único acto político foi dizer: “vou deixar o Exército”.

A África do Sul está a começar a sentir o impacto da resistência ao recrutamento. De acordo com dados oficiais quase 4000 dos 20 000 recenseados anualmente não se apresentaram ao serviço em 1978 e mais de 1000 estão a cumprir penas de três anos na prisão por recusarem entrar ao serviço, o que na África do Sul é considerado um crime. Inclusive, proíbe-se, por lei, aos sacerdotes aconselharem as pessoas que não desejam entrar para o Exército.

Para fomentar a deserção entre os vinte ou trinta mil jovens brancos sul-africanos que estão nas forças armadas, o SAM faz circular na África do Sul um periódico clandestino chamado *Omkeer* que, em afrikânder, significa “meia volta”. A publicação inclui histórias sobre experiências dos soldados do Exército, rebate as razões pelas quais as tropas estão a combater e proporciona contactos no



O quotidiano da odienta repressão do *apartheid*

exterior aos que queiram desertar.

Todavia, o SAMRAF reconhece que muitos dos que resistem à chamada ao Exército recusam-se a combater por razões pessoais e não políticas. Diz Morton: "É verdade que muitos soldados desertam e continuarão e desertar ou a fugir ao alistamento por razões diversas. Algumas são muito pessoais e não políticas. Outras são mesmo políticas. Mas eu creio que todas são legítimas. E isso é que importa".

Também não há ilusões quanto ao facto de que a maioria dos soldados sul-africanos esteja contra o regime racista, apesar de haver alguma resistência. "Para falar do ponto de vista conservador, 90% dos sul-africanos brancos vão muito orgulhosos e contentes por irem matar negros em defesa da pátria e dão todo o género de argumentos teológicos racistas para se justificarem. Mas o que nos interessa são os soldados ou recrutas que têm uma consciência mínima sobre a resistência. Nenhum governo reaccionário neste século foi derrotado sem que houvesse um alto grau de deserção entre as suas forças militares."

O pessoal de SAMRAF tenta trazer essa luta contra a África do Sul do *apartheid* para o mundo exterior, através de publicações, conferências, entrevistas na rádio e na televisão, manifestações, etc., e promovendo boicotes e outras campanhas para impedir a colaboração com a África do Sul, principalmente dos Estados Unidos, e consciencializar a opinião pública sobre a situação naquele país de África. O

SAMRAF proporciona assistência legal e ajuda material aos desertores e refugiados vindos das tropas sul-africanas, pressiona o governo dos Estados Unidos para que lhes conceda asilo e publica excelente material para promover a sua causa, trabalhando estreitamente com o seu congénere em Inglaterra, o Comité de Sul-Africanos contra a Guerra (COSAWRS).

DADOS BÁSICOS SOBRE A ÁFRICA DO SUL

A África do Sul está dividida em terras de brancos e terras de negros: uma sétima parte para os 19 milhões de negros e o resto para os 4 milhões de brancos. Todas as cidades e povoações principais do país estão sob o controlo dos brancos.

O sistema político do *apartheid* decretou que os negros não têm nenhum direito, salvo nas reservas que os governos brancos lhes destinou. Estas zonas, conhecidas como "bantustões" apenas compreendem 13% do território. Os africanos são definidos como "residentes temporários" nas áreas urbanas "bran-

cas". Assim, por definição, estão privados de todos os direitos económicos e políticos na maior parte do país (87%).

São evidentes os efeitos desta dominação e exploração:

— o rendimento *per capita* dos brancos é 13 vezes superior ao dos africanos: 133 dólares por mês para cada homem, mulher e criança brancos; 9,50 para cada africano; — mais de 80% dos africanos podem ser considerados como vivendo na pobreza;

— três em cada cinco crianças nascidas nos "bantustões" morrem antes dos cinco anos. A taxa de mortalidade é 25 vezes superior à das crianças brancas; a tuberculose, sequela frequente da subnutrição, é 10 vezes mais vulgar entre os negros;

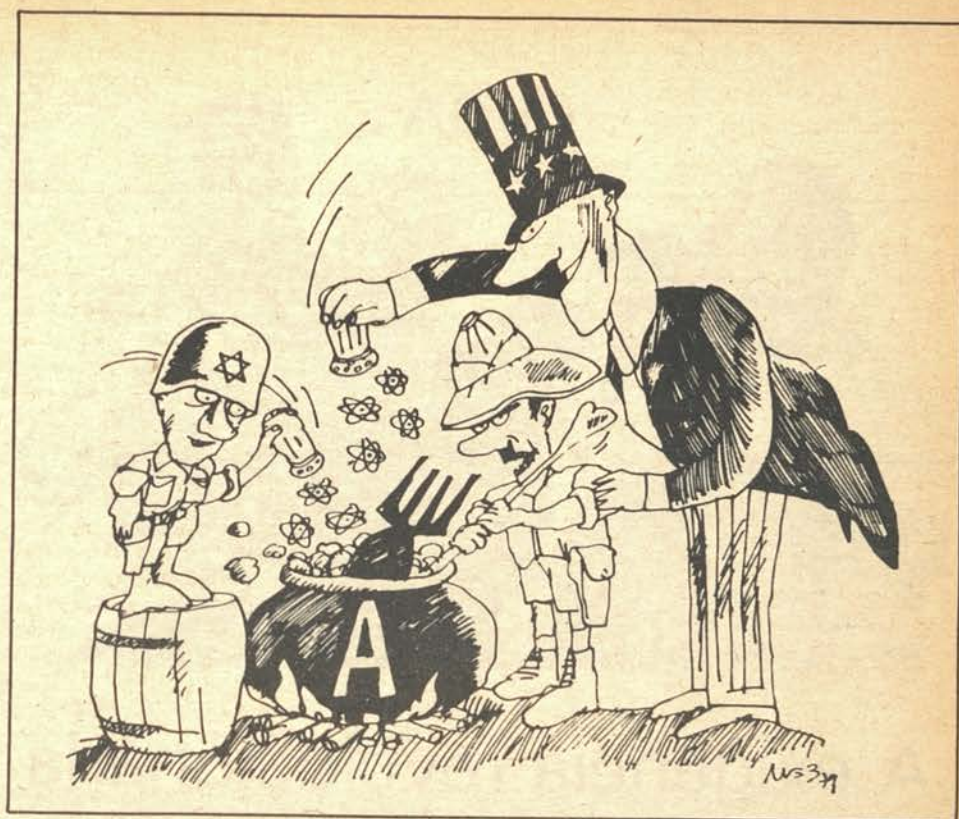
— os brancos têm um médico por cada 455 habitantes, um dos índices mais altos do mundo; entre os negros esta relação é de 1 para 18 000 nas áreas urbanas e de 1 para 200 000 nas áreas rurais.

— 93% dos brancos em idade escolar vão à escola; para os negros a cifra é de 8,9%

A prosperidade dos bran-



Agosto 76. Revolta estudantil de Soweto



cos sul-africanos foi conseguida através da negação sistemática dos direitos políticos e da exploração económica da maioria negra. Os brancos, que apenas representam 17% da população, recebem mais de 76% da riqueza. Porque existe uma disparidade tão grande? Entre outras coisas, porque:

- os brancos podem fazer qualquer trabalho; os negros, independentemente das suas capacidades, estão restringidos a certas tarefas;

- os brancos podem organizar sindicatos e greves; os negros grevistas vão para a cadeia e os seus sindicatos não são reconhecidos legalmente;

- o Estado gasta cerca de 340 dólares por ano na

educação de cada criança branca e apenas 30 para cada criança negra. A educação é gratuita e obrigatória entre os brancos; um pai negro gasta em média metade e mais a terça parte do seu rendimento para pagar a educação dos seus filhos.

A África do Sul proibiu 1246 publicações; todos os números de 641 publicações periódicas foram consideradas indesejáveis. 100 000 pessoas em média é o número de presos e, em cada quatro dias, é executada uma pessoa na força.

A África do Sul é um Estado-polícia que nega os direitos humanos e as liberdades básicas à maioria da sua população. Os homens e as mulheres africanas devem andar sempre com um passe e só podem viver ou trabalhar no lugar que o

passe lhes indica. Todos os anos cerca de 640 000 pessoas são presas e encarceradas por violarem as regulamentações dos passes. Há cerca de 1 milhão de trabalhadores migratórios na África do Sul, homens que são obrigados a deixarem as suas famílias nos "bantustões" para viverem em complexos tipo prisão, estando frequentemente 16 em cada quarto. Os brancos votam e fazem as leis no parlamento; os negros não podem participar. Os acusados de participarem em "actividades políticas ilegais" são detidos sem culpa formada e, muitas vezes, torturados.

(extraído de *The Right to Say No to a Crime Against Humanity*, SAMRAF, New York, 1979).



CUBA



A exigência revolucionária

«Não devemos pôr quaisquer entraves à crítica revolucionária das massas mas, pelo contrário, estimulá-la. Argumenta-se, por vezes, que não devemos tornar públicos os nossos defeitos e os nossos erros porque, desse modo, favorecemos os nossos inimigos. Este conceito é inteiramente falso. É o não enfrentar corajoso, decidido, aberto e franco dos nossos erros e deficiências que nos torna débeis e favorece os nossos inimigos. O combate constante aos nossos defeitos e fraquezas é, em definitivo, um combate contra os nossos inimigos e para ele devemos estar permanentemente preparados.»

Victor Bacchetta

ESTAS palavras de Raul Castro, proferidas a 30 de Novembro em Santiago de Cuba, resumem um dos principais conceitos que orientam o simples combate às deficiências e erros que, desde meados de 1979, se trava nesta ilha do Caribe.

A "exigência", palavra

de ordem neste processo, não responde a uma política circunstancial nem a uma viragem surpreendente, mas inicia, pelo contrário, uma nova etapa da revolução cubana. Os seus antecedentes remontam aos finais de 1976, com a aprovação da nova Constituição e a instalação dos

órgãos do Poder Popular. Com eles foram introduzidas importantes alterações na estrutura do Estado e do governo e estimuladas a descentralização administrativa e a participação crescente das massas nas decisões.

O funcionamento dos novos órgãos do governo

significou uma tomada de consciência popular muito maior acerca dos desafios do momento actual. As dificuldades motivadas pelos velhos problemas do subdesenvolvimento e do bloqueio, assim como às repercussões mais recentes da crise económica na área capitalista, juntam-se factores "subjectivos" — burocratismo, "sociolismo" (1) e indisciplina laboral — que afectam o aproveitamento máximo dos recursos disponíveis. A "exigência" dirige-se então contra esses factores, que os cubanos consideram tanto como sequelas do capitalismo como deformações do processo socialista. Da superação desses factores — afirmam os dirigentes — depende o avanço em direcção a novas conquistas revolucionárias.

Em Cuba, o direito de todo o povo à saúde, à edu-

cação, ao trabalho, à habitação e à qualidade de vida deixou de ser uma aspiração para se converter numa realidade quotidiana. Mas, esse nível de conquistas gera novas aspirações populares que reclamam o aperfeiçoamento e a superação de determinados aspectos da construção socialista.

UM PROBLEMA DE CONSCIÊNCIA

Em meados de 1979, numa das últimas reuniões plenárias correspondentes ao primeiro período de sessões da Assembleia Nacional do Poder Popular, Fidel pede a palavra para contestar duas afirmações, a de um delegado e a de um ministro, a meio de uma discussão acerca de diversos problemas relativos a serviços públicos:

"Parece-me a mim — disse o presidente cubano — que não estamos a atingir o fundo do problema, porque nesta informação se reflecte algo que nos deve merecer atenção: são as deficiências do nosso sistema, do nosso socialismo.

(...) Incurremos em ingenuidades. Temos convertido a espontaneidade em filosofia. Acreditamos que, pelo simples facto de que o nosso sistema é justo(...) tudo tem de marchar às mil maravilhas... e assim, criamos a ilusão de que, de forma espontânea, tudo anda o melhor possível, se bem que, de uma forma espontânea tudo possa andar o pior possível.

"Creio que devemos interrogar-nos sobre até que ponto possuímos realmente uma consciência política, uma consciência revolucionária, uma consciência



Definir os múltiplos aspectos em que se desdobra a consciência revolucionária

social. É verdade que a possuímos para algumas coisas incríveis, admiráveis, maravilhosas. Se um dia se disser a toda a gente: façam este sacrifício, toda a gente o faz nesse mesmo dia. Se se trata de uma mobilização para trabalho voluntário, é a mesma coisa; de uma mobilização para cumprir uma missão internacionalista, também. Aparecem centenas de milhares que querem ir para a Etiópia, que querem ir para Angola, que querem ir para qualquer parte. Isto quer dizer que a nossa consciência política revolucionária se manifesta de facto em algumas coisas. Mas noutras, na que se requiere todos os dias, não se manifesta.

“Não damos suficiente atenção ao facto de que temos de empreender uma luta diária, incessante, e que a palavra primeira, fundamental nessa luta, é exigência. Exigência!

“Porque, durante o capitalismo, havia disciplina nos caminhos de ferro; essa disciplina que o capitalismo impõe por meio do abuso, da força, da fome, do desemprego, da reserva de gente esperando ocupar o lugar deste ou daquele condutor, deste ou daquele maquinista. E não estou

convencido que seja um problema simplesmente — como afirma o relatório — de nível educacional, pela razão de não saber quantos por cento estarão a nível de sexta classe. Estou certo que o nível educacional, o nível de instrução, que têm hoje os trabalhadores dos caminhos de ferro é três vezes superior ao que tinham durante o capitalismo; e, no entanto, durante o capitalismo a disciplina funcionava melhor”.

“O que se passa é que temos sido demasiado idealistas e a nossa própria legislação do trabalho é má, e o nosso próprio sistema de justiça é mau; porque se ouve dizer por aí que um tal condutor de locomotiva, que cometeu não sei quantas infracções, continua na sua locomotiva porque, ou não foi levado ao Conselho de Trabalho, ou nada aí se resolveu.”

“Penso que temos que ir ao fundo do problema. Que tem que se pôr termo à negligência, ao compadrio, à tolerância. Têm que acabar! E isso tem que ser feito nacionalmente, a nível da administração do Estado, a nível dos Poderes Populares, a nível das províncias, a nível do município.”



A «Exigência Revolucionária» passa também pelo incremento da produção

Não deve estranhar-se que tenha sido Fidel a pôr “o dedo na ferida”, porque este foi um facto reiterado ao longo dos anos, sobretudo nas circunstâncias mais difíceis, e porque Fidel expressava, uma vez mais, o mal-estar popular perante a falta de soluções para os problemas em discussão. Foram menos, quiçá, os que prestaram atenção à modéstia do relatório, que se limitou a assinalar o seu desacordo sem chegar a propor uma solução concreta para esses problemas.

Houve dois tipos de reacções imediatas face à intervenção de Fidel. Por um lado, os diferentes meios de comunicação de massas deram conhecimento, nos dias que se seguiram, de numerosos telegramas e resoluções de assembleias efectuadas nos centros de trabalho e estudo, em que se expressava o total acordo com a intervenção. No mesmo sentido, a palavra “exigência” adquiriu primazia na propaganda e incorporou-se visivelmente nas palavras de ordem das mobilizações e nos discursos nas diferentes acções de massas e reuniões de militantes.

Por outro lado, os principais órgãos dirigentes do Estado, do Partido e do movimento de massas, adoptaram resoluções demarcadas pela sua actividade específica. Assim, entre outras medidas, a Assembleia Nacional do Poder Popular nomeou uma comissão para estudar e propor soluções para o problema da indisciplina laboral, enquanto o Bureau Político do Partido e o Secretariado Nacional da Central Operária convocaram as suas organizações intermé-



Uma vez mais é Fidel que põe o «dedo na ferida».

dias e de base para estudar os problemas “com exigência e sentido crítico”, e para tomar as resoluções correspondentes à sua superação e vigilância activa do cumprimento.

UMA MENTALIDADE PEQUENO-BURGUESA

A resolução do Bureau Político do Partido, tomada em 12 de Julho, reclama dos organismos de base “uma análise rigorosa, profunda e honesta das deficiências concretas que entravam o desenvolvimento dos planos e o ritmo geral do trabalho na sua área de acção.”

O Bureau Político assinou, com referência para o artigo 63.º dos estatutos que, apesar dos comités de nistradores militantes ou aspirantes do Partido”.

Partido “não poderem actuar como órgãos administrativos nem dirigir a gestão administrativa”, é claro que “têm direito a controlar a actividade de direcção e administração, sejam ou não os directores ou admi-

a cada negligência, a cada permissão, seja da administração, seja do sindicato, seja do conselho do trabalho, seja mesmo do Partido; face à tolerância perante a falta; perante o compadrio em questão de normas e pagamentos; perante o “sociolismo” e a tendência de desculpar-se mutua-

Em continuação, a resolução destaca quais devem ser as características de um militante do Partido, afirmando que “algumas vezes se nota que prevalece um entendimento restrito da condição de comunista, reduzindo-a ao exemplo pessoal dos membros do Partido. Não assinalar uma falta, uma deficiência, uma negligência, independentemente do facto de quem a comete, trabalhador ou dirigentes, é incompatível com a condição de comunista”, reafirma o documento.

É em seguida, referindo o artigo 14.º do Estatuto, que se refere ao desenvolvimento da crítica e da auto-crítica, o Bureau Político afirma:

“Há que adoptar uma posição intransigente face a cada violação da disciplina,

mente as deficiências, erros e negligências, perante cada violação da legalidade socialista.

“Desse modo, a passividade perante estes problemas é reflexo e expressão de um insuficiente grau de desenvolvimento da consciência dos que assim actuam, de uma mentalidade pequeno-burguesa por definição.”

Finalmente, estabelece-se que esta resolução e as orientações que dela resultam devem converter-se em directivas sujeitas ao controle dos núcleos de base e organismos de direcção intermédios, a contar da data da sua emissão até ao Segundo Congresso do Partido, previsto para fins de 1980.

Nas semanas posteriores, o Estado e o povo cubanos debruçaram-se prioritaria-

mente sobre as actividades de preparação e realização de um evento de indubitável peso político internacional, a Sexta Cimeira dos Países Não Alinhados.

Apenas terminada a reunião, invadiu a metade ocidental da ilha o ciclone "Federico" que, ao cabo de três dias de ventos ciclónicos e chuvas torrenciais, causou enormes danos materiais, provocando a evacuação de centros povoados e prejudicando instalações industriais, assim como extensas zonas agrícolas. Novamente o povo cubano foi mobilizado para combater os prejuízos do ciclone, executar as tarefas de salvação de vidas e bens, reparar as instalações fabris e recuperar as culturas, não obstante algumas delas se tenham perdido irremediavelmente.

A realização da Sexta Cimeira, o estado de alerta perante as manobras militares norte-americanas no Caribe — que incluíam o desembarque de "marines" na base naval de Guantánamo, território de Cuba ocupado pelos Estados Unidos — e a luta contra as inclemências tropicais, puseram em estado de tensão as forças dos cubanos. Para um observador superficial, a "campanha pela exigência" havia ficado para trás, esquecida ou reduzida a um simples trâmite administrativo. Alguns interrogavam-se: que mais se pode exigir? Mas havia mais.

"NÃO SE TRATA DE REALIZAR UMA CAMPANHA"

Com efeito, o tema da exigência voltou a ser preocupação pública nas semanas seguintes. O seu con-

teúdo e o seu alcance foram esclarecidos por Raul Castro, segundo secretário do Partido e ministro das Forças Armadas Revolucionárias, nos discursos comemorativos da morte do comandante Camilo Cienguegos (28 de Outubro de 1959) e do levantamento popular de Santiago de Cuba (30 de Novembro de 1955).

"Temos suficientes motivos para afirmar — disse Raul, na primeira data — que alguns quadros do Partido e do Estado evitam o enfrentar das causas que fizeram da indisciplina laboral e social, do desrespeito pela propriedade social e pelas normas de convivência socialista, um hábito; conhecemos militantes que não combatem os que interpretaram a seu bel-prazer a libertação da exploração assumindo-a como libertação do trabalho, os que, como verdadeiros parasitas, vivem à custa do suor dos demais."

E acrescentou mais adiante: "Temos conhecimento dos que pretendem disfrutar dos bens e prerrogativas do socialismo sem nada lhe trazer ou comportando-se de modo a reduzir ao mínimo a sua participação no património social. Não é, certamente, de surpreender que entre os propensos a deixar-se arrastar pelo derrotismo figuram alguns dos que evitam enfrentar os problemas, mais preocupados em manter os cargos em que se acomodaram do que com as necessidades do povo que devem servir."

"A palavra de ordem é exigência — reiterou Raul — mas trata-se de exigir, de um modo sereno e maduro, e sobretudo de ajustar con-

tas, independentemente de hierarquias, com aqueles que violarem a disciplina do trabalho, apoiarem o mal feito, forem arbitrários e tiverem da crítica e da auto-crítica um conceito pequeno-burguês.

Pessoas deste tipo estão de acordo com a crítica e defendem-na abertamente em qualquer lugar, sempre e quando a crítica se dirija a outros".

"Não se trata de realizar uma campanha — esclareceu seguidamente — não haverá excessos nem medidas improvisadas, o Partido não actuará movido por veemências e afãs passageiros, mas tão pouco serão escutadas as vozes que pretendem mediatizar este processo, encaminhado no sentido de colocar algumas coisas no seu lugar e de recuperar alguns valores que foram seriamente danificados. A única voz que será ouvida é a do povo, que constantemente reclama soluções eficazes e de longo alcance".

Para entender cabalmente estas palavras, é necessário ter em conta o significado da presente etapa de institucionalização em que se encontra a revolução cubana. A partir da instalação da Assembleia Nacional do Poder Popular, em 2 de Dezembro de 1976, iniciou-se uma profunda descentralização administrativa, destinada a colocar sob o controle directo da comunidade todas as actividades que, pelas suas características regionais, possa dirigir e administrar, tais como empresas de produção e serviços, construções e reparações camarárias, assim como qualquer outra destinada a satisfazer as necessidades sociais, económicas, cultu-



1.º de Maio em Havana

rais, recreativas e educacionais da colectividade.

A entrada em acção dos órgãos do poder popular procura superar as deficiências e erros da excessiva centralização estatal característica dos primeiros anos de governo revolucionário. Durante esse período, a centralização foi um factor imprescindível para a resolução de aspectos fundamentais tanto da construção interna como da defesa perante a agressão sistemática dos Estados Unidos, mas surgiram também fortes tendências para a burocratização, para confundir o Partido com a administração do Estado e para enfraquecer o papel das organizações de massas.

Essas tendências, expressas nas atitudes denunciadas pelas intervenções de Fidel e Raul, começaram a afectar seriamente a eficiência dos planos de produção e os serviços públicos, particularmente quando aumentaram as dificuldades económicas derivadas da crise nos mercados capitalistas (para onde Cu-

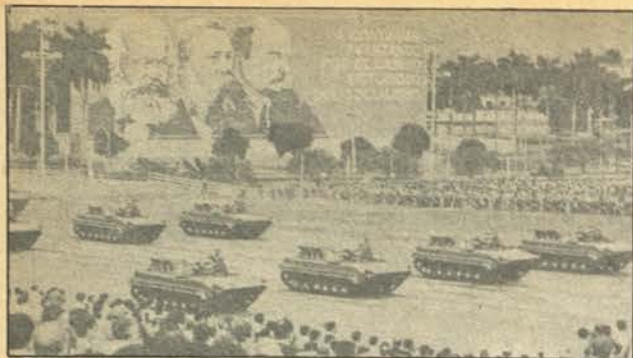
ba exporta e donde se abastece em importantes sectores). O mal-estar que essas condutas provocam é não só expresso pelos dirigentes máximos, mas um sentimento generalizado entre a população e implicou, além disso, o aparecimento de numerosas críticas e denúncias na imprensa cubana.

A consolidação dos órgãos do poder popular em si mesma é uma luta contra as tendências negativas da etapa anterior, luta activada pela própria direcção política, que a concebe como um modo de fortalecer a participação activa e responsável das massas nas novas formas de governo. Não é, então, por acaso que Fidel tenha escolhido as sessões da Assembleia Nacional do Poder Popular para fazer o seu relatório inicial sobre a "exigência" e que este não concordava com a proposição imediata de correcções e soluções. A própria natureza do problema não permite esta saída, por mais que muitos esperem que Fidel dê a última palavra.

Raul expressou cruamente esta situação no discurso que comentamos, quando disse: "Ou será que, vinte anos após o triunfo, vamos continuar com a prática comum de esperar que alguém nos obrigue a cumprir com o nosso dever? Ou falando com toda a clareza; até quando vamos permitir que os problemas por resolver provoquem crises para então nos dirigirmos ao companheiro Fidel para que este tome conta da situação e nos tire as castanhas do lume?"

DEFINIÇÃO DE OBJECTIVOS E MÉTODOS

No discurso de 30 de Novembro, Raul deu conhecimento das resoluções do IX Plano do Comité Central do Partido, realizado dois dias antes. Ao examinar a adopção de medidas "definitivas" relativamente aos problemas mencionados, o Comité Central assinalou que, para a sua aplicação, "é necessário analisar, com todo o detalhe, os factores que nelas intervêm



Tanques cubanos em parada

e que na sua complexa interacção possam propiciar soluções globais, reais e concretas e não simplesmente promover campanhas superficiais e transitórias que nada resolvem e criam a aparência de intenções espectaculares e demagógicas para atenuar o desagrado da população, coisa completamente alheia ao regime socialista e aos princípios marxistas-leninistas, conformes com a ideologia dos verdadeiros comunistas”.

“A experiência ensina, por outro lado – acrescentou Raul Castro – que, em circunstâncias como esta, há que evitar apreciações unilaterais, reprimir o excesso de emoção e tratarmos também nesta altura dos super-exigentes, dos “campeões” demagógicos da exigência, extremistas pequenos-burgueses que costumam aparecer em situações como estas para desviar a atenção das suas próprias culpas e fraquezas e criar-se uma capa de arregimentados da exigência, quando, na realidade, o são do oportunismo, tratando com ele de evitar que se lhes peça contas”. No mesmo sentido, exortou a evitar as “caças às bruxas”, rejeitando-as por “alheias

aos nossos métodos, à nossa moral e à idiosincrasia do nosso povo”.

Há que restabelecer a disciplina a todo o custo e em todas as esferas e, para isso, começar por casa e por cima – sublinhou Raul, mais adiante. Não são precisamente os trabalhadores quem tem que pagar por isso. Na situação actual, a Revolução demonstrará que aquilo que faz com que a corda quebre sempre pelo lado mais frágil e de que não nos despojámos totalmente na realidade, passará definitivamente a fazer parte do passado capitalista”.

Nas conclusões, o dirigente advertiu que “A administração executa a política económica traçada pelo Partido e pelos órgãos superiores do Estado e do Governo. O Partido necessita que ela seja forte, prestigiosa e decidida; ninguém quer fazê-los pagar culpas que não têm, muito pelo contrário, tomar-se-ão medidas que aumentem as suas faculdades e responsabilidades... Mas a direcção do Partido e do Governo não tolerável sequer que alguns funcionários se desprestigiem por não cumprirem o seu dever e, sem qualquer hesitação, deve-

mos pedir contas a todo aquele que se revele incapaz, indolente e falho de combatividade, exigindo-lhe por isso responsabilidades materiais e administrativas”.

A decisão do Conselho de Estado, de 14 de Dezembro, pela qual se substituem os ministros dos Transportes e da Saúde, designando em seu lugar dois membros do Bureau do Partido, inscreve-se no âmbito dos planos assinalados. Enquanto isso, ao iniciar o seu segundo período ordinário de sessões do ano de 1979, a Assembleia Nacional do Poder Popular analisava as primeiras informações da comissão encarregada de estudar o tema da indisciplina laboral.

Após mais de sessenta anos do canhoneio que deu início à primeira revolução socialista na Terra, o socialismo continua com problemas por resolver e surgem outros novos. Nalguns casos, cometeram-se graves erros e desvios que mostram justamente que a revolução não é um caminho coberto de rosas mas sim de árdua e sacrificada luta.

Neste contexto, adquire relevância a experiência dos cubanos na sua campanha pela “exigência”. Alguns começaram já a pensar num nome para o actual processo de luta contra as deficiências do socialismo em Cuba: “revolução na revolução”, “revolução cultural”... mas os cubanos procuram o seu próprio caminho sem se preocuparem com os rótulos.

(1) Socialismo: expressão pular que designa a prática de conseguir favores através de amigos.

URUGUAI

Para um acordo nacional

Wilson Ferreira Aldunate, presidente do Partido Blanco, mostra-se optimista no que respeita ao futuro. Afirma que, quanto aos factos, a oposição forjou um grande acordo patriótico e anuncia o próximo enfraquecimento do regime ditatorial.

Diego Achard e Juan Ferreira

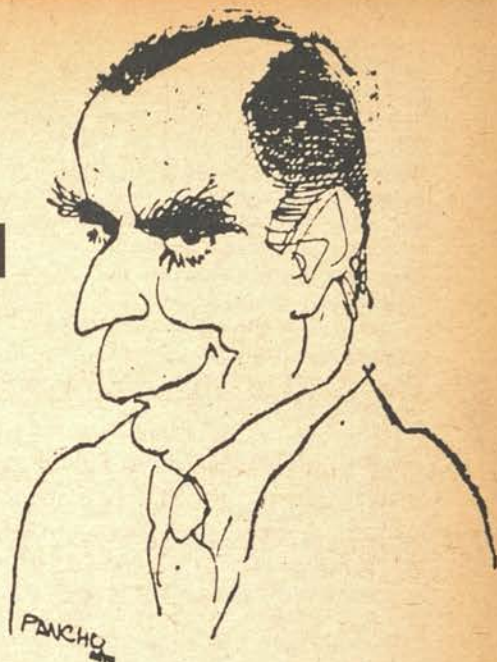
APÓS uma viagem pela Nicarágua e pela Costa Rica, nos últimos dias de 1979, o dirigente opositor uruguaio concedeu a *Cadernos do Terceiro Mundo* a seguinte entrevista exclusiva:

— Ao iniciar-se 1980, dentro e fora do Uruguai generalizaram-se esperanças de alterações numa situação que parecia congelada. Por um lado, ouvem-se novas vozes opositoras e, por outro, anunciou-se o plebiscito de uma reforma constitucional. Que espera o senhor para os próximos meses?

— Nunca pequei por falsos optimismos. Pelo contrário, creio que é preferível exagerar no outro sentido visto que as ilusões que rapidamente não se transformam em factos transformam-se em frustrações e constituem causas ou factores de desalento da luta popular. Por isso, é com um sentido muito realista, com pés na terra, que afirmo que 1980 será um ano de importância transcendente.

A OPOSIÇÃO CONQUISTOU UM ESPAÇO

Nunca nenhuma ditadura caiu por simples pressão externa. As ditaduras são derrotadas, nunca se retiram voluntariamente. E são derrotadas pela resistência popular. Eu creio que qualquer observador desapaixonado da realidade uruguaia



terá que concordar que, nestes últimos meses de 1979 e nos primeiros de 1980, a oposição ganhou um espaço político. Com esta afirmação não quero somar-me à legião dos patetas que acreditam na abertura que o governo anuncia. Não me refiro a um espaço político outorgado. Refiro-me deliberadamente a um espaço político que a oposição conquistou, que o povo ganhou pelo mero facto de exercê-lo.

Há uma grande quantidade de factos que confirmam esta conclusão. No que diz respeito ao meu partido — e falo do meu partido, não por sectarismo, que seria criminoso nesta altura dos acontecimentos, mas unicamente porque é o meu partido o que eu conheço — realizou importantes definições políticas e fê-las publicamente.

Desafiando a proibição da ditadura manifestou categoricamente que não está disposto a admitir, em nenhum caso, a farsa eleitoral que se prepara, que não aceitará, em caso algum, comparecer a eleições manipuladas, em que os candidatos são eleitos pelo governo, em que o governo selecciona os dirigentes dos partidos e em que não são admitidos todos os partidos e todos os cidadãos. Disse-o de forma muito clara num documento em que estão as assinaturas dos cidadãos mais representativos da nossa colectividade política em todo o país.

O meu partido colheu de surpresa o Governo. A grandeza desta expressão cívica impediu inicialmente a repressão. E se isso aconteceu depois e se traduziu, como se sabe, no encarceramento por breves períodos de muitos cidadãos e a detenção de alguns militares honrados que estão hoje na situação de retirados (e nestes casos já foram detenções mais prolongadas) tudo isso denota que o Governo acusou o golpe. E mostra a tremenda contradição a que estão submetidos estes regimes que simulam liberalizações. Por um lado, querem exibir um maior campo de liberdades para melhorar a sua imagem externa e, por outro, paralelamente e talvez por isso mesmo, vêm-se obrigados a reprimir.

De resto, parece muito claro também que o Governo fracassou na sua intenção de "confeccionar" sindicatos amarelos pró-governamentais; deparou com uma resistência muito nítida de todos os trabalhadores que não se prestaram a esse tipo de manobras. E verificam-se, em certos sectores da vida laboral, tentativas de organização e de resistência contra uma política económica que faz recair o custo da repressão sobre os ombros do povo.

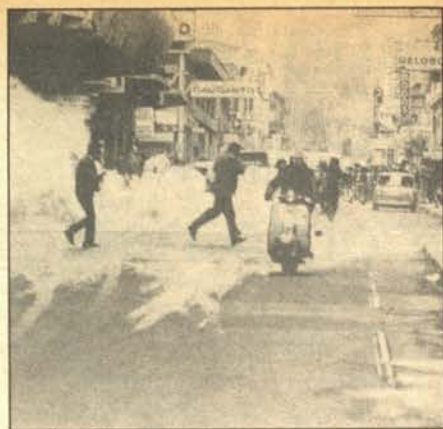
A Igreja, que até agora se tinha remetido a um silêncio que contrastava dolorosamente com as suas atitudes de há uns anos, parece ter saído do seu mutismo e ter-se reencontrado com a sua bela tradição de solidariedade com a causa popular.

Temos, assim, vários elementos que mostram que o povo conquistou o seu espaço político.

O "CRONOGRAMA"

— Não será isso um sintoma de fortalecimento do regime que lhe permite, agora, abrir um maior espaço?

— Não, porque todas estas expressões são investidas contra as intenções da ditadura que falhou no seu desejo de simular uma abertura que, na realidade, é inexistente. Este tipo de governos, como o que hoje faz sofrer o Uruguai, rende permanentemente homenagem aos valores dos seus inimigos. Quando um regime afirma que está a alargar o campo da liberdade, está a aceitar que o autoritarismo é algo que deve ser repudiado. Quando um regime como o uruguaio anuncia que devolverá o poder aos civis está a reconhecer



Repressão nas ruas de Montevideo

expressamente — ainda que o faça inconscientemente — que, numa sociedade moderna, é impossível o exercício directo do poder pelas Forças Armadas.

— Qual a sua opinião sobre o "cronograma" anunciado pelos militares?

— Creio que o aparelho militar está decidido, em princípio, a cumprir o cronograma. Apesar de ter havido algumas dissidências no seio das Forças Armadas e de o cumprimento integral do programa anunciado ter sido ratificado por uma maioria muito escassa na Junta dos Generais, não vejo nenhuma possibilidade das Forças Armadas poderem alterar essa decisão quanto mais não seja pela impossibilidade que têm de formar uma maioria em torno de qualquer outra solução. Creio que estão condenados a ficar atados a este programa que fixaram e ao cronograma segundo o qual o vão cumprir.

O problema é que uma coisa é soprar e outra é fazer bolhinhas. Anuncia-se a realização de um plebiscito constitucional em 1980 e estão decididos a efectuá-lo. Mas não têm Constituição. Não têm um projecto de Constituição e não creio que possam tê-lo sem que a sua própria formulação os não venha a dividir. Desafio qualquer jurista a pôr em palavras, a pôr em texto legal a fórmula que as Forças Armadas pretendem. Porque é muito difícil ter um governante títere e situar a realidade do poder nas Forças Armadas. Mas é bastante difícil, senão impossível, fixar isto num texto legal.

Os urcuyos⁽¹⁾ abundam em todo o Mundo. Mas, qualquer que seja a forma jurídica a que cheguem, se algum dia alguém consegue exercer uma destas pri-

meiras magistraturas condicionadas, rapidamente leva a sério os poderes — por escassos que sejam — que o texto define e cria-se a confusão. Mas não creio que cheguem aí. Não só porque vai ser bastante difícil plebiscitar uma Constituição com a qual não se conta como também um plebiscito constitucional — que eles anunciam que se realizará sem intervenção dos partidos políticos cuja actividade pública, de resto, continua a ser proibida — necessita de alguma forma de canalizar uma corrente de opinião... mesmo que só se admita uma apenas. Não basta a publicação de anúncios em diários, não basta a propaganda oficial... Não só porque a tradição está habituada a que qualquer episódio cívico seja rodeado de polémica e confronto ideológico como também porque a própria possibilidade de mobilizar as pessoas não existe.

A única maneira é a intervenção dos partidos políticos. Se se prescinde deles pelo menos alguma coisa tem de haver. E no Uruguai não há nada porque o regime não se preocupou em criar nada. Actuou simplesmente através de ordens directas vindas do quartel. A nível de plebiscito não creio que isto funcione.

O CANDIDATO

Supunhamos porém, que funciona e, mais mal que bem, vençam esta etapa, com fraudes, com contagem de votos onde os não haja, etc. e, finalmente, nos inteiremos que, por uma enorme maioria, 99,9 por cento dos uruguaios aprovou a nova Constituição. Mas depois haveria que pô-la a funcionar.

Diz-se que haverá um único candidato à Presidência da República. Que o candidato seja só um, parece ser uma necessidade. Porque, embora mesmo agora o Comandante-Chefe do Exército tenha dito que isso não está definitivamente decidido, na realidade já o está e pública e repetidamente foi anunciado não só que apenas haverá um candidato como não existe a menor possibilidade de haver mais que um.

O delirante que dirige a Marinha uruguaia⁽²⁾ já o disse mais que uma vez. Mas não só esse animal; também alguns outros porta-vozes do Exército e das demais armas têm feito abundantes declarações neste sentido. E isso por uma razão muito simples. Eles têm necessidade que o

candidato seja apenas um porque se houver mais que um tem de haver o debate político que eles querem evitar.

Mesmo que os dois candidatos fossem gémeos quanto a ideologia e ao resto, abrir-se-ia sempre a possibilidade de uma opção e estou a ver o que seria se aparecessem dois civis (ou, mais provavelmente, dois generais) competindo na votação, fazendo promessas e destruindo o que até agora foi a principal base de sustentação do regime ou seja a unidade que, pelo menos exteriormente, demonstram as Forças Armadas.

Ficamos, portanto, com um candidato apenas. Mas também com ele não solucionamos as coisas. Pelo menos terá de haver eleições primárias. Tem de haver algum foro, algum poder que determine quem é o candidato único. Reunir-se-ão os 14 generais. Suponho que se votarem secretamente haverá 14 candidatos, com um voto cada um.

Não há nenhuma possibilidade de o candidato ser um militar na situação de reserva porque, sabe-se muito bem, que no exército quem vai para a reforma, morre. Sempre que um comandante-chefe do exército passou à reforma, anunciou no momento da despedida a sua disposição de sacrificar-se pela pátria e aceitar a presidência da República. Mas, passados três meses, os que ficam no activo



Mantém-se a proibição dos partidos

arranjam maneira de calar o presumível candidato e levá-lo a que não fale mais na sua candidatura.

De modo que eu também não vejo como, sem se dividir, o exército uruguaio possa eleger um dos seus generais para o cargo de candidato único. Isso levaria a que continuasse a actual situação ou seja a de pôrem um títere à frente do Estado.

Mas então o títere teria de ser ainda mais títere que anteriormente. Com o novo regime constitucional que se prepara o candidato tem que reunir uma série de condições que dificilmente se concentram numa só pessoa. Tem de ser o mais servil de todos os servís, tem de ser notoriamente incapaz, tem de gozar da mais absoluta e total confiança das Forças Armadas e tem de ser um homem que, apesar de ter exercido com certa continuidade a função pública seja um total desconhecido, sem nenhuma possibilidade de transformar o cargo em movimento político por mais pequeno que ele viesse a ser.

É muito difícil que todas estas coisa se corcentrem num só indivíduo. Tenho um candidato para isso que é o senhor Walter Ravenna (actual ministro da Defesa) que parece ser um dos poucos que preenche com juro todas as condições. Naturalmente, que, quando faço esta análise, prescindindo de tudo o que paralelamente possa acontecer, porque quando se chega a esta conclusão pode perguntar-se: para quê afinal convocar eleições?

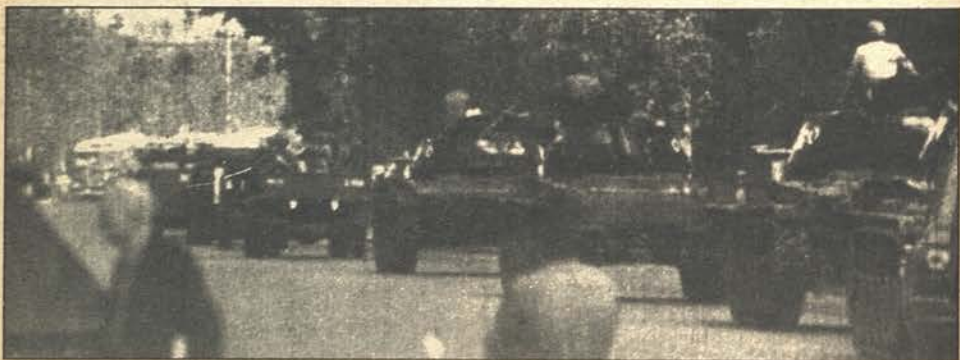
BECOS SEM SAÍDA

As eleições fazem-se por duas razões. Em primeiro lugar, porque o aparelho militar precisa de sair, de qualquer modo, do aperto em que se colocou e no qual a

população se baseia para responsabilizar os militares por tudo o que de mau ocorre. Por isso, procuram criar a imagem de que o regime será mais civil que este, que se revela exclusivamente militar.

Mas, ao mesmo tempo, há em tudo isto uma intenção de melhorar a imagem do Governo do ponto de vista externo. Trata-se do mesmo aparelho militar que expulsou o presidente Bordaberry (que, com a anuência dos militares, dissolveu o Parlamento em 1973) porque Bordaberry disse em voz alta que tinha de se fazer o mesmo que eles agora estão a fazer. Já nessa altura havia o propósito de fazer as coisas mas disfarçá-las simultaneamente.

Todavia, a mudança da imagem necessária para revestir de civilidade o regime uruguaio e criar a ilusão de que, pelo menos, algumas das liberdades suprimidas estão agora prestes a regressar, não se consegue com nenhuma destas fórmulas. Pelo contrário, será pior que antes. É melhor não fazer eleições do que fazê-las com um candidato único. É melhor não se dizer que se democratiza o país se se continua a proibir os partidos políticos. De modo que uma pessoa não vê que, por qualquer desses lados, haja uma saída nem sequer para o factor mais importante de todos que é o esgotamento espiritual do sistema. O exército uruguaio descobriu um dia que está vazio de funções, de ideologia e cada vez mais isolado do seu povo. Naturalmente toda a instituição — quanto mais uma instituição histórica como é o exército — cumpre, em primeiro lugar, a missão primordial de todo o organismo que é assegurar a sua própria preservação. Claro que eles devem estar a perguntar a si próprios se, pelo caminho que seguem, não estarão a condenar-se a desaparecerem. De modo que seja qual



A Junta Militar designará o único candidato às eleições presidenciais



fôr o ângulo por que se analise a situação todos são becos sem saída. Mas mesmo que essa não seja a vontade de quem quer levar a cabo a empresa, ao mesmo tempo estão a abrir as portas para que se expresse a resistência popular.

NINGUÉM ENGOLIU A PÍLULA

— No entanto, não podem estar a criar expectativas a nível internacional que diminuam o isolamento do regime?

— Não há muitos idiotas no Mundo. Há mais espertos que idiotas. O risco não está em que alguém acredite neste processo de democratização. O perigo está em que haja quem lhe convenha acreditar nisso. É um perigo real. E, por isso mesmo, este ano que começa deve também ser um ano de redobrados esforços para denunciar a farsa que tudo isto significa.

Os abundantes contactos internacionais que temos mantido nos últimos meses demonstraram-nos que não há ninguém na América Latina e na Europa que tenha engolido a pílula. Pelo contrário, o que nós temos visto é uma crescente atitude de indignação. Geralmente, são mais respeitáveis os ditadores que não se disfarçam. Os que têm menos prestígio internacional são estes simuladores.

— Nos últimos dois meses, as Nações Unidas, a União Interparlamentar e a OEA condenaram o regime uruguaio, considerando as eleições de 1981 uma farsa...

— ... Junte a esses organismos o Conselho da Europa de que fazem parte 21 nações europeias que está prestes a fazer o mesmo. Tudo isto, dentro de pouco tempo, vai começar a traduzir-se não apenas em declarações mas também em factos.

— Todavia, o senhor dizia que há quem tenha interesse em acreditar na "abertura". Espera alguma mudança na posição dos Estados Unidos?

— É muito difícil determinar qual é a posição norte-americana. A América Latina sofreu muito tempo por ser um alvo de preocupações especiais dos Estados Unidos. A deformação da doutrina Monroe que fazia com que o continente devesse estar livre da intromissão de potências extracontinentais mas seguisse as regras fixadas pela grande potência do Norte, foi a visível expressão do fenómeno imperial para os latino-americanos.

E muito mais que para os uruguaiois essa modificação foi verificada nos povos do Caribe e do norte que, além de tudo, sofreram formas físicas de agressão. Ao Uruguai não chegavam os marines, embora chegassem, claro, outras formas de pressão.

Mas, de qualquer modo, nós saudamos a presença de Carter como uma mudança na política que até agora o Departamento de Estado vinha seguindo, apesar da aliança com a ditadura parecer ser o eixo permanente da política externa dos Estados Unidos.

Com toda a crueza isso foi expresso claramente por alguém que a história qualificará como um dos maiores inimigos que o continente jamais teve: o senhor Kissinger. Na época de Kissinger viveram-se todas as formas de intervenção. E quando ele consagra a ascensão de William Rogers assinala no seu discurso que foram êxitos deste senhor o ter dotado a América Latina de governos estáveis que actuavam como interlocutores válidos para os Estados Unidos. Isto aconteceu depois de terem aparecido na cena política, Pinochet, Videla e o aparelho militar uruguaio.

A POSIÇÃO NORTE-AMERICANA

De modo que quando Carter chega ao poder nós damos conta pelo menos de uma mudança de ênfase nas expressões que se traduziu no corte de assistência militar ao regime uruguaio e o fim de certas formas de auxílio bilateral.

Mas a expressão pública de uma política desta natureza exige que se obtenham êxitos. E se não existem têm de se inventar. Corremos o risco de que se trate de fazer surgir como triunfos o que na reali-

dade são retrocessos para que pareça um sucesso a política dos direitos humanos.

Receio que amanhã nos venham dizer que a farsa eleitoral prometida para 81 constitui um passo político positivo para a democracia. Tenho razões para recear isso porque, no momento em que a situação no Uruguai tanto do ponto de vista dos direitos humanos como das instituições democráticas, piora em vez de melhorar, aparecem e ressuscitam algumas formas de assistência militar e reaparecem algumas formas de assistência económica. E justifica-se isso dizendo que é a consequência de certa melhoria na situação dos direitos humanos na minha pátria, quando todos sabemos que a situação tem vindo a piorar.

— Lawrence Pezzullo que foi embaixador no Uruguai e, posteriormente, actuou activamente na crise da Nicarágua foi quem apoiou esta solução do "cronograma" e das eleições com um único candidato em 1981...

— Eu penso que, neste momento, a política do Departamento de Estado no que respeita ao Uruguai continua a ser a aplicação da "doutrina Pezzullo". A política que este fez com o governo uruguaio é o que nos preocupa. De qualquer modo, não creio que tenha peso essa doutrina, cujo autor foi um dos poucos que acreditaram que Urcuyo podia ficar no cargo quando Somoza partiu. O que não é uma boa referência para demonstrar a sua sabedoria política.

Enfim, eu creio que há que trabalhar muito, fazer propaganda, difundir a realidade da situação uruguaia e conseguir que o tema dos direitos humanos não seja apenas um confronto entre o Departamento de Estado e o Governo uruguaio mas sim uma reacção de toda a comunidade civilizada perante o que acontece no Uruguai. É isto que está a acontecer e é razão mais que suficiente para corroborar o meu optimismo.

A AMÉRICA LATINA ESTÁ A MUDAR

— Já que falámos da Nicarágua que impactou teve a revolução nicaraguense no Uruguai?

— A revolução nicaraguense, o facto de não se ter frustrado totalmente o processo de Democratisação na Bolívia, as mudanças no Equador, tudo isso evidencia que a maré começou a correr noutro sen-

tido na América Latina. Isto é importante em termos históricos. Não acontece por mero acaso como também não foi por coincidência que o Sul viu desaparecer os seus regimes democráticos quase ao mesmo tempo.

Isto teve uma dupla consequência. Por um lado, debilitou o regime... porque "quando vires as barbas do teu vizinho a arder... Mas, por outro lado, a oposição no país sente-se encorajada, desaparece a horrível sensação de esmagamento derivada da omnipresença de um regime tão totalitário como o uruguaio, que muitas vezes impedia toda a manifestação de vida cívica e dava a um observador superficial a sensação de que havia uma atitude passiva, de resignação, nas pessoas.

Isto foi desaparecendo por uma razão elementar. Serão muito fortes os militares uruguaio mas Somoza ainda o parecia ser mais. Esta sensação contribuiu grandemente para a conquista do espaço político que o povo uruguaio tem vindo a conquistar desde há algum tempo recente. E serviu, claro, para acentuar a sensação de debilidade que o sistema logicamente está a sofrer.

Há, aliás, uma consequência prática.

Em época muito próxima, a OEA era o Congresso dos inimigos. Agora, essa mesma OEA denuncia a ditadura uruguaia e todas as ditaduras do continente. A Comissão dos Direitos Humanos da OEA que até há muito pouco tempo era um mero órgão burocrático e ineficaz, transformou-se no terror das ditaduras. De tudo isto só se pode concluir que a América Latina está a mudar a passo acelerado.

A PÁTRIA ORGANIZADA

— A grandeza das tarefas da oposição uruguaia não torna necessário um acordo entre as suas diversas forças políticas?

— Os grandes acordos são os acordos espirituais. Quando toda a gente começa a sentir alguma coisa como uma empresa nacional, os acordos são tão intensos que nem precisam de ser negociados. Creio que isso já aconteceu, graças a Deus. Isso já funciona no país e funciona intensamente.

Não há nenhum sector da opinião pública organizado para defender o governo, mas há um acordo implícito entre todos os uruguaio, acordo esse que considera a luta contra este regime como uma



empresa patriótica que vai mais além do que as definições políticas, supera-as e, por conseguinte, elimina as diferenças de opinião.

Naturalmente que seria preferível ter, além deste acordo nacional que os uruguaios já conseguiram, outro acordo que institucionalizasse as coisas a nível das forças políticas, que coordenasse efectivamente a acção concreta a nível de todas e de cada uma. Isto ainda não se conseguiu por razões facilmente explicáveis. Há discrepâncias internas, às vezes muito pequenas, tanto dentro de alguns dos partidos tradicionais como em sectores da esquerda. Há dificuldades e discrepâncias tácticas entre diversas forças políticas. Isto tem importância indirectamente porque, para fazer um acordo deste tipo, é preciso que nele intervenham todas as forças políticas do país. A Pátria organizada é que tem que enfrentar o Governo.

Ainda não o conseguimos. Não dou grande importância ao facto de ainda não

o termos feito porque sou dos que acreditam que não é verdade que tenham de se concertar alianças para empreender a luta comum. Creio, pelo contrário, que o que forja os entendimentos profundos é a luta comum. Por conseguinte, o que agora fazemos, não pôr o acento nas divergências políticas para fazer coisas concretas, é o melhor caminho não apenas para derubar o governo mas também para forjar nos factos esse grande acordo nacional que todos procuramos que se faça.

— **Que mudanças se podem então esperar para 1980?**

— Quando 1980 acabar, se não tivermos liquidado definitivamente o governo, o pouco que ainda restar vai ser muito fácil de destruir.

(1) — Refere-se, obviamente, a Francisco Uruceo que ocupou a presidência nicaraguense após a fuga de Anastacio Somoza e caiu 24 horas depois devido à resistência popular.

(2) — Refere-se ao almirante Hugo Mírquez.

URUGUAI

Convergência Democrática

Forças políticas das mais variadas orientações — incluindo liberais de direita — erguem a sua voz contra o projecto dos militares de institucionalizar a actual ditadura

Daniel Waksman Schinca

Se nos ativermos às declarações oficiais, no Uruguai nada está a mudar nem se tolerará que nada mude. Diferentemente dos seus colegas chilenos que, a certa altura do processo, começaram a preocupar-se com o seu isolamento internacional e que agora se esforçam por demonstrar regional e internacionalmente, que o seu regime respeita cada vez mais os direitos humanos e evolui para a democracia, os militares uruguaios evidenciam uma fascinante sinceridade. Os seus porta-vozes, com efeito, sustentam, sem a menor inibição, a tese de que a violação dos direitos humanos é uma necessidade — desagradável mas imperiosa — da “luta anti-subversiva” e repetem, na frente de quem queira ouvi-los, que, no Uruguai, não haverá nenhum tipo de “abertura” e o que seu “cronograma” político é inmodificável.

O “cronograma”, basicamente, estabelece que em 1980 se dará a conhecer um novo texto constitucional, que este será submetido a plebiscito durante o mesmo ano e que, em 1981, haverá eleições presi-

denciais. Mas as regras deste estranho jogo não deixam dúvidas sobre a natureza do processo que se quer levar a cabo. Antes do mais, o projecto da Constituição foi elaborado em rigoroso segredo pelos próprios militares e quando lhe derem publicidade não será submetido a debate público: os cidadãos apenas poderão votar a favor ou contra. Ou melhor, só a favor, porque o comandante-chefe da Marinha já tratou de advertir há poucas semanas que “*se o povo recusar a Constituição... teremos aqui uma Nicarágua*”.

Quanto à eleição do novo presidente o mecanismo não vai ser com certeza mais liberal: haverá um candidato único, escolhido de comum acordo pelos partidos “tradicionais” uruguaios (o “Blanco” ou “Nacional” e o “Colorado”). Mas, no que respeita à designação dos candidatos, os militares reservam-se o direito de iniciativa e o poder de veto, além de que, previamente, procederão a uma severa “depuração” nos dois partidos. Não se trata de “*mudar algumas coisas para que o fundamental fique na mes-*

ma” mas sim institucionalizar, pura e simplesmente, o que há, sem mudar nada.

WASHINGTON ABENÇOIA A “LINHA DURA”

Até agora a única reacção favorável a tal esquema parece vir da Embaixada norte-americana. No dia 2 de Dezembro, pouco antes de partir para Washington para assumir um alto cargo no Departamento de Estado, o até então encarregado de negócios em Montevideo, James Cheek, permitiu-se emitir uma entusiástica aprovação do “cronograma” castrense uruguio. “*Eu estou optimista: está aqui um plano; eis uma coisa que o Uruguai tem e os outros países não têm. Quer dizer, um plano específico, algumas regras para a normalização política e institucional do país*”.

Todavia, para levarem a bom termo o guião previsto no seu “cronograma” os generais uruguaios necessitam, antes de tudo, dos partidos tradicionais. Porque o seu projecto assenta obviamente na ideia de que os grupos mais conservadores de ambos os agrupa-



MOVIMENTO

mentos partidários aproveitarão as condições imperantes para tomar as rédeas, afastando os dirigentes indóceis e assumindo o papel de interlocutores (subordinados, claro) dos militares. Estes continuariam a mandar, como até agora; mas, além disso, passariam a mandar também dentro dos partidos tradicionais.

As reacções até agora registadas sugerem que a grande maioria não está disposta a semelhante *hara-kiri*. Durante os últimos meses — e isto é uma novidade total no Uruguai — têm aparecido numerosas críticas formuladas pelos políticos tradicionais ao projecto dos militares. Na lista dos críticos aparecem não apenas homens de trajectória pessoal liberal mas igualmente políticos de direita e até de extrema-direita, incluindo alguns que participaram no regime ocupando os mais altos cargos civis. Um exemplo: o dr. Alberto Demicheli escreveu nas páginas do diário *La Mañana* que “*não pode haver eleições sem liberdade total e prévia de expressão*” e que os partidos “*devem ser eles mesmos a optar quanto à esco-*

lha dos seus candidatos”, exigindo ainda “*o retorno à autonomia completa do Poder Judicial*”.

Demicheli sustentou também a necessidade de que nos comícios participem os cidadãos actualmente privados dos seus direitos políticos pelo chamado “*acto institucional n.º 4*”. Esses cidadãos são mais de 15 000 e incluem todos os matizes imagináveis do espectro político. Mas a continuação em vigor do “*acto n.º 4*” continua a ser considerado pelos militares como coisa fora de qualquer discussão...

Igualmente do sector de direita do Partido Nacional se têm erguido vozes opostas ao projecto castrense. Numa entrevista dada na rádio o proprietário Alberto Galinal que é um dos personagens mais influentes da ala conservadora dos “*blancos*” criticou a intenção de realizar eleições com um candidato único. “*Não entendo isso — disse — Eleições é opção. Eleição quer dizer eleger. Entre quem? Entre alguém que é único? Então não há eleição*”.

Até um membro do “*Conselho de Estado*” (o

organismo que substitui o Parlamento e cujos membros são nomeados pelos militares) se arriscou a pronunciar-se publicamente contra a candidatura única.

CEIAS DE FIM DE ANO

Em Dezembro a irritação tinha alcançado o máximo nos quartéis. Os militares responderam então da única maneira por que sabem fazê-lo: impondo o silêncio. Três dias antes do Natal a agência noticiosa AP informou que o governo tinha proibido aos meios de comunicação “*difundir opiniões sobre assuntos políticos, salvo quando elas fossem formuladas pelos generais das Forças Armadas*”. A interpretação que os correspondentes acreditados em Montevideo deram a esta determinação foi que “*os meios de comunicação não poderão difundir as opiniões do presidente Aparicio Mendez nem as dos seus ministros, nem as dos 25 conselheiros de Estado que exercem funções legislativas*”.

Que a esquerda denunciasses com a máxima virulência os objectivos perseguidos através do “*crono-*

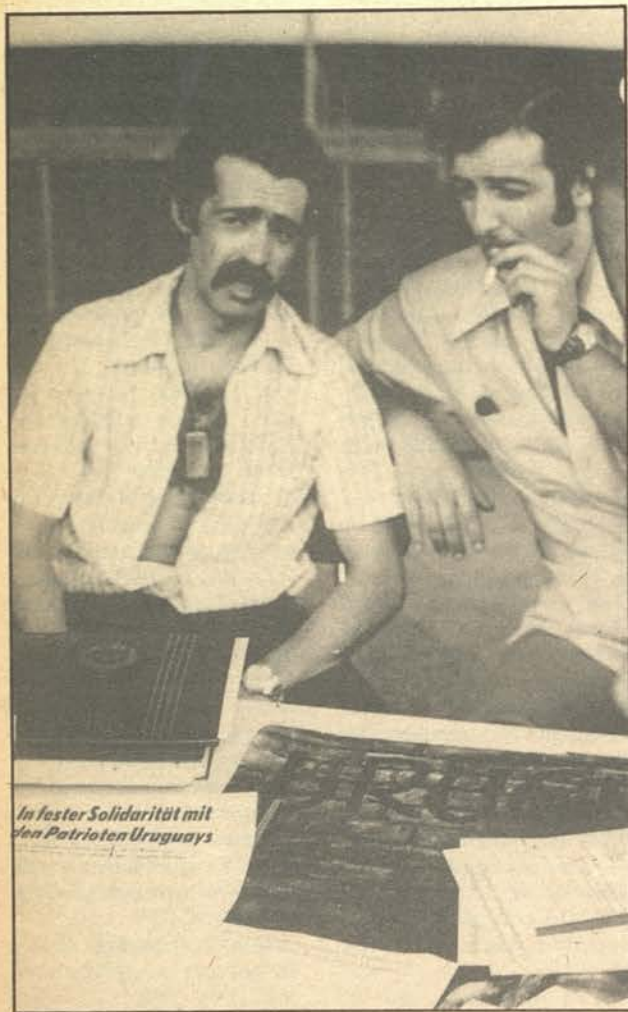
grama" político castrense era uma coisa prevista, lógica, natural. Mas que as forças centristas e até algumas da mais notória direita se atirassem também ao ataque foi algo de diferente e inesperado. Daí que, nos últimos dias de Dezembro, se tenham multiplicado as profissões de fé intransigente dos mais altos representantes do regime. "Não é aconselhável uma abertura política para 1980" afirmou no dia seguinte ao Natal o comandante-chefe da Força Aérea.

Entretanto, os dirigentes políticos dos partidos tradicionais reuniram-se em jantares e ceias de "despedida do ano" a fim de juntarem os seus simpatizantes e traçarem a "linha". Na noite do fim de ano, por exemplo, o ex-senador "colorado", Raumar Jude, um homem de extrema-direita que colaborou estreitamente com o ex-presidente Jorge Pacheco Areco, convidou uns 200 amigos políticos para uma ceia durante a qual criticou severamente a política económica gover-

namental e o processo de elaboração do novo texto constitucional. Um mês antes, o ex-senador e ex-candidato vice-presidencial "blanco", Carlos Júlio Pereyra tinha reunido quase 700 apaniguados políticos num jantar de "homenagem pelo seu aniversário". Consequência: no dia seguinte, Pereyra foi chamado à polícia e "retido" durante algumas horas para ser interrogado sobre a reunião.

OS "BLANCOS" COM FERREIRA ALDUNATE

É importante anotar que Pereyra acabava de regressar de Madrid onde tinha assistido à "Conferência Iberoamericana dos Partidos Democráticos" convocada pela UCD de Adolfo Suarez. Este facto teve uma extraordinária repercussão no Uruguai. Acima de tudo porque nunca antes os partidos "tradicionais" deste país tinham participado em reuniões internacionais desse género. Mas, além disso, a conferência de Madrid, para que foram convidados numerosos partidos do centro e do centro-direita de toda a América Latina, serviu para se encontrarem publicamente, pela primeira vez, dirigentes políticos que vivem no Uruguai (como Luis Hierro Gambardella, batlista, Juan Pablo Terra, democrata-cristão e o próprio Pereyra) com o chefe do partido "blanco", Wilson Ferreira Aldunate que está exilado em Londres. Para o regime que há anos vem tentando apagar Ferreira do mapa político uruguaio, o facto constituiu um sério revés. Candidato



Exilados uruguayos na RDA



Manifestação sindical em Montevideo

presidencial em 1971, líder máximo do Partido Nacional, Wilson Ferreira manteve sempre uma linha coerentemente dura de condenação da ditadura e seria notoriamente um elemento chave de qualquer convergência democrática que se processasse no Uruguai. Para o regime é, portanto, fundamental, isolá-lo do desenvolvimento político interno. Mas não o conseguiu: o partido, na sua imensa maioria, continua a aceitar a liderança de Ferreira. Em Setembro último, por ocasião do 75.º aniversário da morte de Aparicio Saravia (o histórico "caudillo blanco") quase 350 conhecidos dirigentes do partido lançaram um manifesto no qual davam, vigorosamente, o seu aval à linha "wilsoniana". O texto, com efeito, exige "o restabelecimento imediato e pleno das liberdades públicas e dos direitos individuais" e nega que possa elaborar-se uma Constituição ou realizarem-se eleições se não se instaurar "um clima de livre discussão pública e com ampla participação popular; sem

restrições nem condicionantes". Exige-se igualmente o restabelecimento da actividade sindical e a modificação da política económica governamental "cujo resultado público e notório é a deterioração progressiva e acelerada do salário real, acompanhada da concentração da riqueza em poucas mãos e da crescente pauperização das classes média e popular". Os "blancos", em suma, rejeitam radicalmente o projecto político castrense.

REACTIVAÇÃO POLÍTICA

Desde que se instalou no poder, a ditadura uruguaia tem vindo a encontrar a permanente resistência das forças de esquerda que, apesar da feroz repressão, desenvolveram um trabalho sem paragem em todo o país, reorganizando-se e reforçando a sua implantação nas camadas sociais mais castigadas pela política económica do regime. Não é, portanto, novidade que essa luta tenha continuado durante o ano de 1979.

Mas o que é novidade é que o governo militar tenha tido de enfrentar — apesar das suas reiteradas manifestações de que não há nem haverá "abertura" — a expressão de uma dissidência política que vem do campo centrista, do centro-direita e até da direita propriamente dita. Estas várias dissidências evidentemente que se manifestaram com base em motivações diferentes. Alguns estão pura e simplesmente a lutar pela sua sobrevivência no cenário, pelo seu espaço grupal ou pessoal. Outros porque querem evitar que os militares fiquem com o bolo todo. E outros porque compreendem autenticamente a necessidade de uma convivência democrática.

Até há um ano este fenómeno ainda não acontecia no Uruguai; o seu aparecimento começou a notar-se durante o ano de 1979. E embora se trate ainda de um processo relativamente incipiente é evidente e compreensível que suscite uma real preocupação nos actuais donos do poder. É provável que estes tenham subestimado o enraizamento da vocação democrática uruguaia e que deveras acreditassem na viabilidade de um projecto autoritário a longo prazo em que as Forças Armadas fossem as protagonistas. É para isso que aponta o "cronograma". Mas os factos registados nos últimos meses indicam, pelo contrário, que tal projecto não tem eco na sociedade uruguaia: quase todos os sectores do espectro político do país exigem outro rumo. Provavelmente, em 1980, iremos assistir à acentuação deste fenómeno de reafirmação política.



Pela independência e a democracia social

É a altura da América Latina reformular as suas relações com os Estados Unidos, afirma o senador venezuelano Pompeyo Márquez, secretário-geral do «Movimiento al Socialismo»

Cristina Canoura

POMPEYO Márquez é um dirigente com uma larga trajetória na política venezuelana. Com menos de 15 anos inicia a sua militância no movimento estudantil e em 1939 filia-se no Partido Comunista, onde chega a secretário-geral na década de 50. Eram os tempos da ditadura de Perez Jiménez. Durante oito anos Márquez dirigiu o partido na

clandestinidade até que derrubado o ditador e legalizado o PC, foi eleito senador em 1959.

Os comunistas participam no movimento insurrecional dos anos 60 e isso leva novamente Márquez à clandestinidade e, em 1964, à prisão. Evade-se por um túnel três anos mais tarde, retomando a direção do Partido, até que em 1970 se

separa deste para constituir o MAS.

— No calor da situação em que vivíamos — explica Márquez — iniciámos um processo de revisão crítica da nossa prática. Compreendemos que a linha insurreccional tinha sido derrotada a partir de 1965 e que era necessário fazer uma revisão total. Demo-nos conta que os erros não eram circunstanciais, mas que correspondiam a causas muito mais complexas e profundas. Descobrimos que utilizávamos um marxismo dogmático, livresco, tentava-se copiar as experiências estrangeiras, fundamentalmente a cubana, e perdia-se a perspectiva nacional na elaboração da política. Compreendemos que a ausência de um diagnóstico definido do país sobre as forças sociais, sobre os novos desenvolvimentos e tomando o marxismo como instrumento dogmático era impossível captar toda a riqueza e complexidade que a realidade venezuelana tinha vindo a adquirir.”

Nesse processo de revisão crítica Pompeyo Márquez efectua um intenso trabalho jornalístico e de análise política (é autor de 13 livros e numerosos artigos e folhetos). O seu novo partido o MAS, converte-se na terceira força política do país a partir das eleições de 1973. Nelas Márquez conquistou um mandato de Senador. Foi reeleito em 1978 e é actualmente secretário-geral do MAS, presidente da Comissão Económica do Senado, membro da Comissão Económica e Social do Parlamento Latino-Americano criada recentemente em Oaxaca (ver o n.º 19 dos “Cadernos”). Foi sobre esta conferência e as suas perspectivas que tratou a entrevista que concedeu em exclusivo à nossa revista:

— Recentemente representou o MAS na Conferência de Oaxaca que reuniu diversas forças anti-imperialistas e democráticas latino-americanas. Como vê esta tentativa e as suas perspectivas?

— Após a conclusão da conferência de Oaxaca o MAS fez uma apreciação altamente positiva. Tanto da declaração como do conjunto das conclusões que a acompanharam, particularmente as que dizem respeito ao Caribe e ao repúdio da presença de tropas norte-americanas num mar que é latino-americano. Qualquer ingerência de forças estranhas na zona do Caribe constitui um acto de agressão. Por isso mesmo são de salientar todas as resoluções que digam respeito à luta pela de-

mocracia e pelos direitos humanos naqueles países onde estão sendo espezinhados: Chile, Uruguai, Argentina, Paraguai, El Salvador, Honduras e Guatemala. O conceito fundamental da declaração de Oaxaca pode sintetizar-se em “América-Latina para os latino-americanos”. Reconhece-se a necessidade de um esforço para conquistar a independência plena, com a qual se está a acentuar a ideia de que o nosso continente continua sendo subalterno e que os nossos países continuam sendo dependentes.

Essa subalternização e essa dependência manifestam-se de mil maneiras. Fundamentalmente, no que diz respeito à Venezuela, através da dependência tecnológica, dependência em relação aos mercados exteriores do nosso principal produto de exportação: o petróleo; dependência inclusivamente em relação às fabulosas importações das quais o maior volume é proveniente dos Estados Unidos; dependência cultural tecnológico-militar. A ingerência de missões militares que contribuem para acentuar a dependência não é específico do nosso país, mas extensivo a todos os países do continente. Uma conferência como esta que levanta a bandeira da independência total tem que jogar um papel extremamente importante no decurso dos próximos anos.

— Mas a Conferência de Partidos Políticos Latinoamericanos fundada em Oaxaca também se ocupa dos problemas internos. O que se propõe para as sociedades latino-americanas?

Na declaração de princípios põe-se a ênfase na democracia social. Isto não é um simples apelido para a democracia, mas justamente, toda uma visão contrária ao que até hoje se tem vindo proclamando como democracia representativa. Uma democracia onde continua a existir uma concentração de riqueza e onde a distribuição desta riqueza se torna cada dia mais injusta, mais irracional, favorecendo os grandes grupos económicos que têm interesses e ligações com os grandes grupos internacionais. São democracias que se remetem para um jogo eleitoral.

Cada cinco anos as grandes massas populares escolhem determinado tipo de governo, terão que passar mais cinco anos para que voltem a participar no processo político. As grandes decisões que dizem respeito ao destino do país e do povo são adoptadas por pequenos círculos dirigen-



Presidente Luis Herrera Campins

tes, de políticos de tecnocratas, em convivência e ao serviço destes grandes grupos económicos, nacionais e estrangeiros.

Por isso, a questão posta pela Conferência de Oaxaca sobre Democracia Social deve ser tomada nas nossas mãos. Há que desenvolvê-la em cada um dos nossos países e encontrar os vínculos que de um ponto de vista continental possam significar novos avanços na luta por essa independência total, por essa democracia social. Nós dizemos, pois, que esta actividade desenvolvida em Oaxaca constitui um ponto importante das relações entre partidos. Atingiu-se uma concepção unitária. Não é por acaso que nesta reunião tenham participado partidos nacionalistas, democráticos, anti-imperialistas e socialistas como o nosso. É um espectro político bastante amplo que indica como as exigências dos nossos países ultrapassam um só sector, uma só classe.

Isto obriga a encontrar um ponto de convergência, um plano comum no qual possamos desenvolver as nossas relações, praticarmos a solidariedade mútua, já que esta constitui uma força contemporânea com um valor apreciável.

Isto tem expressão concreta na República Dominicana, no Panamá, no caso da Bolívia, na Nicarágua, na recusa de todas as posições tendentes a desestabilizar, governos como o da Jamaica o de Granada, ou todas estas pressões que hoje se dirigem ao que podemos chamar o epicentro de uma ascensão popular na América Latina que é a zona do Caribe. O facto de poder reunir este leque de correntes políticas e encontrar uma linguagem comum, deve conduzir-nos agora, a uma redefinição das relações da América Latina com os Estados Unidos. É neste sentido que valorizamos a Conferência de Oaxaca, como expressão dessa necessidade de aproximação, de integração de coordenação e de solidariedade, presente na ordem do dia no continente latino-americano e no mundo.

REDEFINIR AS RELAÇÕES COM WASHINGTON

— Atendendo à contrapartida, ou seja, à política dos Estados Unidos em relação à América Latina. Considera que realmente se produziu uma mudança ou a “nova política” é unicamente uma “maquilagem” passageira?

Eu diria que de facto não há mudança. Porque o único elemento que poderia significar uma mudança na política dos Estados Unidos em relação à América Latina é o que se refere aos direitos humanos e às questões iniciais postas por Carter ao assumir a presidência dos Estados Unidos. A intenção dos Estados Unidos para com a América Latina é a de continuar a mantê-la como “quintal das traseiras” com a sua fonte de reservas estratégicas. No caso venezuelano, os Estados Unidos estão mais interessados em se apoderar da fabulosa reserva de hidrocarbonetos da faixa petrolífera de Orinoco, que em estimular o processo independentista.

— Em que outras esferas se pode dizer que os Estados Unidos tenham mudado a sua política? Já conhecemos a sua posição em relação à Nicarágua e pensamos que não era possível fazer outra coisa. Queria fazê-la mas não pôde. O problema está no facto dos Estados Unidos não poderem fazer algumas coisas que faziam antes no nosso continente.

As próprias transformações mundiais, a ruptura do bipolarismo à escala mundial que tornam mais fluídas, mais com-

plexas as relações internacionais, as fraquezas que mostra a civilização norte-americana, tudo isto indica que o seu modo de vida, o seu exemplo, já não pode ser seguido.

Todos sabemos o que está a acontecer no Médio Oriente, o conflito entre o Irão e os Estados Unidos tem repercussões no nosso continente.

Este é o momento, a oportunidade para que a América Latina aborde as relações com os Estados Unidos a partir de uma posição de maior independência e soberania. É a ocasião para afirmar essa soberania e pensamos que a Conferência de Oaxaca deve desenvolver um plano activo de iniciativas em relação aos sectores norte-americanos que queiram um intercâmbio com os nossos países. Um intercâmbio que colocasse num plano de maior igualdade e respeito a nossa soberania.

SOCIAIS-DEMOCRATAS E SOCIAIS-CRISTÃOS

— Junto com o refluxo de vários regimes militares e a manifesta fraqueza de outros estão a entrar poderosamente na América Latina forças internacionais como a social-democracia e a democracia-cristã. Você procede de um país onde essas forças estão instaladas e implantadas e são quem domina a vida política. Que pensa desses esforços internacionais à escala latino-americana?

Efectivamente na Venezuela a social-democracia e o social-cristianismo têm uma forte base de apoio. Mais que isso, a

Venezuela converteu-se numa espécie de trampolim em relação ao continente, de estas duas internacionais.

Tradicionalmente a Europa, dentro do seu eurocentrismo, tem dirigido as suas principais atenções, pelo seu contexto e pelas suas antigas relações coloniais, para a África e Ásia. Existia também um respeito tácito em relação às chamadas esferas de influência e aquilo a que se chamou "a América para os americanos" que serviu de base expansionista à política norte-americana. Julgo que deveríamos ver dialecticamente esta situação. Por um lado, o interesse que demonstram a social-democracia e o social-cristianismo em relação ao nosso continente é um índice de elevação da nossa hierarquia à escala mundial. Dito em linguagem gráfica "estamos-nos a evidenciar". Por outro lado, estes movimentos devem somar-se à solidariedade pela democratização do nosso continente. Incluindo-se nesta perspectiva estes movimentos tentam superá-la para fortalecer a sua influência nos países onde a social-democracia e o social-cristianismo não têm força. Aqui entra uma nova afirmação que é precisamente a da Conferência de Oaxaca não temos que ir buscar fora do continente os modelos de crescimento nem as inspirações. Os dirigentes do social-cristianismo e da social-



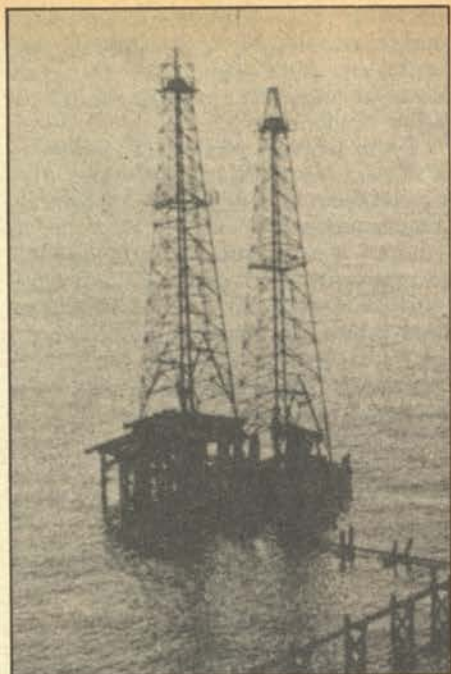
Uma gritante injustiça na distribuição da riqueza

-democracia mundiais não podem captar nem compreender as nossas sociedades, suas origens e evoluções históricas. Somos nós os latino-americanos que devemos tomar em nossas mãos os nossos próprios destinos, a solução dos nossos próprios problemas, a elaboração das nossas próprias teorias, tendo em conta certamente, a experiência dos outros países. É a colocação exacta entre o factor nacional e o factor internacional. E esse factor internacional, passa hoje no continente latino-americano pela necessidade de que nos relacionemos e procuremos desenvolver os ideais que dão origem à nossa independência. Temos as bases, as grandes linhas mestras dos percursos da nossa independência, dos nossos libertadores. Aqui está a nossa fonte de inspiração.

Nos nossos países não existem as condições que existiam na Europa para o aparecimento da social-democracia. De qualquer maneira seriam movimentos muito *sui generis* que poderiam estar filiados nestas organizações mas que nada teriam a ver com a social-democracia alemã ou de outros países europeus. Sucede o mesmo com o social-cristianismo.

Quero terminar com a seguinte consideração: Não podemos considerar como simples acaso que este movimento dirigido para a América Latina, para o Terceiro Mundo, venha da Alemanha Federal, tanto pela via social-democrata como pela social-cristã. Não cometeria eu nenhuma injustiça se dissesse que por trás de todas estas mobilizações vem também o capital alemão. Sem cair no mecanicismo, coisa que rejeitamos, por fazer parte de um marxismo dogmático, com o qual rompemos há muitos anos, pode-se afirmar que parte desse interesse pela América Latina, tem que ver com a procura de novos mercados, de novas zonas de influência, de investimento.

Em conclusão, não temos que rejeitar as solidariedades, as ajudas e o interesse que possam expressar em relação a nós. Mas uma coisa é essa posição e outra é a de que a América Latina, com os seus principais partidos, as suas principais correntes políticas, gravitem numa das duas internacionais ou em qualquer outro centro do poder internacional. Nós pensamos que o futuro da América Latina está estreitamente vinculado a uma posição de



A Venezuela é membro proponente da OPEP

não-alinhamento, de independência e soberania.

O QUE PODEMOS ESPERAR DA DÉCADA DE 80?

Sem fazer nenhum exercício de futurologia, podemos sentir-nos bastante otimistas em relação aos processos que herdámos nos fins desta década. Pensamos que há um movimento para a redemocratização do continente. O amadurecimento de um conjunto de forças políticas e sociais em cada um dos países que integram o continente Latino-Americano devem dirigir-se necessariamente para a redemocratização do continente. Os exemplos das ditaduras militares são todos negativos. A experiência brasileira considerada milagre nestas décadas, demonstra agora a sua fraqueza a sua insuficiência e finalmente terá que produzir-se um retorno ao jogo democrático neste país. Tudo indica que um Brasil democrático terá um poderosíssimo impacto em relação a toda a América Latina e particularmente no Cone Sul onde se vivem as contradições mais críticas do continente.

Podemos afirmar também que, pela evolução das políticas mundiais, a perca

de peso específico que os Estados Unidos tinham no Mundo, a começar pela moeda, abre novas esperanças e novas possibilidades para que na década de 80 se alcancem conquistas do ponto de vista nacional e popular.

As forças políticas compreendidas neste leque que mencionámos, adquirirão maior robustez, porque também amadurecem as direcções políticas do continente. E dentro desse amadurecimento está compreendido o interesse de novas gerações nessa luta.

Atendendo a que, na sua maioria o continente tem uma população jovem, poderemos considerar que isto aponta numa direcção positiva de relevo para a década de 80.

QUAIS SERÃO OS PROBLEMAS DA DÉCADA?

Em primeiro lugar a crise energética. Terão que enfrentar este problema a totalidade dos países da América Latina, com excepção do Equador, México e Venezuela.

Isto vai obrigar países como o México e a Venezuela a introduzir variantes nas suas relações com o resto dos países latino-americanos em matéria de energéticos.

Outra questão importante é a que diz respeito à agricultura. Como se sabe, também existe uma crise alimentar. Crise que se agudiza por diversos factores. O primeiro é a persistência do latifundismo e de formas atrasadas de produção no campo. A exploração da terra é feita a partir de recursos técnicos muito baixos, também porque surgem novas zonas que aumentam o seu consumo e por conseguinte reclamam mais, tanto para o consumo humano como para o consumo industrial que se desenvolve em países anteriormente reduzidos ao subconsumo e com um atraso secular do ponto de vista produtivo. Neste sentido teremos o problema do desenvolvimento do sector agrícola e da defesa dos nossos países perante a invasão das chamadas "14 irmãs" (transnacionais agroindustriais).

DEMOCRATIZAÇÃO

A perspectiva de democratização está posta para aqueles países que estão submetidos a ditaduras, mas também para todos aqueles que estão a funcionar —

com todas as limitações — as liberdades públicas, o jogo político plural. Para me não referir a outros casos. No meu país uma perspectiva para a década de 80 está estreitamente vinculada a avanços democráticos que superem as carências do desenvolvimento democrático, realizado até agora na Venezuela e que se pode considerar esgotado. Também se esgota noutros países em que há um determinado jogo democrático, e nos que reclamam renovações, novas adaptações a novas situações nacionais.

A década de 80 será uma década de combates sociais pelo melhoramento de vida das grandes massas, subalimentadas, analfabetos, completamente ausentes dos benefícios que os progressos sociais dão ou deveriam dar aos povos.

Definitivamente não há razões para reduzir o nosso optimismo em relação aos anos vindouros. Por todo o lado se verificam avanços, nuns sítios mais lentos, em zigzag, vencendo mil dificuldades, noutros a ritmo mais acelerado.

Acreditamos numa América Latina onde o movimento sindical adquira maior vigor e presença onde se possa superar concepções burocratas no que respeita à participação popular, e particularmente no movimento sindical, onde se pode tornar patente a importância que têm os criadores da riqueza, os trabalhadores assalariados da cidade e do campo.

Não podem continuar reduzidos exclusivamente ao facto de produzir as riquezas e nada ter que ver com o destino final dessas riquezas. Neste aspecto a presença dos sectores populares é uma exigência da democratização que se aspira para o continente. Se não se efectivar essa participação popular, se não mudarem os meios como se administra e governa os nossos países, não se pode falar de uma afirmação democrática e muito menos considerar que esse processo de democratização está avançado. Por isso dizemos que somos optimistas, confiamos no futuro imediato. No nosso país as forças populares irão alcançar novas vitórias, novas posições, abrir-se-ão novos caminhos para o desenvolvimento democrático. E quero estender este optimismo a todo o continente.

Já não constitui uma frase feita, dizer que o futuro não pertence aos Pinochet, aos gorilas uruguaios, aos gorilas argentinos e aos gorilas paraguaios.

EL SALVADOR

Com a unidade do povo até à vitória final

Extracto do manifesto constitutivo da Coordenação Revolucionária de El Salvador, assinado em 10 de Janeiro de 1980 pela Direcção Nacional Executiva da Resistências Nacional, o Comando Central das Forças Populares de Libertação Farabundo Martí e o Comité Central do Partido Comunista Salvadorenho:

Conscientes da nossa responsabilidade histórica e de que a unidade é um passo imprescindível para o triunfo da luta popular, (os abaixo assinados) concordamos em constituir um organismo de coordenação revolucionária entre as nossas Direcções Nacionais e comprometemo-nos a pôr em andamento um processo de crescente coordenação da política e da luta das nossas organizações.

Este acordo orienta-se no sentido de alcançar progressivamente os mais elevados níveis de unidade e está aberto a todas as organizações revolucionárias do nosso país.

A OLIGARQUIA IMPÓS A VIOLÊNCIA

Durante os últimos 25 anos (...) a luta do povo salvadorenho, tornou-se mais insistente, sistemática e organizada, consciente e combativa.

Ao longo deste intenso período, o nosso povo recorreu primeiro a métodos pacíficos (...). Quando concorreu a eleições, a fraude, a imposição e a repressão foram o que obteve como

resposta. A oligarquia, seus agentes e instrumentos políticos e militares fecharam essa via pacífica. (...) A violência não a desejou o povo, foi-lhe imposta pela oligarquia e sua obediente e criminosa tirania militar. (...) A luta armada uniu-se, generalizada e indissolivelmente à luta reivindicativa e política; criou-se e multiplicou-se a guerrilha revolucionária, multiplicaram-se em vasta escala os órgãos de auto-defesa das massas, até ao surgimento da milícia, e está em andamento a construção do Exército Popular.

A situação tornou-se clara: a única alternativa verdadeira e eficaz de solução para a crise nacional em benefício do povo é a revolução popular armada. Essa revolução não será um acto de vingança, mas de justiça e transformação libertadora; assegurará as liberdades e direitos democráticos para todo o povo, instaurará assim uma verdadeira democracia; entregará a terra às maiorias do campo (...) conquistará a verdadeira independência nacional, recuperará para o nosso povo

o direito a decidir livremente o seu destino; assegurará, com estas e outras mudanças fundamentais, condições de vida materiais e culturais dignas para o povo trabalhador.

COM TODAS AS FORÇAS DEMOCRÁTICAS

Estas grandes tarefas só podem realizar-se se previamente a revolução triunfar, isto é, se se conquistar o poder, destruir a oligarquia opressiva corrupta e sanguinária da tirania militar, e estabelecer, com base no poder popular, um governo revolucionário, democrático e anti-imperialista.

Dirigimo-nos aos sectores progressistas da Igreja e aos militares, dos partidos da oposição às organizações independentes sindicais e patronais, a intelectuais e personalidades democratas, com ou sem partido, aos numerosos sectores de pequenos e médios empresários (...) e dissemos-lhes: independentemente das diferenças ideológicas e políticas que há entre nós, reconhecemos os vossos méritos e o esforço para alcan-

çar a democracia e a justiça social (...) e vimos propormos que se incorporem activamente no grande processo de unidade que está em marcha, contribuir com vossas ideias, que respeitaremos, com vossa capacidade e talento, com vossa influência e devoção pela liberdade.

Os militares honrados não querem um confronto entre as Forças Armadas e o povo em armas. Nós compartilhamos esse sentimento e confiamos, que, pela sua honestidade e patriotismo, por serem parte do povo, esses militares ocuparão o lugar que lhes corresponde junto a nós para construir uma sociedade nova. Os soldados são no exército os que melhor compreendem a luta do povo, porque eles próprios são trabalhadores e filhos de trabalhadores. Têm o seu lugar no Exército Po-

pular. Juntos construiremos uma sociedade onde o exército seja o verdadeiro braço armado do povo, defensor da liberdade e da justiça, garantia firme da soberania nacional hoje esquecida e espezinhada.

COM OS POVOS DO MUNDO

A vitória sandinista iniciou uma época de revolução do istmo centroamericano, enriquecer-nos-emos com a sua experiência e sabê-la-emos aproveitar adaptando-a às nossas situação e problemas.

Concebemos a revolução em El Salvador como parte da revolução da América Central e como um particular contributo do nosso povo à luta pela libertação de todos os povos do continente. Apoiamos as posições democráticas que assumem e impulsionam cada

vez mais povos e governos latino-americanos. Valorizamos especialmente as posições anti-imperialistas, a defesa das conquistas democráticas patrocinadas pelos governos do Panamá, México, Costa Rica, e dos países do Pacto Andino e do Caribe. Apoiamos a luta dos povos do mundo contra a opressão estrangeira e contra o racismo, particularmente a luta do povo palestino contra o sionismo e dos povos de África contra o racismo e o apartheid.

Chegou o momento dos supremos esforços pelo triunfo da revolução! O triunfo é inevitável. O sangue derramado por milhares e milhares de patriotas desde o século passado, as aspirações dos nossos queridos companheiros caídos durante os últimos anos, contribuem hoje para a unidade do nosso povo em marcha até à vitória final.



Coordenação Revolucionária, uma vitória da esquerda salvadorenha

Governo português proibe realização do II Encontro Internacional dos Povos em Luta

O II Encontro Internacional dos Povos em Luta, cuja realização estava programada para o início do mês de Fevereiro, em Lisboa, foi anulado em parte, na sequência de uma decisão do Governo português no sentido de proibir a participação de alguns convidados estrangeiros.

Promovido pela Comissão Nacional de Apoio e Solidariedade com os Povos em Luta (CNASPEL), e levado a efeito depois de uma primeira realização no ano passado, este encontro contava com participantes de representantes de movimentos e organizações políticas que, nos respectivos países, desenvolvem lutas em prol da independência ou da libertação nacional.

Por outro lado, também algumas conhecidas personalidades tinham sido convidadas a participar no Encontro. Entre elas, contava-se o economista egípcio Samir Amin, bem como os brasileiros André Gunder Frank e Rui Mauro Marini.

Samir Amin, que é portador de um passaporte diplomático da ONU, e apesar de ter ficado algumas horas retido no aeroporto de Lisboa, teve autorização para entrar no país, embora lhe fosse coarctada a possibilidade de, tal como outros estrangeiros, intervir em qualquer sessão pública.

Em resultado da atitude discriminatória do actual Executivo português (recorde-se que ainda há pouco tempo se realizou em Lisboa uma conferência internacional de solidariedade com os povos árabes e a Palestina, bem como uma confe-

rência sobre a Nova Ordem Internacional, patrocinada pela Presidência da República), somente foi possível levar a efeito algumas das sessões previstas, nomeadamente com as características de espectáculo de canto.

Entretanto, algumas das delegações de movimentos estrangeiros que, apesar de tudo, conseguiram estar presentes, aproveitaram a oportunidade para um debate conjunto e publicaram uma declaração, em que se apela "à solidariedade e cooperação no esforço de se conseguir a total libertação da Humanidade".

Nesta declaração sublinha-se ainda que "a reestruturação do imperialismo é uma tentativa desesperada para se opor aos avanços das forças progressistas, o que se manifesta no ambiente histórico de pré-guerra, que se está a criar com o objectivo de disfarçar e justificar as suas acções agressivas".

Assinam a declaração os representantes das Ligas Populares de 28 de Fevereiro (El Salvador) Frente Popular de Libertação da Eritreia, Herri Batasuna (País Basco, que apoia a ETA militar), EIA (Partido para a Revolução Basca, que apoia a ETA político-militar), Sinn Fein (Irlanda, que apoia o IRA Provisório), MIR (Movimento de Esquerda Revolucionária do Chile), Partido Socialista do Chile e Frente Popular de Libertação da Palestina, além da OUT (Organização Unitária de Trabalhadores, de Portugal), um dos promotores desta reunião.

100 000 pessoas morrerão nos próximos meses em Timor-Leste



“Com mil pessoas morrerão de fome nos próximos meses, em Timor-Leste, se os movimentos democráticos não fizerem ouvir o seu protesto” Estas palavras, que contêm em si um dramático apelo, são de Mari Alkatiri, ministro das Relações Exteriores da República Democrática de Timor-Leste, e foram extraídas de uma entrevista concedida em Roma ao jornal “L’Unità”, órgão do Partido Comunista Italiano.

Aquêle dirigente da Fretilin no exílio, membro do Comité Central do movimento que na parte oriental da ilha de Timor luta agora contra os invasores indonésios, afirmou “não haver dúvidas que os padecimentos do povo de Timor-Leste são tanto ou mais terríveis que os dos povos do Camboja”.

“Em quatro anos — acrescentou — tivemos, em proporção, mais mortos do que os verificados em todas as guerras do Vietname. Mas no Ocidente não se fala nisto”.

Denunciando igualmente o elevado potencial bélico com que a Indonésia hoje ocupa o território de Timor-Leste, tal como o apoio que lhe é concedido por paí-

ses ocidentais, Alkatiri diria que neste momento “há mais de cem mil pessoas debaixo do controlo da Cruz Vermelha Internacional. Estes homens, mulheres e crianças, sobretudo crianças, morrerão de fome nos próximos meses se não receberem ajuda”.

Este dirigente da Fretilin deslocou-se recentemente a vários países europeus procurando apoio para a causa do povo maubere. Em Lisboa, onde manteve contactos com governantes e dirigentes políticos portugueses, Mari Alkatiri referiu que, no último trimestre do ano passado, a guerrilha se reacendeu e que “o exército indonésio nunca encontrara noutras zonas do arquipélago uma resistência tão organizada e consciente como aquela que se lhe depara em Timor-Leste”. Daí que, segundo afirmou, os indonésios tenham enviado para a ilha, na primeira quinzena de Dezembro, mais cinco batalhões do exército. O governo de Jacarta reconheceu recentemente que a Fretilin deve ter pelo menos setecentos guerrilheiros activos, quando anteriormente havia falado apenas numa força de cinquenta a duzentos combatentes.

I Encontro Euro-Árabe de Jornalistas

Este Encontro reuniu na capital do Iraque representantes de 58 sindicatos e outras associações de jornalistas árabes e europeus, 12 organismos internacionais — entre os quais a Liga Árabe e a UNESCC. A ele assistiram, igualmente, mais de uma centena de personalidades convidadas de entre o mundo da comunicação social e partidos políticos das duas comunidades. Para além da presença de representantes de todos os países árabes, estiveram em Bagdade profissionais da Informação oriundos de 24 países europeus.

O diálogo e a cooperação com o mundo árabe foi um dos principais temas em discussão. Em causa, nomeadamente, o desrespeito e a desigualdade com que tem sido tratada aquela comunidade e os fortes problemas com que se debatem os países que a integram, pela informação que circula no chamado "mundo livre ocidental". Também a questão palestina, através de uma tentativa esforçada de chamar sobre ela a atenção, séria e imparcial, foi ventilada no decurso do Encontro.

Mas, e acima de tudo, o que esteve em discussão em Bagdade foi a necessidade do estabelecimento de uma nova ordem internacional para o desenvolvimento e cooperação no domínio da informação, e do diálogo Norte-Sul. Particularmente, foi salientada a urgência de um equilíbrio quantitativo e qualitativo na circulação livre de notícias e a garantia da liberdade de expressão aos jornalistas no desempenho das suas funções.

Os desequilíbrios existentes na Informação, a nível mundial, foram longamente analisados. Posto em causa o volume gigantesco de informação proveniente do Ocidente que inclui notícias sobre o Terceiro Mundo. Mas, e em referência a números com cerca de um ano, as quatro "super-agências" de informação (AP, UPI, FP e Reuter — as duas primeiras norte-americanas, a terceira francesa e a

última inglesa) possuem uma rede de correspondentes em todo o Mundo, que apresentava a seguinte distribuição proporcional: 34 % na América do Norte e 6 % no Médio Oriente.

Perante estes números, legítimo se torna perguntar qual a informação que os países árabes obtêm? Mas, tal situação é extensiva ao resto do Terceiro Mundo. Vejamos como os restantes correspondentes daquelas quatro agências se distribuem: 28% na Europa, 17% na América Latina e 4% em África. Isto, se não nos alhearmos de que são, efectivamente, as agências noticiosas, as principais "fontes".

Operando diariamente um total superior a 30 milhões de palavras, as referidas "super-agências" publicam, à sua conta, 90% do noticiário. Também os jornais de maior audiência a nível internacional, e que utilizam maioritariamente aquele noticiário, são publicados nas chamadas potências ocidentais. E se a isto juntarmos a influência exercida pelas maiores cadeias de televisão e de rádio (norte-americanas, britânicas e alemãs), que são, ainda, quem "faculta" maior quantidade de material informativo, teremos a noção nítida de quem veicula, dominando, a informação dirigida para os países em vias de desenvolvimento.

Voltando aos números, e tentando comparar a realidade da informação oriunda das 18 agências dos países árabes com a já citada, encontramos um volume diário (em conjunto) de 200 mil palavras, segundo um cálculo aproximado.

Dáí que, tal como resulta claro dos debates ocorridos durante o Encontro Euro-Árabe de Jornalistas, a ideia da necessidade do "reequilíbrio na informação" não seja hoje destituída de sentido, antes pelo contrário, deva ser considerada um imperativo. Este o apelo lançado em Bagdade.

O arsenal saudita



A Arábia Saudita vai proceder à ampliação das suas forças armadas até atingir os 300 000 homens que ficarão estacionados em quatro — ou talvez cinco — novas bases militares.

O plano começará a ser aplicado em Julho, altura em que se fará, pela primeira vez, o recrutamento de homens com idades compreendidas entre os 21 e 35 anos. O plano prevê o acréscimo das forças armadas convencionais, do seu actual nível de 53 000 homens para 200 000, em 1985, mantendo uma reserva activa de 40 000.

Além disso, também a Guarda Nacional, composta por 37 000 homens, sofrerá um aumento, assim como a Força de Fronteiras e Defesa da Costa, que conta hoje com 6000 elementos.

Os pontos-chave do novo plano saudita para a defesa, são as três bases que estão a ser construídas em Tabuk, Khamis e Al Batin, no noroeste, sudoeste e nordeste do país. Cada uma delas, conjuntamente com bases de satélites, requer uns 40 000 soldados de combate, com uma retaguarda de 75 000 soldados de apoio, trabalhadores civis, técnicos e, significativamente, assessores estrangeiros.

As despesas previstas são assombrosas,

ainda que a Arábia Saudita, com um plano de desenvolvimento que exige um orçamento de 142 mil milhões de dólares, possa facilmente custeá-las.

O novo centro militar de Al Batin custará três milhões de dólares e, os outros dois, importâncias semelhantes.

A base central que se está a construir em Al Kharj, a quilómetros ao sul de Riad, a capital do país, devido à sua extensão e complexidade, orçará em cerca de cinco mil milhões de dólares.

O custo dos novos portos foi avaliado em 400 milhões de dólares cada, um quartel para a Guarda Nacional em 300 milhões e o da força aérea em 160 milhões.

Paralelamente à construção, já iniciada, das quatro bases militares, avançam os estudos que determinarão se se deve construir uma quinta base no vulnerável sector sudoeste, junto à entrada do Golfo.

É sob a supervisão do corpo de engenheiros do exército dos Estados Unidos que uma grande parte destes trabalhos está a ser feita e, naturalmente, muitos dos contratos para construções individuais foram entregues a companhias norte-americanas.



ARMAMENTO

Estratégia e negócio

Ao passarem da política de oferta de armamentos obsoletos para a de exportação maciça de material bélico sofisticado, Estados Unidos fazem das guerras locais um negócio lucrativo e fomentam a corrida ao armamento no Terceiro Mundo

Jim Lobe

DOIS anos depois do presidente Carter ter prometido reduzir as vendas de armas aos países em vias de desenvolvimento, um novo relatório revela que as vendas quase duplicaram na maior parte do mundo.

Em "O mito da restrição armamentista", Max Holland, do Centro de Política Internacional, com sede em Washington, sustenta que o aumento das vendas de armas ao Terceiro Mundo, de 85 para 98 por cento, no ano passado, resulta do

fracasso de Carter em libertar-se de uma ideia política desenvolvida pela dupla Nixon-Kissinger.

Segundo essa teoria, amplamente rebatida pelas experiências da Etiópia e do Irão, as exportações de armas preservam a

segurança dos Estados Unidos.

Contudo, como escreve Holland, "nenhum conjunto de desastres políticos foi suficiente para dissuadir a administração deste duvidoso presupo-
to".

O NEGÓCIO DAS ARMAS

O desenvolvimento da política norte-americana de venda de armamentos remonta ao Vietname, numa altura em que se tornava difícil para Washington continuar a envolver as suas tropas na luta contra o Vietcong. A "vietnamização" significava substituir soldados por armas. Essa política foi depois alargada a outras regiões, nomeadamente com o apoio a sistemas policiais como o do Xá do Irão.

As armas passaram a ser abundantemente vendidas, e cada vez em maiores quantidades, aos países do Terceiro Mundo, em vez de, como era habitual nos anos 60, serem oferecidas a partir dos excedentes do Pentágono.

Os factores económicos somaram-se, naturalmente, aos de índole estratégica. A exportação de armas deu origem a pressões, por parte dos seus fabricantes e correspondentes empregados, no sentido de obterem contratos específicos que lhes proporcionassem lucros substanciais e emprego estável, respectivamente.

Quanto a alta do preço do petróleo levou, em 1974, a um défice da balança de pagamentos, personalidades influentes defenderam que esta poderia ser contrabalançada pelo aumento das exportações de material bélico para os novos e ricos produtores de petróleo. As vendas de armas sofisticadas à Arábia Saudita cresceram vertiginosamente.

Alguns congressistas sugeriam, no entanto, que a venda de armamentos não melhoraria a segurança nacional mas, pelo contrário, pô-la-ia em perigo. As vendas incontroladas aos aliados do Terceiro Mundo agravaram os conflitos locais em que os Estados Unidos se envolviam. Quando os clientes das armas as recebiam gratuitamente — argumentavam — tinham, em geral, o cuidado de as usar de forma a não incomodar os EUA. Adquiriam, pelo contrário, maior autonomia se as pagavam.

Os Estados Unidos envolveram-se, cada vez mais, na corrida armamentista do Terceiro Mundo. A administração justificava-se alegando que a União Soviética estava a armar a outra parte. Entretanto, autênticas guerras de agressão são desencadeadas por Marrocos no Sara Ocidental e pela Indonésia em Timor-Leste, com armas norte-americanas.

TENTATIVAS DE CONTROLO

Para além de conduzir a guerras que prejudicavam a segurança global, a venda de armas norte-americanas torna-se ainda mais perigosa à medida que estas vão sendo mais sofisticadas. Um arsenal moderno aumenta a insegurança no Terceiro Mundo, como o demonstram, aliás, os recentes acontecimentos no Irão. E eles podem, evidentemente, ser conservados como reféns no caso de desencadeamento de hostilidades.

Estes argumentos levaram à aprovação, em 1976, da "lei para o controlo das exportações de armas". O argumento da "segurança nacional" permitiu, porém, tornar o espírito da lei, apesar de esta revelar um forte desejo político de reduzir a venda de armas.

No mesmo ano, quatro meses depois de iniciar o seu mandato, o presidente Carter anunciou, num memorando, um claro divórcio em relação à política de Nixon-Kissinger: os EUA "considerarão, antes de mais, as (exportações de) armas como uma política excepcional a ser aplicada quando se possa demonstrar claramente que a transferência está de acordo com os nossos interesses nacionais de segurança".

Dois aspectos cruciais da nova política eram a redução das



referidas exportações e o compromisso de não ser o primeiro país a introduzir novas tecnologias armamentistas numa região do Terceiro Mundo.

Dois anos depois, o relatório conclui que o memorando foi mais violado do que aplicado. Os números mais favoráveis à administração revelam uma redução anual das exportações de material de guerra de apenas 7,5 por cento.

AFASTAM-SE AS BOAS INTENÇÕES

Estes números, sublinha o relatório, são altamente enganadores. Omitem a maior parte das vendas que dizem respeito a infra-estruturas, armas para segurança interna, armas comerciais e licenças de fabrico. As sofisticadíssimas armas vendidas ao Irão, Arábia Saudita, Israel e Coreia do Sul, derrubaram a promessa de proibir a in-

trodução de novas tecnologias armamentistas em regiões específicas.

Em resumo, a política de Carter sobre a restrição de armas é considerada, no relatório, como altamente duvidosa.

“Em dólares actuais, as exportações de armas para a América Latina e África diminuíram depois de 1977, mas estas regiões representam, no conjunto, menos de dois por cento do mercado norte-americano. A tendência dominante está noutra lado. À primeira vista, as exportações para o Médio Oriente e sul da Ásia diminuíram também, mas, excluindo o Irão (que cancelou as suas en-

comendas de 1979 e não comparará em 1980), as exportações de armas aumentaram realmente 151 por cento para os restantes países dessa região, e para a Ásia Oriental as exportações quase duplicaram em relação ao total de 1977.”

Actualmente, com o crescente alarme sobre o contínuo défice orçamental dos EUA — com as exigências dos homens de negócios de serem eliminados os controlos de exportação estabelecidos em regulamentos sobre subornos e direitos humanos — e encontrando-se o Japão e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) excluídos dessa política, as boas intenções de Carter parecem inexoravelmente afastadas.



A Imprensa latino-americana: instrumento publicitário e transnacional

*No que respeita à grande Imprensa, uma coisa se torna claro:
muito mais importante que a linha editorial de um diário, é a
sua linha informativa*

Rafael Roncagliolo e Noreene Janus

EM Agosto de 1976, um numeroso grupo de bispos e sacerdotes, reunidos na cidade de Riobamba, foram presos, e, logo de seguida, violentamente expulsos da Equador.

A impressão que destes acontecimentos ficou gravada no público latino-americano foi de que aquela reunião era um conclave de clérigos "subversivos" e "extremistas". Tal conclusão inferia-se das notícias difundidas pelos meios de comunicação da região. Todavia, não era isto o que os seus editoriais anunciavam como posição explícita dos diários. Pelo contrário, a nível de artigos de fundo, qualquer leitor podia distinguir uma ampla variedade de matices na análise dos acontecimentos. Desde a condenação clara do *Excelsior* do México, das autoridades equatorianas, até à instigação à violência contra os clérigos, no célebre *Mercurio* de

Santiago e às delicadas investigações de *La Opinión* de Buenos Aires, à artificiosa reflexão de *El Comercio* de Quito.

A análise de Riobamba e da cobertura informativa que a imprensa latino-americana lhe concedeu foi a matéria de um livro do Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais, ILET (1) e também de um artigo em *Cuadernos del Tercer Mundo* ("Igreja e crise na América Latina", número 13").

Uma conclusão se tornava clara acerca da grande imprensa: muito mais importante que a linha editorial de um diário é a sua linha informativa.

Mesmo aqueles diários que condenavam sem rebuços a torpe intervenção do governo militar equatoriano contra os eclesiásticos, transmitiam uma informação oblíqua sobre os acontecimentos e deixavam uma impressão contrária à sua

própria posição explícita. E isso, é evidente, porque as suas informações procediam, em grande parte, das grandes agências transnacionais de notícias (particularmente as norte-americanas AP e UPI).

Sa naquela análise se tentava evidenciar o contraste entre o editorial e a informação e se constatava a absoluta prevalência desta última em termos de efeito sobre o público, agora parece pertinente introduzir outra questão: o que é mais importante num órgão de imprensa, o jornalismo ou a publicidade? A informação ou os anúncios comerciais?

OS DIÁRIOS: NOTÍCIAS OU ANÚNCIOS?

As edições de 22 diários latino-americanos correspondentes a três dias intercalados de 1977 (6, 8 e 10 de Setembro) foram analisados no ILET.

Mediu-se em cada um dos diários os centímetros dedicados à publicidade. Nesta última fez-se a separação entre os anúncios institucionais (propaganda não comercial) e os anúncios classificados ou "económicos", tendo em conta que estes formam um género aparte quando a sua informação é solidamente informativa e quando a parte muito importante deles são de responsabilidade de famílias ou de indivíduos particulares e não de firmas ou unidades produtivas. A soma das percentagens corresponden-

tes à publicidade, anúncios institucionais e anúncios classificados dá-nos o total de espaço vendido.

O quadro mostra os resultados desta análise: a coluna 2 indica que excepto o *El Nacional* do México e *La Cronica* do Perú, ambos diários oficiais, bem como o *El Dia* do México que é, por muitas razões, atípico, todos os outros vendiam uma substancial parte do seu espaço. Mais de metade dos diários vendem acima de 50 por cento do seu espaço total. E, no conjunto de todos eles, mais de 30 por cento é publicidade.

A distribuição do espaço vendido entre os seus três componentes é igualmente esclarecedora: de 19 dos 22 diários analisados, a maior parte do espaço vendido é-o à publicidade comercial, o que deixa de fora, marginalmente, os anúncios classificados e os institucionais. De facto, existem muito poucas exceções a esta pauta geral: uma delas foi, entre 1970 e 1975 o diário *Expresso* de Lima no qual os anúncios sindicais e de organizações sociais ocupavam bastante mais espaço que a publicidade comercial (2).

QUADRO I

QUADRO I
JORNALISMO, PUBLICIDADE, ANÚNCIOS CLASSIFICADOS,
ANÚNCIOS INSTITUCIONAIS E PUBLICIDADE TRANSNACIONAL
EM 3 DIAS DA IMPRENSA LATINO-AMERICANA (%) (cm2)*

Jornal	(1) Jornalismo	(2=4) +5 Total do espaço comprado	(3) Total de cm2 (n)	(4) Anúncios classificados	(5) Anúncios institucionais	(6) Publicidade	(7= % de 6) Publicidade transnacional
La Prensa (Nicarágua)	36,5	63,5	(n=223.442)	3,9	1,9	57,7	22,1
El Mercurio (Chile)	49,1	50,9	(n=156.555)	6,8	0,9	43,2	22,1
La Nación (Costa Rica)	35,8	64,2	(n=218.816)	16,4	7,3	40,5	24,8
El Imparcial (Guatemala)	52,1	47,9	(n=105.456)	6,9	2,7	38,3	20,7
Tiempo (Colombia)	35,2	64,8	(n=233.301)	24,5	2,6	37,7	39,7
Excelsior (México)	44,4	55,6	(n=270.00)	13,3	5,6	36,7	25,8
El Heraldo (México)	53,1	46,9	(n=240.240)	8,3	2,5	36,1	25,8
El Comercio (Ecuador)	36,9	63,1	(n=223.740)	18,5	10,9	33,7	14,5
La Nación (Argentina)	34,7	65,3	(n=263.126)	30,3	1,8	33,2	19,1
El Clarín (Argentina)	44,9	55,1	(n=195.494)	19,6	2,5	33,0	23,1
El Sol (México)	71,0	29,0	(n=176.948)		1,2	27,7	49,1
La Opinión (Argentina)	72,1	27,9	(n=67.734)		1,3	26,5	3,6
El Diario (Bolivia)	44,4	55,6	(n=116.025)	19,4	9,7	26,5	35,7
El Nacional (Rep. Dominicana)	58,7	41,3	(n=69.828)	3,8	11,2	26,3	11,0
Tiempo (Honduras)	70,9	29,1	(n=113.152)		5,9	23,2	11,9
El Universal (México)	42,3	57,7	(n=320.436)	32,9	2,3	22,5	11,3
Presencia (Bolivia)	54,9	45,1	(n=81.249)	12,1	10,5	22,3	36,1
La Prensa (Argentina)	58,9	41,1	(n=101.115)	13,7	5,4	22,0	13,9
O Estado de São Paulo (Brasil)	45,9	54,1	(n=240.832)	33,6	2,6	17,9	18,8
El Nacional (México)	83,6	16,4	(n= 92.856)		5,2	11,2	
El Día (México)	89,9	10,1	(n=150.727)		1,3	8,8	
La Crónica (Perú)	91,1	8,9	(n=102.790)		2,4	6,5	
TOTAIS	50,1	49,9	(n=3.763.662)	15,1	4,0	30,8	31,1

(* Os dias 6, 8, 10 de Setembro, 1977.

Fonte: Malena Brockman, «La Publicidad y La Prensa: Análisis Cuantitativo de una Semana en los Diarios Latinoamericanos» México, ILET, 1978.

As cifras desta análise revelam-se baixas se se compararem com as referências existentes noutros estudos. Por exemplo, foi assinalado que em muitas das edições dominicais dos jornais brasileiros a percentagem de publicidade supera os 70 por cento do espaço do diário o que, muito provavelmente, não é um fenómeno exclusivo do Brasil.

A crescente presença da publicidade nos diários não se reduz, certamente, a um problema de distribuição de espaço. Esta distribuição nada mais é que um sintoma, indicador. Por detrás dele existem duas questões de fundo: a primeira refere-se ao crescente controlo que o poder financeiro das agências de publicidade e dos seus clientes exercem sobre os meios de comunicação; a segunda será a identificação dos grandes anunciantes.

A PUBLICIDADE INIMIGA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Há pouco tempo, um estudo do tema, o professor Schmidt, assinalava a respeito da primeira questão o seguinte: Para as agências de publicidade um periódico, tal como a rádio ou a televisão é uma máquina de vender, a qual é boa quando atrai muitos leitores com suficiente poder de compra e a qual é má quando os conteúdos das notícias do periódico interferem com o processo da publicidade e da venda. Desde que a maior parte dos seus lucros (cerca de 80 por cento) provêm dos anúncios e não das assinaturas dos leitores, uma agência de publicidade ou o seu cliente podem levantar ou falir um diário.

Na América Latina existe uma série de casos em que o poder da publicidade enfrentou eventuais "condutas desviadas" dos grandes diários até originar uma troca de orientação no jornal e na sua direcção (caso do *El Nacional* de Caracas) ou então um deslocamento da importância do diário pela via de

apoio à concorrência (caso de *El Comercio* de Lima há uns vinte anos, quando se comprometeu na campanha pela nacionalização do petróleo). Quando pela concordância de uma importante quantidade de anúncios sindicais, populares e de pequenas empresas, somada a uma alta venda, esta operação não é possível, anunciantes e competidores assumem a repressão directa contra os diários contestatários (caso do Uruguai). De modo que, mesmo sem recorrer à repressão política governamental (a sua última arma), o poder económico é, na América Latina, o inimigo principal e comprovado da liberdade de expressão e, de facto, o seu regulador e controlador, encarregado de fazer com que ela não saia dos limites em que resulta sinónima da liberdade de imprensa.

Desde a segunda guerra mundial, em todo o mundo capitalista, mas, em particular, na América Latina, os principais mecanismos de estrangulamento da livre expressão estão nas mãos dos grandes interesses económicos que se apresentam como clientes das agências de publicidade e dos meios de comunicação. Acresce ainda que este estrangulamento opera como sucedâneo do estrangulamento político. O controlo marcial da imprensa, a cargo dos regimes autoritários não é mais que a forma extrema e brutal de um controlo económico que se exerce quotidianamente e "civilizadamente" através da propriedade dos meios e do manejo dos fluxos publicitários.

FERRAMENTA IMPERIAL?

Já há alguns anos que se traduziu para o espanhol o extraordinário livro de denúncia de Herbert Schiller: "Imperialismo yankee e comunicação de massas". Este livro, em conjunto com numerosos trabalhos de Maffelart, serviram para comprovar a importância que as estruturas e os meios nacionais de comunicação possuem como

ferramentas da penetração transnacional. Todavia, a maioria dos diários latino-americanos são propriedade de capitalistas locais. O caso de Edwards, proprietário de *El Mercurio* e vice-presidente de uma grande multinacional, a Pepsi Cola não é, de modo nenhum, frequente. Significa isto que a relativa ausência das transnacionais da propriedade dos diários torna a imprensa um fenómeno local, não transnacionalizado?

De modo nenhum. O controlo transnacional da imprensa estabelece-se através de mecanismos diferentes da propriedade jurídica das empresas jornalísticas. Entre estes mecanismos, a publicidade ocupa um lugar privilegiado. A este respeito o já citado trabalho de Schmidt afirma: "Normalmente os proprietários de jornais são instrumentos desejosos de colaborar com o capitalismo estrangeiro... Mais de 80 por cento da publicidade na imprensa, rádio e televisão peruana (no período de 1967/1970) era feita por firmas de publicidade norte-americanas. *El Correo*, um dos principais jornais de Lima, recebia 40 por cento das suas receitas de publicidade no primeiro semestre de 1969, só de transnacionais, Sears e IBE... Estimou-se que quase dois terços dos lucros por publicidade da imprensa latino-americana vêm de umas trinta companhias transnacionais, a maioria delas de origem norte-americana... Provavelmente não há exagero em dizer que a maioria da imprensa latino-americana é tão livre quanto estas companhias do sistema de livre empresa e suas agências de publicidade lhe permitem sê-lo".

No caso dos diários latino-americanos verificamos que 19 desses 22 periódicos dedicam à publicidade transnacional cerca de 20 a 50 por cento do espaço situando-se o total de anúncios transnacionais em 31 por cento do conjunto. Esta percentagem é inferior à apontada por Schmidt o que provavelmente se deve ao critério cauteloso com que procedemos no ILET ao classificar os dados. Mas

mesmo assim, a percentagem é muito importante dado que a publicidade transnacional nos anos mais recentes se tem vindo a orientar cada vez mais pela fórmula "clase, not mass" o que a leva a abandonar relativamente os diários em benefício de órgãos de expressão dedicados a públicos mais seleccionados, quer dizer com maior poder de compra.

Isto torna-se claro no caso das revistas femininas. Aqui, mais de 58 por cento da publicidade destina-se à venda de produtos transnacionais. O que é da máxima relevância dado o papel que estas revistas desempenham na vida das leitoras visto que tais publicações não só propõem modas e maquilhagens como também se fazem eco de códigos de conduta e estilos de vida.

INSTRUMENTOS DE PENETRAÇÃO

De facto, a América Latina converteu-se em mercado privilegiado das grandes agências transnacionais da publicidade. E, como se sabe, grande parte do trabalho destas agências

faz-se através dos meios de comunicação que, desta maneira, se convertem em instrumentos de penetração comercial e cultural. Uma imagem dos suculentos negócios que estas transnacionais da publicidade efectuam na América das suas facturações anuais.

Uma vez que os meios de comunicação se convertem em parte central do negócio publicitário, a sua história e a sua função tornam-se indissociáveis da história e da função da publicidade. Quando isto acontece os meios deixam de centrar-se na informação para dedicar a sua atenção prioritária aos desejos e condicionamentos dos anunciantes que os financiam. Isto torna-se mais importante que as necessidades dos receptores. Há muitos anos atrás, a revista *Printer's Ink* verificava esta relação estabelecendo que "o futuro da empresa (do jornal) depende da sua habilidade em manufacturar consumidores mais que produtos". Os movimentos populares latino-americanos, estão, com fortes razões, comprometidos na luta pela liberdade de expressão escandalosamente subjugada nos países sob ditaduras militares. Isto é importante. No entanto, à me-

didada que se vai conquistando um espaço aberto é necessário ter presente que a luta pela liberdade de expressão não se restringe ao combate contra a censura e contra os controlos políticos. Ela deve ir-se ampliando para questionar os férreos instrumentos económicos que actuam contra a liberdade de expressão. Entre ele, em primeiro lugar, está o negócio publicitário.

(1) - "Igreja, Imprensa e Militares, o caso Riobamba e os bispos latino-americanos"; Rafael Roncagliolo e Fernando Reyes Matta, México, 1978.

(2) - Mas isso correspondia a duas circunstâncias excepcionais: a primeira, que como consequência da linha política do diário e (derivado do facto de ter passado a ser propriedade dos trabalhadores, primeiro, e da reforma geral da imprensa peruana, depois) o periódico tinha uma situação financeira absolutamente excepcional, pois era financiado em mais elevado grau pelas vendas do que pelos anúncios. A segunda circunstância, mais relevante, tem que ver com a extraordinária mobilização sindical e com o aparecimento de organizações sindicais que caracterizam este período da história peruana.

QUADRO 2

FACTURAÇÃO DAS AGÊNCIAS TRANSNACIONAIS DE PUBLICIDADE NA AMÉRICA LATINA, 1968-1975 (milhões de dólares)

Aumento	1968	1970	1972	1974	1975	Posição em 1975 68-75	
International Needham	2,8	5,0	4,9	24,1	27,1	6.º	868%
SCC+B Lintas Int.	4,3	8,3	11,3	11,3	16,3	9.º	279%
McCann Erickson	43,5	59,9	64,7	76,8	87,1	1.º	100%
J. Walter Thompson	39,0	60,8	54,3	56,5	68,8	2.º	76%
Young+Rubicam	4,8	9,2	11,5	20,3	24,8	7.º	417%
Benton+Bowles	—	3,0	1,1	0,2	0,3	14.º	90%
Ogivy+Mather	—	33,4	27,0	20,1	32,9	5.º	1%
Lee Burnett	16,9	19,3	21,5	28,0	38,4	4.º	172%
D'Arcy-Mac Manus	7,4	8,5	7,8	8,5	10,8	10.º	46%
Doyle Dane Bernbach	5,3	4,4	5,2	4,3	4,9	13.º	8%
Foote, Cone+Belding	2,5	2,8	2,6	7,0	8,5	11.º	240%
Kenyon+Eckhardt	19,2	11,6	16,7	43,3	39,0	3.º	103%
Grey	3,4	5,2	10,2	15,9	20,1	8.º	491%
Compton	6,3	8,4	10,0	—	—	—	100%
Norman, Graig and Krummel	—	2,5	6,0	7,0	8,5	11.º	—
TOTAIS	155,4	242,0	254,8	323,3	387,5	—	149%

A literatura
palestina resistente

CULTURA

Elsa Rodrigues dos Santos



H. David - de Skam Mansour

É sempre difícil efectuar um diagnóstico duma literatura em carne viva, e ainda mais quando a literatura árabe atravessa por um momento tão dramático e único de existência:

A guerra dos Seis Dias, em Junho de 1967, pode considerar-se, no entanto, como absorvente, chave e totalitário, em trauma integral da literatura árabe.

Ainda que se possam encontrar outros motivos internos menores, coadjuvantes no novo delineamento da questão literária aquele é, na verdade, o catalizador máximo e relevante. É que o homem árabe consciente sabe bem que ele, e o seu mundo todo, se acham no cume da etapa da sua encruzilhada moderna de identidade, de pundonor e de destino.

Múltiplos trabalhos revelam que se chegou ao momento que exige um enfrentar nù com a totalidade real dos factos, nas exigências deste tempo preciso de realização e que as fáceis soluções de compromisso estão irremediavelmente votadas ao fracasso estrondoso.

Por tudo isto, a violência geral do momento intensificar-se-á mais, os confrontos de indivíduos e tendências e de doutrinas alcançarão em certas ocasiões, limites insustentáveis e toda uma tensão electrizante recorrerá ao momento histórico em que se vive.

"O facto palestiniano" é assim a chave do surgimento e desenvolvimento da mais recente produção literária. O período que começa em 1967; com rigor e sem o menor convencionalismo, pode ser perfeitamente qualificado como o de descobrimento e revelação da "Literatura clandestina resistente".

No ano de 1977 um livro do publicista político e novelista, de origem palestina, radicado em Beirute, Ghassan Kanafani revela o surpreendente fenómeno e desde então têm-se vindo a suceder várias chegadas em tal sentido.

Surgem escritores que, ainda que jovens e propensos, portanto, a uma evolução mais diversificada e enriquecedora, são autores já em conjunto, de uma obra de notável dimensão e de características precisas. A partir desse momento, os nomes de Ghassan Kanafani, de Mahmud Darwis, Samih Al Quasim, de Salim Yubran, Tawfik Zayyad e Fadwa Tuqan principalmente, começam a brilhar como novas luzes no firmamento da inesgotável lírica árabe,



como máxima representação desta poesia comprometida e de vanguarda.

GHASSAN KANAFANI

Ghassan Kanafani é o primeiro dos prosadores palestinos a exprimir, ao nível do quotidiano, o traumatismo sofrido pelo seu povo, à medida que se implantava, no solo da Palestina, o Estado de Israel.

Nascido durante a revolução, em 1936, e embalado ao ritmo da guerra, passou a infância sob o signo da Guerra Mundial e a sua reflexão começou a exercer-se numa paisagem dividida entre judeus e árabes e decepada à medida que se faziam acordos sobre os quais o povo palestino foi o único a não ser consultado... Uma paisagem de casas em chamas e de famílias em fuga, última visão do seu país que ele leva consigo para os campos do exílio.

As novelas do Ghassan Kanafani dão a conhecer o que gerações de sionistas têm tentado negar: — a identidade do povo palestino, um povo enraizado desde sempre na sua terra; um povo que possuía, num contexto cultural de dominante islâmica, importantes comunidades cristãs e judias, vivendo em boa identidade com a comunidade muçulmana; um povo que era composto, sobretudo, de lavradores, artesãos e numerosos intelectuais; um povo aberto ao resto do Oriente árabe.

Este diz-nos que cada um dos sucessos sionistas trouxe uma infelicidade árabe, que cada uma das vitórias dum lado deixou uma cicatriz no outro. As novelas de Ghassan Kanafani estão aí para testemunhar este período, do lado das cicatrizes.

As suas novelas procuram demonstrar que o Palestino, onde quer que se encontre, na Síria, no Kuwait, na América ou na Europa, quer viva confortavelmente, graças ao seu trabalho, quer seja o estudante vivendo numa limitada bolsa, ele sente-se invadido por uma solidão que o penetra por todo o corpo e a ausência da sua pátria projecta-se sobre as mais pequenas coisas que lhe recordam a sua terra, uma moeda, um rosto, um gesto.

FADWA TUQAN

A obra de Fadwa Tuqan, de Naplusa, distingue-se pelo seu teor resolutamente combativo e o seu decidido enraizamento à terra, às coisas do país que sabe suas e cuja inalterável propriedade defende.

A sua lírica parece fecundada pela ideia da prostração e da esperança. A poetiza retorce-se no espasmo da dor, no entanto, não se sente vencida e sonha ansiosa na vitória, na justa reparação de tanta humilhação irracional.

É esse o tom predominante, por exemplo do poema "Cantiga aos Comandos"



*"Basta-me morrer em cima dela enterrar-me nela.
Debaixo da sua terra fértil, dissolver-me, acabar, e brotar feita erva do seu solo.
Feita flor, com que brinca, por acaso, e mão de algum menino crescido no meu país.
Basta-me permanecer no regaço da minha terra, pô, flor de laranjeira, erva".*



“Aldeia Palestina” de Nabil Anani

TAWFIQ ZAYYAD

No mesmo tom temos o poema de Tawfiq Zayyad e que revela o seu decidido propósito de resistir.

*"Com os dentes
Defenderei cada palmo de terra da minha
pátria*

*Com os dentes
e não aceitarei outro em seu lugar,
ainda que me deixem
suspenso das veias das minhas veias".*

Dentro do mesmo contexto, Tawfiq Zayyad escreve o poema "Amã em Setem-

bro" que descreve o percurso histórico palestino desde a revolução de 1936 até aos sangrentos acontecimentos de 1970 na Jordânia quando o governo de Hussein decidiu expulsar as organizações combatentes palestinas do seu território. Há um retorno do presente ao passado, um passado que se perpetua.

O poema inicia-se com estas palavras:

*"Poema decapitado de um povo
com sete vidas
Cântico de júbilo por todos os que se
negam a morrer e a render-se"*

A importância do poema como documento histórico-literário está expressa no seguinte excerto:





"Amã
 não caiu
 Amã do povo trabalhador
 não caiu,
 ainda veste a sua túnica
 da cor do sangue rubro
 com as suas espingardas
 e os seus punhais
 e as suas unhas
 com a carne humana
 e o sangue que dele emana.
 Amã continua firme,
 em pé,
 em pé,
 em pé,
 e lutando.
 Gritam os corpos
 que se encontram nas praças.
 Gritam os membros
 dispersos nas ruas.
 Gritam as flores
 sedentas nas varandas.
 Gritam as casas destruídas
 e as tendas incendiadas
 do acampamento de Al Wendaat. (1)
 Gritam as pedras das ruas de Amã.
 Gritam as pupilas
 das crianças assassinadas.
 E a Jordânia
 por duas faces degolada
 (a face do trono e a do ocupante)
 gritam aos quatro ventos:
 Oh, Habis, (2)
 oh, miserável entre os miseráveis,

oh, Habis,
 oh, urina dos senhores,
 não curvaremos a cabeça, sequer um cabelo,
 até que esta terra livre fique purificada
 do anão de palácio
 da rata de palácio
 e de todos os assassinos a soldo.

No primeiro dia
 os meus olhos estavam petrificados,
 nem uma lágrima!
 No segundo dia
 chorei,
 mas as minhas lágrimas eram
 como um líquido que transborda para dentro.

Ao terceiro dia
 apareceu no meu coração uma ira vermelha.

No quarto dia
 e no quinto
 e no sexto
 e no sétimo
 e no oitavo
 Grito, grito... grito
 de admiração que não cessa de crescer:

Este povo não foi criado
 para ser vencido.
 Este povo não fugirá ante o colonialista.

Ao nono dia
 grito à face do mundo:

Este povo
 tem sete vidas
 Sete
 vidas
 ou mais. (3)

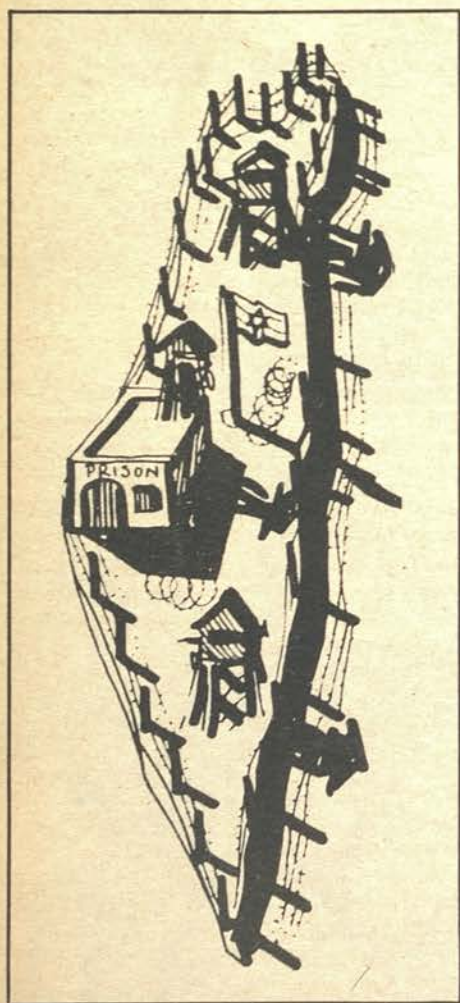
Assim, em verso livre e numa simplicidade surpreendente, Tawfiq Zayyad exprime o drama do homem injustamente imolado e expiador de crimes alheios.

É exactamente este carácter directo, denunciante e testemunhal que define predominantemente a poesia palestina resistente, que se move na mesma linha da melhor lírica humanista contemporânea.

MAHMUD DARWIS

Mas como obra de arte que é, impõe-se que exista um manejo directo e simples do símbolo, numa fusão íntima e harmoniosa entre a palavra e o todo do poema.

Assim o conseguiu um dos mais discutidos poetas do grupo, Mahmud Dawis, um



Tawfiq Zayyad

poeta onde não é difícil de se encontrar uma nota de "Garcí-lorquismo" o que, aliás, é frequente na obra de muitos poetas árabes jovens. Nascido no ano de 1942, numa aldeia da Galileia, Darwis conta com uma ampla e difundida obra lírica. No poema seguinte, ele mostra uma perfeita síntese do objecto e do símbolo. Nele, as simples coisas do ser humano e do seu quotidiano como as pestanas, os olhos, os pés, o corpo, o lenço, os velhos cadernos erguem todo um "meta-universo" "angustiado e íntimo no contexto do drama do homem palestino, que ao longo de todos estes anos, tem sido crucificadamente, messianicamente imolado e que reflecte a tragédia do homem universal, do homem absurdamente e sem razão alguma, sacrificado ou humilhado.

*Y juro
que hede hacer un pañuelo de pestañas
aonde grabar poemas a tus ojos,
y escribir una frase
mas dulce que la miel y que los besos:
Que Palestina era... Y sigue siendo!
Palestina de ojos Y tatuajes.
Palestina de nombre
Palestina de sueños y de penas.
Palestina de pies, de cuerpo y de pañuelo
Palestina en palabras y silencio.
Palestina de voz
Palestina de muerte y nacimiento.
Te llevé, como fuego de mis versos,
en mis viejas carpetas.
Te llevé de alimento em mis viajes,
y te llamé, gritando, por los valles*

SAMIH AL QASIM

Samih Al Qasin é outra grande figura do grupo. Autor duma considerável obra lírica, como a maioria dos seus companheiros sofreu a perseguição e o cárcere, a

discriminação vexatória e injustificada e viu-se obrigado a uma produção semi-clandestina.

Lírica que se ergue arrogante e corajosa, desafiando os executores dos desígnios injustos da sua terra.



"Talvez me possas arrancar até ao último palmo das minhas terras.

Talvez minha mocidade alimente o cárcere.

Talvez roubes a gerência do meu avô,

Os móveis

Os vasos

e os cântaros.

Talvez queimes os meus versos e o meus livros,

Talvez a minha carne arrojés aos cães

Talvez em nossa aldeia permaneças

Igual a um espantoso pesadelo.

Inimigo do Sol!

Mas não transigirei!

Resistirei até ao último pulsar das minhas veias".



Do mesmo poeta, Samih Al Qasin, temos outro poema que é um desafio aos complots às artimanhas políticas, à mentira com que se pratica a dor humana e que é dirigido como uma flecha apontada "a todos os homens elegantes da ONU" como um grito colérico pela absoluta indiferença universal perante o terrível drama, transformado em pantomina política e social:

*Cavaleiros de todos os cantos!
Com gravatas em pleno meio-dia e
excitantes e polémicos,
Que pintais, dissei-me, neste tempo?
Cavaleiros de todos os cantos
O musgo, já vai alto no meu coração,
Cobriu todos os muros de cristal,
as infundáveis reuniões,
os vitais discursos,
Os espias, as massas, os ditos das putas...
Que pintais, dissei-me, neste tempo?*

Este é, em síntese, o horror e o drama, que se exprime na poesia palestina resistente e já foi dito, que apesar de baseada radicalmente num facto singular, concreto e determinante, que provoca todo um rio de dor, esta poesia palestina é também paradigmática e simbolicamente a nossa própria lírica, lírica de todos, imagem e reflexo do homem inocente da injustiça, de um Abel bíblico super-simbólico.

SALIM YURRAN

Por exemplo, no poema "O árabe enforcado em Sião" de Salim Yubran, transcendendo totalmente a simples anedota política em que se inspira, permanecerá como testemunho da culpa, irreparável e injustificável do crime cometido principalmente contra um irmão:

*Um homem enforcado
é o melhor brinquedo,
a melhor distração para os meninos
que se oferecem aos mercados
Mas não.. não é o mercado
que se vende já...
Terminou há dias... Não o procureis.
Que o compreendam os vossos filhos
Terminou há dias.
Ai, almas dos mortos
nos presídios nazis!
Não é um judeu em Berlim
esse homem enforcado.
É um árabe do meu povo, igual a mim,
esse homem enforcado,
o que enforcam os vossos irmãos...
Perdão... O que enforcam agora
as sombras dos nazis,
em Sião,
Ai, almas dos mortos
nos presídios nazis...!
Sim, suspirai!
Sim suspirai!*

Assim toda a obra palestina quer a dos que ficaram nas terras ocupadas quer a do emigrado, toda ela reflecte a surpreendente e terrível interrogação de um futuro iminente e sem renúncia que é, ao mesmo

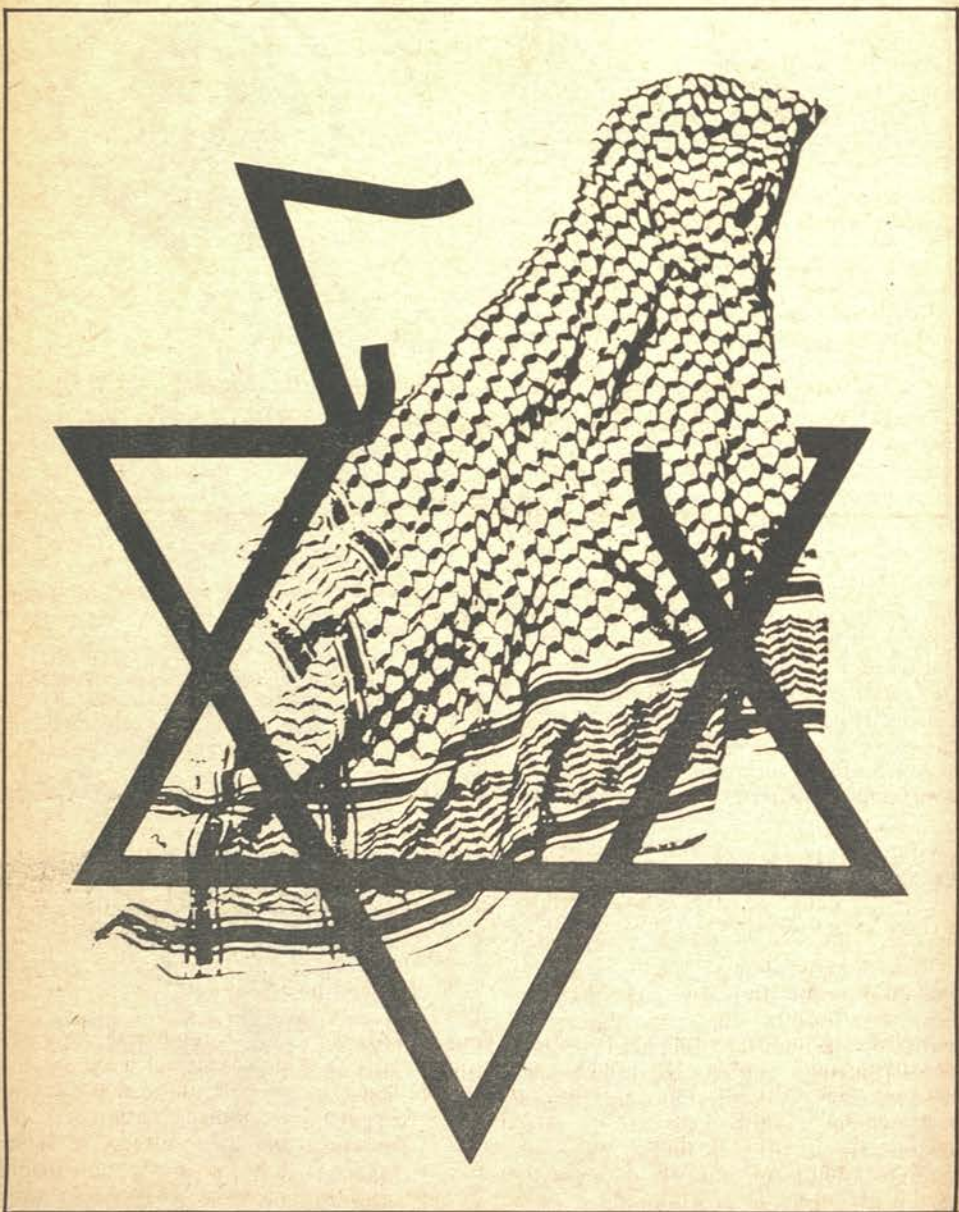
tempo, ameaçador e transcendente. Interrogação essa que deriva da "consciência palestina" que existe onde quer que esteja um homem palestino e sejam quais forem as circunstâncias que o rodeiam.

(1) Um dos principais campos de refugiados palestinos na Jordânia.

(2) Habis Al Majali, membro de uma das famílias beduínas mais poderosas e influentes da Jordânia e que em 1970 como chefe do exército

real, dirigiu as operações de repressão e matança de palestinos.

(3) Amã em Setembro, de Tawfiq Zayyad. Tradução e introdução de Urbano Tavares Rodrigues. Livros Horizonte, Lisboa.





Jogos Olímpicos: o dinheiro e a política

*Para os países do Terceiro Mundo é mais fácil ganhar
na Lotaria que uma medalha na Olimpíada*

Duda Guennes

Nas Olimpíadas de Montreal, Canadá, em 1976, das 199 medalhas de ouro em disputa, os países do Terceiro Mundo apenas averbaram nove, contra 116 dos países socialistas e 74 dos representantes capitalistas. Dessas nove incluem-se as seis ganhas por Cuba, aqui computada como país do Terceiro Mundo. México conquistou uma, Trindade e Tobago também uma e Jamaica idem. É certo que vários países africanos, como o Quênia, Uganda e Etiópia, tradicionais especialistas em corridas de fundo, boicotaram-na devido à presença da Nova Zelândia, que não cumprira o embargo decretado pela Organi-

zação das Nações Unidas e do Comité Olímpico Internacional contra a política do "Apartheid" e continuava a negociar com a África do Sul.

Mesmo com a participação dos países africanos ausentes, e admitindo que mais duas, três ou quatro medalhas fossem conseguidas pelo bloco terceiro mundista, uma coisa fica clara: atraso económico reflete-se nas performances desportivas. Desporto deveria ser actividade "infra-estrutural", como a educação, a saúde ou o trabalho, como *função* complementar ao desenvolvimento mental e físico da juventude — e não só.

A prática desportiva, po-

rém, nos países sub-desenvolvidos — com todas as carências conhecidas — torna-se apenas acessível a uma pequena minoria privilegiada que, dispondo de tempo, dinheiro e disposição, além do apoio de uma comunidade (um clube por exemplo) ou da família, pode-se dar ao luxo de dedicar-se à divisa: "uma mente sã num corpo sã".

A PONTA DO ICEBERG

A conquista de uma medalha olímpica ou de um recorde mundial (objectivo de todos os atletas) é apenas o resultado final de uma série de actividades paralelas envolvendo uma

política global, um projecto de sociedade e um esforço comum de técnicos, médicos, organização, material desportivo, piscinas, campos, quadros, estádios, motivação, verbas e claro! — atletas. Principalmente atletas, verbas, organização e motivação: motivação é o toque subjectivo que faz correr o atleta.

Há vários tipos de motivação. Na Grécia clássica, ganhar uma prova olímpica representava a glorificação do vencedor que, além de ser coroado com louros e virar herói do seu estado, era imortalizado pelos poetas que lhe cantavam os feitos e virtudes. Enfim: era uma maneira de entrar na História.

Durante doze séculos de disputas regulares, e um clima de confraternização verdadeira, quando os jogos olímpicos determinavam uma tréguas santa, religiosamente observada, apenas por cinco vezes a tréguas foi violada. Até que o Império Romano, depois de exterminar 10 mil gregos, pôs um ponto final nos jogos pan-helênicos, e a saudável disputa onde o mais importante não era vencer mas sim competir.

“Slogan” aproveitado pelo barão francês Pierre de Coubertin quando tentou convencer o mundo da necessidade de renascer os jogos Olímpicos. Coubertin tinha em mente aproximar e não dividir os povos, por si só já tão divididos, utilizando o desporto sem qualquer conotação política, religiosa ou rância. Puro idealismo. Pois a política sempre andou e anda atrelada a todas actividades do ser humano e das nações.

A política é uma outra motivação importantíssi-



O argentino Juan Carlos Zabala, vencedor da prova da maratona nos Jogos de Los Angeles em 1932

ma. Que está sempre presente, não é de hoje. Na Olimpíada de Antuérpia, em 1920, a derrotada Alemanha e seus aliados não desfilaram frente ao Rei Alberto da Bélgica na cerimónia de abertura. Não foram convidados.

A motivação política também esteve presente na Olimpíada de 1924 em Paris. Quando os Estados Unidos, depois de terem sido fragorosamente derrotados pela Finlândia em Antuérpia, resolveram organizar uma equipa poderosíssima para vingar o *re-xame* passado quatro anos antes.

A medalha e o recorde, repito, é a ponta visível do iceberg. Até chegar a esse ponto muita água passa sob as pontes. A massificação do desporto, criando possibilidades de acesso a todos desde a mais tenra idade — período onde se descobre os melhores talentos — à sua prática e dando-lhes condições concretas de as desenvolver, é maneira mais “olímpica”, digamos assim, de a conquistar. E Cuba nesse aspecto é o exemplo para os países do Terceiro Mundo.

CORRE MUITO DINHEIRO

John Weissemuller, o maior Tarzan de todos os tempos, depois de ter batido recordes em cima de recordes e brilhado nas piscinas olímpicas, foi descoberto por Hollywood, que o transformou num “star” cinematográfico. O exemplo vingou. Hoje, tal e qual os vitoriosos gregos de antigamente, ganhar uma medalha de ouro pode representar o ingresso na História, ou no mundo do espectáculo e ganhar muito dinheiro. A publicidade também é aliciante. Mark Spitz conquistou sete medalhas em Munique e ficou rico posando como “garoto propaganda” de objectos vários: de relógios a sapatos. Sonja Heine, campeã de patinação e revelação olímpica, transformou-se em símbolo da beleza nórdica, norueguesa que era, nos *écrans* pela sua actividade atlética. Nadia Comaneci, a estupenda ginasta romena que, aos 14 anos, deslumbrou o mundo com técnica admirável e execução perfeita no domínio

correcto das barras, nas provas individuais e trave; além de conquistar colectivamente mais uma medalha para o seu país por equipas, fosse de um país capitalista, hoje, talvez já não teria mais tempo para treinar e se manter em forma devido aos convites irrecusáveis para se transformar em modelo publicitário, ou artista do mundo do espectáculo.

Não são apenas os atletas que se sentem motivados economicamente. Por trás do gigantismo da organização dos jogos grandes interesses económicos também estão em *jogo*. Turismo, transmissão directa pela televisão, *merchandising* dos produtos, exclusivos de venda, publicidade, milha-

res de pequenas, médias, grandes e multi/transnacionais deles se aproveitam.

O elemento político e económico andam de mãos dadas. Na Olimpíada de 1936, em Berlim, durante o apogeu do regime nazi, Hitler não mediu esforços para transformar os jogos em publicidade do seu governo: "A máquina da propaganda nazi deveria funcionar em tempo integral para mostrar a todos que a Alemanha era não só uma nova grande potência, mas também o país mais rico e feliz do planeta, apesar da inveja dos seus rivais, Hitler queria provar que a raça ariana, particularmente os alemães, era fisicamente superior às outras, diz Judith Holmes, em seu livro

Olimpíada - 1936, Gloria do Reich de Hitler.

Jesse Owens, um negro norte-americano, ganhou quatro das nove medalhas conquistadas pelos pretos dos Estados Unidos, cobrindo de ridículo as teorias arianas do nazismo; deixou Hitler tão mal humorado, que o *Fuhrer* se recusou a assistir à cerimónia da entrega dos prémios. Abandonou o estádio visivelmente abalado com a derrota alemã.

A política também esteve presente nas Olimpíadas do México, o único país do Terceiro Mundo a sediar o evento e que ainda não havia se tomado produtor de petróleo, que sob a presidência de Dias Ordraz teve de carregar contra estudan-



O espantoso atleta etíope Abebe Bikila que, correndo descalço, por duas vezes venceu a maratona, em Roma (1960) e Tóquio (1964)



O cubano Teófilo Stevenson medalha de ouro de pesos-pesados em Munique (1972) e Montreal (1976). Segundo os especialistas repetirá o êxito em Moscovo

tes em manifestação de protesto pelos exagerados gastos com a organização dos jogos, causando mortos.

Foi também no México que o Poder Negro norte-americano manifestou-se,

de punhos cerrados no alto da cabeça, chamando a atenção mundial para a discriminação racial nos Estados Unidos.

Em Munique, os palestinos usaram as Olimpíadas como arma política.

Guerrilheiros da OLP invadiram a vila olímpica e sequestraram 11 atletas israelitas, exigindo como resgate a libertação de camaradas presos em Israel. O acontecimento teve um desfecho trágico; com a



As estruturas montadas pela revolução socialista explicam o alto nível alcançado pelo desporto cubano. Na foto, Fidel felicita Stevenson e Juantorena à chegada de Montreal ostentando a medalha que o vencedor dos 400 m. lhe ofereceu

morte dos refens e dos guerrilheiros envolvidos.

Os países africanos não compareceram aos jogos de Montreal. Foi também um acto político.

E ninguém de sã consciência esperaria que a de Moscovo, a primeira a ser realizada num país socialista, a política fosse ficar ausente.

O recrudescimento da Guerra Fria, na qual o presidente Carter está empenhado, não poderia perder esta oportunidade. O Afeganistão serviu de pretexto — poderia ter sido outro qualquer. Calhou ser o Afeganistão, paciência. Calhou e veio mesmo a calhar: hu-

milhados no Irão, com o sequestro dos seus agentes de espionagem, travestidos em diplomatas, pelos estudantes e em plena campanha eleitoral para a reeleição (o presidente Carter na ocasião tinha apenas 19 por cento de apoio popular nas sondagens de opinião).

Decretar o boicote contra os jogos de Moscovo foi a arma eleitoral que Carter se serviu para mudar a sua desgastada imagem junto aos eleitores.

Na reunião do Comité Olímpico realizada no dia 12 de Fevereiro em Lacke Placid, o órgão máximo do atletismo mundial ratificou Moscovo como sede dos jo-

gos. Uma grande derrota para o presidente Carter. A acção dos Estados Unidos poderia ter resultado idêntico ao do Império Romano e decretado o fim das Olimpíadas dos tempos modernos.

OS JOGOS COMO DUELO

A partir de 1952, com o ingresso da União Soviética nas Olimpíadas, as competições passaram a reflectir o duelo entre o capitalismo e o socialismo, com estes sempre em linha ascendente, enquanto os países capitalistas em franca decadência.

Em todas estas competições a presença dos países do Terceiro Mundo tem sido marcada pela discreção. Embora representando a maioria dos países e o maior contingente de atletas no geral, poucas tem sido as medalhas conquistadas. Graças ao talento individual de um ou outro atleta, de um país ou de outro com alguma tradição numa prova específica, como o hóquei em campo, onde os paquistaneses decidem o título com o seu eterno rival, a Índia (nas duas últimas Olimpíadas, Munique e Montreal, Alemanha Ocidental e Nova Zelândia foram os campeões) ou na maratona e em outras provas de fundo, onde os etíopes, ugandenses, tanzanianos e quenianos (devido à altura dos seus países, propiciatória às grandes distâncias) têm marcado presença assídua no "podium", mais uma medalha ou um recorde para um atleta de um país subdesenvolvido, ou mesmo em desenvolvimentos, é como acertar na lotaria ou "Totobola" — uma pura questão de sorte.



Alberto Juantorena (Cuba) duplo vencedor e recordista mundial em Montreal, 1976, nas provas de 400 e 800 metros

O leitor decerto sabe: o Guia do Terceiro Mundo 1980 já saiu. Na ocasião inserimos a habitual secção do «Almanaque» (respeitando a ordem alfabética de publicação) com duas páginas por monografia, tal como se apresentam no nosso Suplemento anual. E se ainda não teve a oportunidade de o folhear, foi assim que preenchemos 448 páginas:

guia do terceiro mundo

1980

- 4 *Ao leitor*
5 *O que é o Terceiro Mundo?*

8 1980 — EFEMÉRIDES

PAÍSES DO TERCEIRO MUNDO

- 32 *A força que altera o mapa do planeta*
34 *Monografias e mapas de cada um dos Países, ordenados alfabeticamente*

DIPLOMACIA E POLÍTICA

- 303 *Movimento dos Países Não Alinhados*
325 *Organizações Internacionais*
333 *A Nova Ordem Informativa Internacional*

HISTÓRIA

- 337 *Biografias de Líderes e Mártires do Terceiro Mundo*
370 *Intervenções Estrangeiras na América Latina*
385 *Os Impérios Coloniais*

ECONOMIA

- 395 *Nova Ordem Económica Internacional*
398 *Matérias Primas*
413 *Energia*
419 *Termos de Troca*
425 *Dívida Externa*
428 *Alimentação*
430 *Produto Nacional Bruto*
435 *Indicadores de Desenvolvimento*
439 *Esperança de Vida*
440 *Os Mais e os Menos*
441 *A Ajuda*

ÍNDICE ALFABÉTICO

DISTRIBUIÇÃO:

PORTUGAL — CDL — Central Distribuidora
Livreira

Av. Santos Dumond, 57
1000 Lisboa

R. P. ANGOLA — EDIL — Empresa Distribuidora Livreira U. E. F.

R. CABO VERDE — Instituto Caboverdeano do Livro

R. GUINÉ-BISSAU — Conselho Nacional de Cultura — Departamento de Edição e Difusão do Livro e do Disco

R. P. MOÇAMBIQUE — Instituto Nacional do Livro e do Disco

R. D. S. TOMÉ E PRÍNCIPE — Ministério da Informação e Cultura Popular

OUTROS PAÍSES — Tricontinental Editora, Lda.

Rua Pinheiro Chagas, 41-2.º Dto
1000 Lisboa
Portugal

PREÇO POR EXEMPLAR:

240\$00 (US\$ 4.80)

acrescido das despesas de correio (via aérea), respectivamente:

Espanha	US\$ 0.50
Europa	US\$ 1.00
África	US\$ 1.60
Resto do Mundo	US\$ 2.00

OUTROS ESCLARECIMENTOS E PREÇOS PARA GRANDES QUANTIDADES (so para países não mencionados):

Tricontinental Editora, Lda.
Rua Pinheiro Chagas, 41-2.º Dto.
1000 Lisboa
Portugal

síria

A TERRA: 185 000 km²



A República Árabe Síria ocupa apenas metade do território que tinha antigamente com esse nome no Médio Oriente. Encruzilhada de civilizações, o país conta com as duas cidades mais antigas do Mundo ainda existentes: Damasco e Aleppo, cuja fundação remonta a dois milénios antes de Cristo. Centro comercial da nação árabe durante o apogeu do Islão nos séculos XII e XIII, a Síria ficou reduzida a uma mera província do Império Otomano em 1516, após ter sido desvastada pelas invasões mongólicas e cruzadas cristãs.

A Síria foi um dos centros onde surgiu o nacionalismo árabe moderno, no século XIX, e os seus patriotas lutaram contra a ocupação turca na Primeira Guerra Mundial. Mas já em 1916 britânicos e franceses haviam assinado um pacto secreto repartindo o Médio Oriente e assim, ao terminar a guerra em 1918, a Síria foi posta, com as suas fronteiras actuais, sob o mandato colonial francês.

Após vários levantamentos populares, Paris reconheceu formalmente, em 1930, a independência da Síria, mas manteve o seu mandato, que lhe serviu de desculpa para intervir militarmente e suspender a Constituição em 1939. su-

O POVO: 8 100 000 habitantes em 1978. **Gentílico:** sírio. **Idiomas:** árabe (oficial). **Religião:** maioria maometana sunita. **População urbana:** 46%. **População economicamente activa:** 1 998 000. Destes, 49% dedicam-se à agricultura. **Crescimento anual:** 3,3%. No ano 2000 serão 15 milhões. **Esperança de vida:** (1970) H:54, M:59. **Mortalidade infantil:** 21 por mil. Um médico por cada 2730 habitantes (1975). **Analfabetos:** 60% (1975). **População estudantil:** 23%. **Universidades:** 3 com 61 156 estudantes (1975). **Científicos e engenheiros:** 27 369 (1970). **Jornais:** 6 diários (1975). Por cada mil habitantes há: 224 aparelhos de rádio, 30 televisores e 7 automóveis. Cada habitante consome 2597 calorias diárias.

O ESTADO: Al-Jumhuriya Al-Arabiya As-Suriya. **Capital:** Damasco, com 980 000 habitantes (1977). **Festa nacional:** 17 de Abril, Independência (1946).

Governo: Tenente-general Hafez al-Assad, presidente do Conselho Nacional da Revolução e a autoridade máxima do ramo sírio do Partido Árabe Socialista Baas. Em Outubro de 1978 firmou com o Iraque uma carta de acção nacional conjunta que prevê um processo de unificação militar entre ambos os países.

Forças armadas: 227 500 efectivos. **Polícia:** 8000 efectivos. **Professores:** 56 000 (1975). **Despesa militar:** 14,9% do PNB (1976). **Despesa em educação:** 212 milhões de dólares (1975). 3,57% do PNB (1975).

A ECONOMIA: 6000 milhões de dólares de PNB em 1976. Com origem em: *agricultura*, 17%; *indústria*, 36%; *serviços*, 47% (1976). **Crescimento anual do PNB:** 12,6% real; 9% per capita (1970-76). **PNB per capita:** 780 dólares em 1976. **Rendimento mensal de um operário:** 117 dólares (1976). **Desemprego:** 4,8% (1975). **Moeda:** Pound; 3,9% por dólar (Abril 1979). **Taxa anual de inflação:** 18,8% (1970-76). **Preços ao consumidor:** 100 em 1970; 235 em 1978. **Importações:** 2437 milhões de dólares (1978). **Exportações:** 1053 milhões de dólares (1978); petróleo, 69%; algodão, 13%; roupa, 2% (1975), dirigidas para: Itália, 18%; Bélgica-Luxemburgo, 11%; Alemanha Federal, 10%; Reino Unido, 8%; URSS, 7% (1975).

Reservas: 36 milhões de dólares em ouro; 411 milhões de dólares no total (Novembro 1978). Em 1976 o pagamento da dívida externa consumiu 7,9% das exportações.

OS PARTIDOS POLÍTICOS: Partido Baas Árabe Socialista, fundado em 1947. Secretário-geral e Presidente da República: Hafez al-Assad.

Em 1974, cria-se a Frente Nacional Progressista, que agrupa o Partido Baas, o Movimento de Unionistas Socialistas e o Partido Comunista Sírio.

focando novas insurreições nacionalistas.

Em 1941 a Síria, então sob o controlo da França de Vichy, é invadida por tropas britânicas e francesas gaulistas e é convertida numa base aliada até ao fim da Segunda Guerra Mundial. Nesse mesmo ano a República é formalmente

reconhecida, mas os franceses só se retiram definitivamente em Maio de 1946, após uma dura luta dos sírios pela sua independência total.

Inicia-se um período de instabilidade política e de frequentes golpes militares, marcado pela luta social interna e pela resistência à

agressão sionista. Em 1948 forças sírias lutam contra a partilha da Palestina e, em 1956, solidarizam-se com o Egipto, agredido por Israel, França e Grã-Bretanha quando Nasser nacionalizou o Canal de Suez.

Em 1958 a Síria funda a República Árabe Unida, juntamente com o Egipto. O ambicioso projecto integrador de Gamal Abdel Nasser fracassa em 1961 e dez anos mais tarde é reformado, com vínculos mais elásticos, na Federação das Repúblicas Árabes, onde também está integrada a Líbia.

Em 1963 uma revolução popular leva ao poder o Partido Árabe Socialista Baas, fundado em 1947 por Michel Aflaq com uma inspiração pan-árabe. Em Novembro de 1970, o general Hafez al-Assad assume o poder, e inicia um movimento de renovação do processo, transformando as estruturas económicas e sociais, ainda que sem chegar ao grau desejável de aprofundização. O Quinto

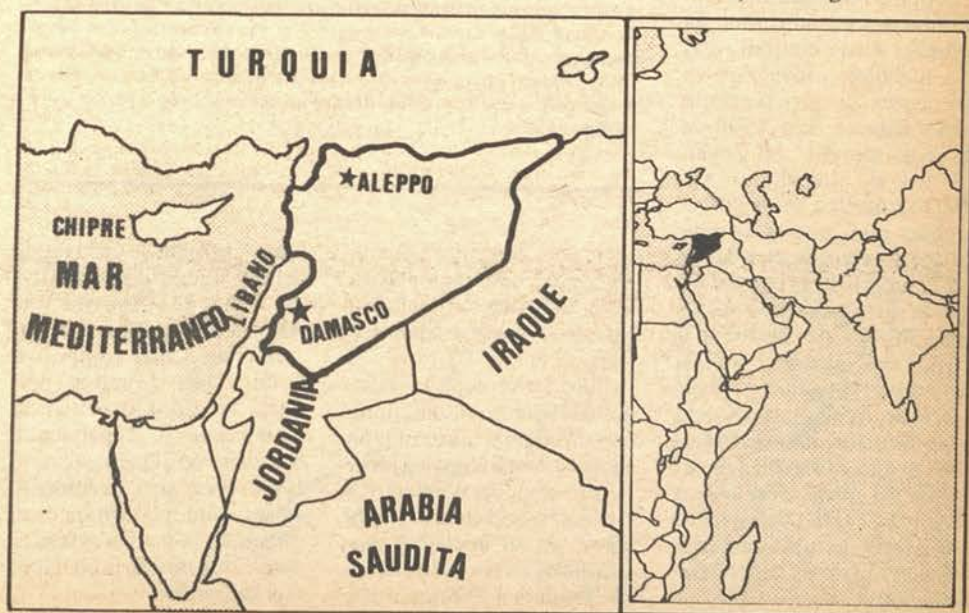
Congresso Regional do Partido (o Baas considera que os países árabes são regiões da Nação Árabe) nomeia Assad secretário-geral e propõe "acelerar as etapas para a transformação socialista nos diferentes campos". Esta orientação é institucionalizada na nova Constituição, aprovada em 1973. O sector público é definido como prioritário, e engloba actualmente oitenta por cento dos meios de produção e sessenta por cento do comércio externo, particularmente o petróleo.

A Síria participou activamente nas guerras árabes-israelitas de 1967 e 1973, durante as quais as forças judaicas ocuparam a meseta do Golan. Faz parte, juntamente com a Argélia, o Iraque, a Líbia, o Yémen e a OLP, do grupo de países árabes que resiste às manobras imperialistas destinadas a sufocar a resistência palestina e impor no Médio Oriente uma "solução" favorável aos Estados Unidos.

Além do mais, as suas tropas constituem a maior parte da Força Árabe de Dissuasão que, em 1976, interveio no Líbano para evitar uma divisão desse país árabe vizinho, medida favorável aos sectores direitistas libaneses em aliança com Israel.

Nos últimos meses de 1978 verificou-se uma aproximação da fracção síria do Partido Baas com a correspondente iraquiana, pondo fim a longos anos de relações tensas.

A Síria e o Iraque iniciaram então um processo de fusão que deverá culminar — segundo se anunciou em meados de 1979 — na constituição de um Estado único, com um só governo e um exército comum. Esta aliança, que tem além do mais grandes potencialidades económicas, mudará a correlação de forças no Médio Oriente em favor das forças mais identificadas com a luta consequente contra as estratégias de dominação na região.





somália

MILHARES de anos antes de Cristo, os *somalis* já comerciavam com o império egípcio, a quem vendiam resina, ouro, ébano, marfim e granito. Para os romanos o incenso foi logo o principal atractivo do *Corno da África*, e chamavam a esta região as *terras dos aromas*.

O advento do Islão e a sua expansão sobre a África Oriental transforma profundamente a nação somali, que se organiza em Estados modernos no século XV. Por volta do ano 1500, Ahmed Ibrahim Gurey, Sultão de Harar, unifica os somalis e liberta os nómadas e os camponeses dessa origem da obrigação de pagar tributo ao imperador da Abissínia.

Este solicita o apoio da Europa e Portugal intervém militarmente, em nome da religião cristã comum, mas na realidade movido pelos interesses do seu nascente colonialismo. Em 1506 os portos somalis de Zelah, Brava e Mogadiscio são bombardeados pelos portugueses que matam Gurey.

Após esta pioneira agressão imperialista, o país foi presa dos irmãos de Mascate, dos sultões de Zanzibar e nos finais do século XIX foi repartido entre a França (que ficou com a Costa dos Somalis, actual Djibuti), a Grã-Bretanha (as regiões do norte e do sul), a Itália (a costa central), e a Abissínia (actual Etiópia) à qual os ingleses cederam o Ogadem.

O POVO: 3 560 000 habitantes em 1978. **Gentílico:** somali. **Idiomas:** somali (oficial), árabe. **Religião:** islâmica.

População urbana: 28%. **População economicamente activa:** 1 320 000. Destes, 82% dedicam-se à agricultura. **Crescimento anual:** 2,7%. No ano 2000 serão 7 milhões. **Esperança de vida:** (1975). H:39, M:43. Um médico por cada 15 624 habitantes (1975). **Analfabetos:** 10% (1978). **Universidades:** 1 com 4800 estudantes (1976). **Jornais:** 2 diários com 2000 exemplares (1973). Por cada mil habitantes há: 21 aparelhos de rádio e 3 automóveis. Cada habitante consome 1822 calorias diárias.

O ESTADO: Al-Jamhuriya as-Somaliya al-Domocradia. **Capital:** Mogadiscio, com 350 000 habitantes (1977). **Festa nacional:** 1 de Julho, Independência (1960).

Governo: General Mohamed Siad Barre, presidente e secretário-geral do Partido Socialista Revolucionário, criado em 1976 com definições marxistas-leninistas.

Forças armadas: 31 500 efectivos. **Professores:** 5000 (1975). **Despesa militar:** 25 milhões de dólares (1976). **Despesa em educação:** 9 milhões de dólares (1975); 2,60% do PNB (1975).

A ECONOMIA: 360 milhões de dólares de PNB em 1976. Com origem em: agricultura, 31%; indústria, 8%; serviços, 61% (1976). **Crescimento anual do PNB:** 4,1% real; 1,4% per capita (1970-76). **PNB per capita:** 110 dólares em 1976. **Desemprego:** 20% (1975). **Moeda:** chelin somali; 6,29 por dólar (Abril 1979). **Taxa anual de inflação:** 8,9% (1970-76). **Preços ao consumidor:** 100 em 1970; 208,5 em Dezembro 1978. **Importações:** 167 milhões de dólares (1976). **Exportações:** 85 milhões de dólares (1976): gado vivo, 57%; frutas, 21% (1975), dirigidas para: Arábia Saudita, 57%; Itália, 16%; Yemen do Norte, 8%; Oman, 1% e URSS, 3% (1975). **Reservas:** 126,8 milhões de dólares no total (Dezembro 1978). Em 1976 o pagamento da dívida externa consumiu 3% das exportações.

OS PARTIDOS POLÍTICOS: Partido Socialista Revolucionário da Somália, secretário-geral e Presidente da República: general Mohamed Siad Barre. O PSR nasce em 1976. Ao se constituir foi dissolvido o Conselho Revolucionário Supremo que governava desde 1969 e as suas atribuições foram transferidas para o Partido, que se define pelo socialismo e toma o marxismo-leninismo como orientação ideológica.

O nacionalismo somali, com antecedentes na frustrada rebelião anticolonialista de Mohamed Abdullah Hassan em 1922, volta a manifestar-se depois da Segunda Guerra Mundial no *Somali Youth Club*, organização juvenil cujo objectivo era a independência e a unidade nacional. Em 1960, ao ser iniciada a descolonização do continente, os sectores britânico e ita-

liano tornam-se independentes, fundindo-se no 1.º de Julho de 1960 na República da Somália.

Em 1963 esta rompe relações com Londres por causa da decisão britânica de incorporar a parte sul do país no Quénia e em 1964 reabtem as hostilidades com a Etiópia por causa do Ogadem, mas o conflito culmina num rápido armistício.

Organizada com um critério parlamentarista, a República é controlada por uma minoria incompetente. Com apenas cinco por cento da população capaz de ler os idiomas oficiais (o inglês e o italiano) as eleições de 1968 são disputadas por 69 partidos. A atomização política e a corrupção geram uma situação ideal para a dominação neocolonial.

O panorama muda radicalmente em 21 de Outubro de 1969, quando um grupo de oficiais, encabeçado pelo general Siad Barre toma o poder. O Conselho Revolucionário Supremo define-se pelo socialismo científico, nacionaliza os recursos fundamentais da débil economia, alfabetiza em língua somali 90 por cento da população num tempo recorde e combate a terrível seca de 1974 com uma campanha de sedentarização da população nómada (a maioria do país) baseada no trabalho voluntário.

Em Julho de 1976, a Frente de Libertação da Somália Ocidental, aproveitando a debilidade da recente revolução etíope, inicia uma ofensiva militar no Ogadem, que o governo somali apoiou. A invasão foi repelida pelo exército etíope com o apoio internacional cubano e a simpatia da maior parte dos Estados africanos, em oposição à alteração pela violência das fronteiras herdadas do colonialismo.

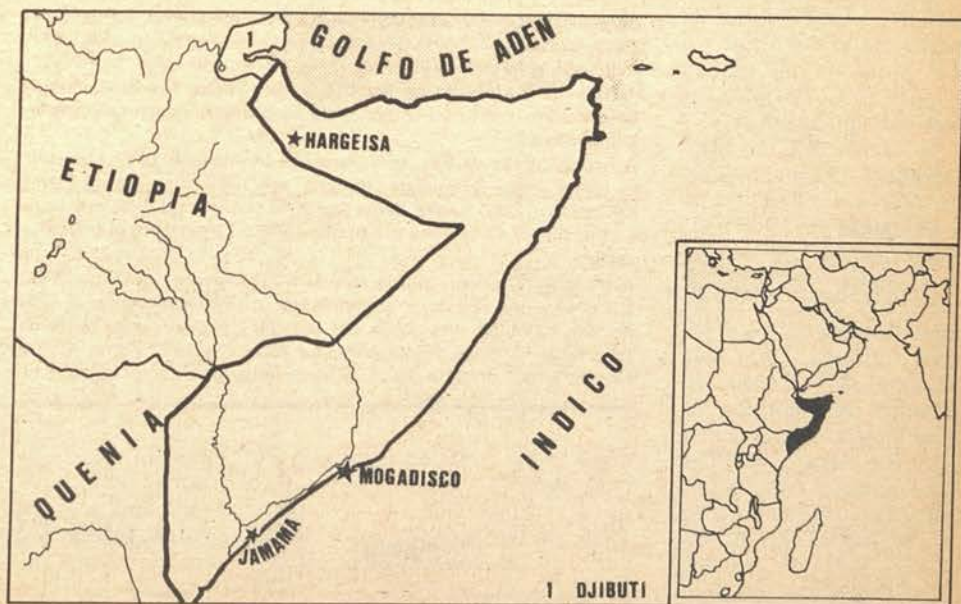
O governo de Mogadíscio rompeu relação com Cuba e denunciou os seus convênios militares com a URSS. No entanto, apesar da intensa pressão das potências ocidentais, não retrocedeu nas reformas iniciadas no interior nem nas suas definições socialistas.

O Congresso do PSR reafirmou estas opções em Janeiro de 1979, e Siad Barre manifestou a sua intenção de melhorar as relações com a União Soviética. A revolução somali parece entrar assim numa nova eta-



Presidente Siad Barre

pa, ainda que, todavia, pese sobre ela a ameaça das estratégias de dominação, que não só quiseram utilizar a sua vocação nacionalista para atacar o regime etíope, como também procuravam desviá-la das suas metas de transformação social.





sri lanka

A TERRA: 65 610 km²

O POVO: 14 190 000 habitantes em 1978. **Gentílico:** cingalês. **Idiomas:** cingalês (oficial), tamil, inglês. **Religião:** budista e hinduísta.

População urbana: 24%. **População economicamente activa:** 4 989 000. Destes, 54% dedicam-se à agricultura. **Crescimento anual:** 1,6%. No ano 2000 serão 21 milhões. **Esperança de vida:** (1967) H:65, M:67. **Mortalidade infantil:** 45 por mil. Um médico por cada 3813 habitantes (1975). **Analfabetos:** 16% (1975). **População estudantil:** 20%. **Universidades:** 6 com 14 262 estudantes. **Científicos e engenheiros:** 6845. **Jornais:** 18 diários (1975). Por cada mil habitantes há: 38 aparelhos de rádio e 7 automóveis. Cada habitante consome 2019 calorias diárias.

O ESTADO: Sri Lanka. **Capital:** Colombo, com 600 000 habitantes (1977). **Festa nacional:** 4 de Fevereiro, Independência (1948). **Governo:** Junius Richard Jayewardene, presidente; Ranasinghe Premadasa, primeiro-ministro. A Constituição de Outubro de 1977 modificou o modelo parlamentarista britânico por um de feição presidencialista. O oficialista Partido Nacional Unido controla 141 lugares legislativos, a Frente Unida de Libertação Tâmil, 17 e o Sri Lanka Freedom Party, 9. **Forças armadas:** 25 210 efectivos. **Polícia:** 16 100 efectivos. **Professores:** 112 000 (1975). **Despesa militar:** 0,8% do PNB (1975). **Despesa em educação:** 102 milhões de dólares (1975); 3,02% do PNB (1975).

A ECONOMIA: 2760 milhões de dólares de PNB em 1976. Com origem em: agricultura, 37%; indústria, 21%; serviços, 42% (1976). **Crescimento anual do PNB:** 4,8% real; 2,6% per capita (1970-76). **PNB per capita:** 200 dólares em 1976. **Desemprego:** 11% (1975). **Moeda:** rupia cingalesa; 15,34 por dólar (Abril 1979). **Taxa anual de inflação:** 11,5% (1970-76). **Preços ao consumidor:** 100 em 1970; 175 em 1979. **Importações:** 928 milhões de dólares (1978). **Exportações:** 847 milhões de dólares (1978); chá e erva mate, 49%; borracha, 17%; frutas, 5%; óleos vegetais, 5% (1975), dirigidas para: China, 12%; Paquistão, 9%; Reino Unido, 8%; EUA, 6%; Iraque, 5% (1975).

Reservas: 431 milhões de dólares no total (Março 1979). Em 1976 o pagamento da dívida externa consumiu 20,1% das exportações.

OS PARTIDOS POLÍTICOS: Partido Nacional Unido, fundado em 1946, obteve 141 dos 168 lugares legislativos nas eleições de 1977. É dirigido pelo primeiro-ministro J.R. Jayewardene.

Partido da Liberdade de Sri Lanka (Sri Lanka Freedom Party), fundado em 1951, é liderado pela ex-primeira-ministra Sirimavo Bandaranaike.

A Frente Unida de Esquerda, formada em Maio de 1977 é integrada pelo Partido Comunista (fundado em 1943, dirigido por Pieter Keuneman), pelo Lanka Sama Samaj (socialista, fundado em 1935 e dirigido por N.M. Perera e Bernard Sousa) e pelo Popular Democrático.

A minoria tamil expressa-se através do Congresso Tamil (fundado em 1944 e liderado por Ponnambalam), do Partido Federal (fundado em 1949 de uma cisão do anterior) e da Frente Tamil de Libertação (o mais importante, fundado em 1972 como Frente Unida Tamil e dirigida por A. Amirthalingam).

POVOADA desde remotas épocas pelas redas, a Ilha de Ceilão foi invadida sucessivamente por migrações cingalesas, indoeuropeias e tamis, que deram origem a uma civilização avançada. Quando os portugueses chegaram em 1505, encontrava-se dividida em sete reinos.

Um século e meio mais tarde, os holandeses expulsavam os portugueses das feitorias que haviam instalado na costa. Finalmente, em 1796, os britânicos, que já se tinham apoderado da vizinha Índia, convertem a ilha numa colónia, mas é só em 1815 que conseguem derrubar a resistência do último reino local que lutava pela sua independência. Os ingleses introduzem então culturas destinadas ao consumo da metrópole, como o café e o chá, produtos que dariam renome ao Ceilão pela sua excelente qualidade.

No século XX um forte movimento nacionalista desenvolve-se em Ceilão, e este conquista em 1948 a sua independência no quadro da Commonwealth britânica. Sob a direcção de Sir John Kotelawala e do primeiro-ministro S.W.R.D. Bandaranaike, Ceilão desenvolve uma política externa activa e anticolonialista. Em Agosto de 1954, Bandaranaike reúne-se em Colombo com Nehru da Índia, Mohamed Alí do Paquistão, U Nu da Birmânia e Sastroamidjojo da Indo-

nésia, numa conferência da qual surge a cimeira dos países afroasiáticos de 1955 em Bandung, percursora do Movimento dos Países Não-Alinhados.

Nos finais da década de 50, a maioria tâmil é responsável por uma série de levantamentos secessionistas e, em Setembro de 1959, o primeiro-ministro

é assassinado. A sua viúva consegue conduzir o *Sri Lanka Freedom Party* à vitória eleitoral em 1960, apesar de nunca ter participado activamente na política. Governando em coligação com os partidos comunistas e trotskistas, em 1962 nacionalizou o petróleo e várias empresas norte-americanas. Em 1965 é derrubada por uma coligação direitista, e, em 1970, recupera o governo com uma esmagadora maioria eleitoral a seu favor.

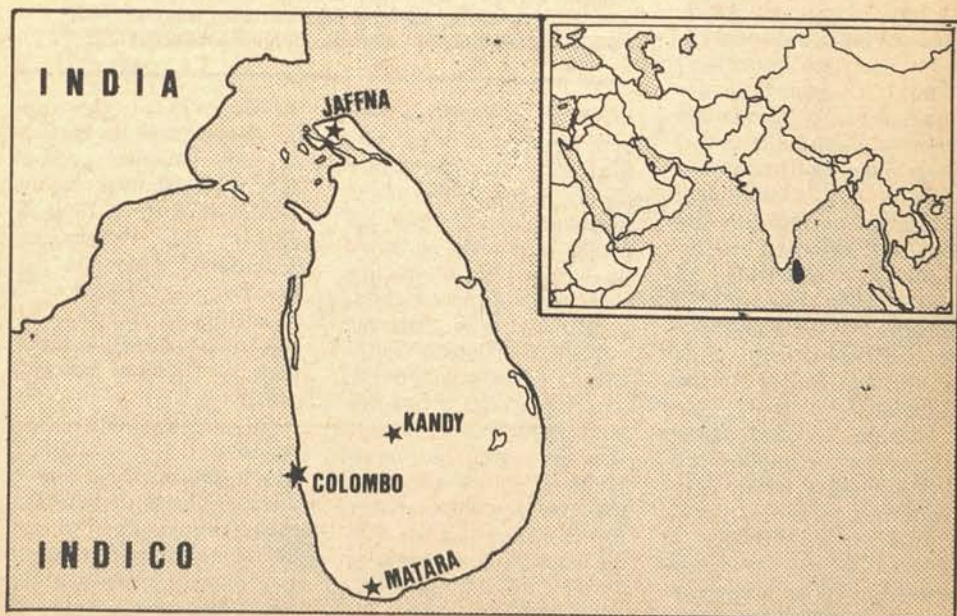
Deve então enfrentar uma insurreição guerrilheira autodefinida como "guerrilha", a qual consegue subjugar, não sem certos acontecimentos repressivos. Porém, não abandona a sua política anti-imperialista e em 1972 proclama a República de Sri Lanka, cortando os últimos vínculos formais com a coroa britânica.

Inicia-se então uma Reforma Agrária que nacionaliza as plantações de chá, controladas por empresas

britânicas, mas não melhora substancialmente as condições de vida do campesinato. O problema da minoria nacional tâmil — que socialmente se situa nos estratos mais baixos — tão pouco pôde ser resolvido satisfatoriamente. Finalmente, a inflação galopante (trezentos por cento entre 1970 e 1977), o desemprego, as dificuldades de abastecimento de produtos básicos para a população, as acusações de nepotismo, a recusa da intelectualidade quanto à censura, à imprensa e ao "estado de emergência" vigente desde 1971, deram a vitória à oposição nas eleições de Julho de 1977.

O *United National Party* de Junius Jayewardene obtém uma ampla maioria parlamentar, seguido pela *Frente de Libertação Tâmil*. O novo primeiro-ministro apesar da sua definição "socialista" introduz uma política económica de abertura ao capital transnacional.

O projecto consiste em converter o país num *enclave exportador*, semelhante a Hong Kong, Singapura ou Formosa. Está previsto estabelecer uma zona franca de duzentas milhas quadradas para a instalação das transnacionais livres de impostos. O "socialismo" de Jayewardene garante-lhes também que, fora desta área, o país não impulsionará nenhum tipo de desenvolvimento industrial. Jayewardene revê, além do mais, a constituição parlamentar reforçando as atribuições do Poder Executivo e promoveu-se presidente, para dispôr dos mecanismos de coerção necessários para aplicar o seu modelo económico antipopular. A senhora Bandaranaike desenvolve uma oposição activa com a esperança de reconquistar o governo uma vez mais, enquanto a maioria tâmil, que inicialmente apoiou Jayewardene, começa a distanciar-se ao ver frustradas as suas aspirações de autonomia.



suazilândia



HABITADO desde o século XVI por populações de origem bantu, o território da actual Suazilândia, assim como o resto da África Austral, foi cenário de sangrentas lutas nos finais do século XVIII. Por um lado, os colonizadores britânicos e holandeses (*boers*) lutavam entre si pela partilha destas ricas terras. Por outro a erupção do colonialismo ocasionou migrações dos povos africanos, que resultaram em conflitos entre eles, habilmente aproveitados pelos europeus.

O chefe bantu Sobhuza conseguiu refugiar-se com o seu povo na região montanhosa e assim se manteve à margem dos ataques que os Zulus — pastores e guerreiros — desencadeavam contra os povos agricultores. Ao morrer em 1839, deixou constituído um Estado. Seu filho e sucessor, Mswazi, não pôde defender a independência frente aos embates dos Zulus e dos *boers* e em 1840 aceitou a "protecção" militar que ofereciam os ingleses. Em 1867, a Suazilândia era formalmente convertida em protectorado britânico, à semelhança da Basutolândia (actual Lesoto) e da Bechuanalândia (actual Botswana).

Quando Londres derrotou os *boers* e impôs o seu domínio sobre toda a África do Sul, estes países continuaram submetidos a uma administração colonial separada, apesar das reclamações dos colonos sul-a-

A TERRA: 17,363 km².

O POVO: 540 000 habitantes em 1978. **Gentílico:** suazi. **Idiomas:** suazi e inglês (oficiais). **Religião:** cristã e animista. **População urbana:** 8%. **População economicamente activa:** 230 000. Destes, 75% dedicam-se à *agricultura*. **Crescimento anual:** 2,4%. **Esperança de vida:** (1975) H:42, M:45. Um médico por cada 9130 habitantes (1975). **Analfabetos:** 64% (1975). **População estudiantil:** 21%. **Universidades:** 1 com 460 estudantes (1975). **Jornais:** 2 revistas com 53 000 exemplares (1974). Por cada mil habitantes há: 111 *aparelhos de rádio* e 14 *automóveis*. Cada habitante consome 2068 *calorias diárias*.

O ESTADO: Ngwane. **Capital:** Mbabane, com 30 000 habitantes (1977). **Festa nacional:** 6 de Setembro, Independência (1968). **Governo:** Sobhuza II, rei; coronel Maphevu Dlamini, primeiro-ministro. Em 1977 o monarca anunciou que o Parlamento (dissolvido em 1976) seria substituído pelas instituições tribais e tradicionais. **Professores:** 3000 (1975). **Despesa em educação:** 11 milhões de dólares (1975); 4,82% do PNB (1975).

A ECONOMIA: 240 milhões de dólares de PNB em 1976. Com origem em *agricultura*, 27%; *indústria mineira*, 4%; *indústria*, 19% (1975). **Crescimento anual do PNB:** 8,6% *real*; 5,3% *per capita* (1970-76). **PNB per capita:** 470 dólares em 1976. **Rendimento mensal de um operário não qualificado:** 50 dólares (1976). **Moeda:** lilangeni; 0,84 por dólar (Março 1979). **Preços ao consumidor:** 100 em 1970; 226,5 em Dezembro 1978. **Importações:** 150 milhões de dólares (1976). **Exportações:** 140 milhões de dólares (1976): açúcar, 54%; polpa de madeira, 9%; minério de ferro, 9% e asbesto, 7%, *dirigidas para:* Reino Unido, 25%; Japão, 24% e África do Sul, 21%. Em 1975 o pagamento da dívida externa consumiu 2% das exportações.

OS PARTIDOS POLÍTICOS: Todas as organizações políticas foram dissolvidas em 1973. Até esse momento actuavam publicamente o **Partido Progressista**, fundado em 1929; a **Frente Unida** (1962), o **Congresso Nacional de Libertação Ngwane** (1962) e o **Movimento Nacional de Libertação Imbokodvo** (1964).

ficanos, que queriam também estender-se para estes territórios. As autoridades tribais foram formalmente reconhecidas em 1941, segundo o critério britânico de servir-se de intermediários "nativos" para facilitar a administração colonial.

Quando a União Sul-Africana corta, em 1961, os seus laços com a Grã-Bretanha, endurecendo a política de segregação racial, Londres resolve acelerar o processo descolonizador na região. Concede à Suazilândia a autonomia interna em 1967, e no ano seguinte, a independência formal.

Sobhuza II foi reconhecido como Chefe de Estado, devendo governar com as câmaras legislativas. No dia 12 de Abril de 1973 o rei dissolve este Parlamento, acusando-o de conter *elementos destrutivos* e proclamou-se monarca absoluto, proibindo a actividade de todos os partidos políticos.

Na verdade Sobhuza pôs-se ao serviço dos colonizadores sul-africanos que o seu avô havia combatido. As comunicações, o correio, o transporte, a moeda e a banca da Suazilândia, dependem totalmente da

África do Sul. Empresas sul-africanas exploram o amianto e o ferro do país, peritos sul-africanos manejam a administração pública do reino — o que lhe assegura um controlo muito eficaz — e controlam a produção agrícola. O algodão, principal produto de exportação, é comercializado por intermediários sul-africanos. E como os *boers* são muito puritanos, instalaram na Suazilândia os prostíbulos e *cabarets* que a férrea — e hipócrita — moralidade oficial proíbe no seu país.

Além do mais, como o país carece de fontes de emprego suficientes, milhares de trabalhadores emigram todos os anos para trabalhar nas minas de ouro sul-africanas. O dinheiro que enviam para as suas famílias representa vinte e cinco por cento dos rendimentos da Suazilândia.

Naturalmente, em tal situação, não poderia deixar de se manifestar o descon-



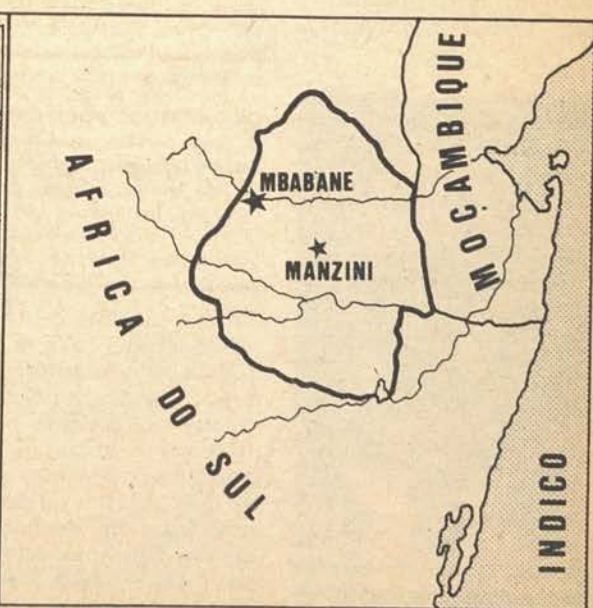
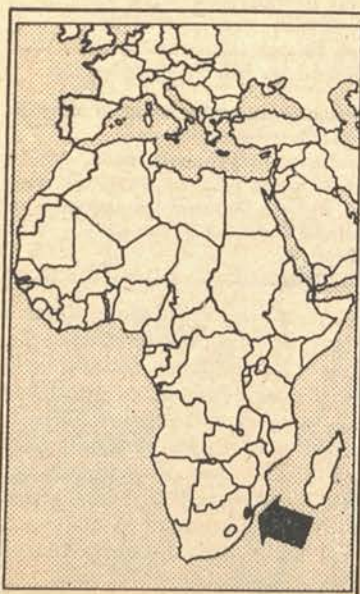
Uma neocolónia do apartheid que desperta

tentamento popular. Sobretudo depois que o vizinho Moçambique começou a demonstrar como semelhantes problemas de independência económica e cultural em relação à África do Sul podem ser solucionados numa perspectiva revolucionária.

Em Outubro de 1977, pela primeira vez em muitos anos, as ruas de Mbabane encheram-se de manifestantes contra o monarca ancião (setenta e nove anos), na sua maioria estudantes que se solidarizavam

com os seus professores em greve por melhorias salariais.

O governo respondeu acusando os estudantes sul-africanos refugiados na Suazilândia, depois dos massacres de Soweto, de terem instigado a rebelião. Porém, é óbvio que esta tem motivos mais profundos e concretos. Num continente em movimento, o regime de Sobhuza II não poderá permanecer muito mais tempo à margem da grande corrente histórica libertadora.





DESDE a antiguidade que o Sudão, o maior país da África, foi disputado por diferentes impérios. A parte norte, semi-desértica, do país fez parte do império dos faraós egípcios, enquanto que o sul pantanoso estava povoado por culturas negras neolíticas. Séculos depois o norte chegou a ser um dos centros culturais mais importantes do Islão e o sul, animista, transformou-se em canteiro de escravos.

O território foi unificado em 1820 por Mohamed Ali, pachá do Egipto, que o conquistou militarmente para o Império Otomano. As tropas turco-egípcias foram evacuadas durante a



General Numereyri: solidário com a política de capitulação de Sadate

sudão

A TERRA: 2 505 813 km².

O POVO: 17 370 000 habitantes em 1977. **Gentílico:** sudanês. **Idiomas:** árabe (oficial), dialectos sudaneses no sul. **Religião:** islâmica (oficial), cultos animistas no sul.

População urbana: 13%. **População economicamente activa:** 5 065 000. Destes, 79% dedicam-se à agricultura. **Crescimento anual:** 2,5%. No ano 2000 serão 30 milhões. **Esperança de vida:** (1975) H:47, M:50. **Mortalidade infantil:** 93 por mil. Um médico por cada 12 230 habitantes (1975). **Analfabetos:** 81% (1975). **População estudantil:** 8%. **Universidades:** 3 com 12 500 estudantes (1974). **Científicos e engenheiros:** 13 792 (1972). **Jornais:** 4 diários (1975). Por cada mil habitantes há: 77 aparelhos de rádio, 6 televisores e 2 automóveis. Cada habitante consome 2074 calorias diárias.

O ESTADO: Jamhuryat ad-Dimocratiya as-Sudan. **Capital:** Cartum, com 400 000 habitantes (1977). **Festa nacional:** 1 de Janeiro, Independência (1956). **Governo:** General Jaafar Mohamed Numeiri, presidente. Todos os partidos políticos foram dissolvidos em 1969 e posteriormente criou-se a União Socialista Sudanesa. O Partido Comunista foi duramente reprimido. Em troca, em 1977, foi autorizado o funcionamento do ultra-direitista partido Mahdista, o que se classificou como o início da "reconciliação nacional". **Forças armadas:** 52 600 efectivos. **Professores:** 44 000 (1975). **Despesa militar:** 2,4% do PNB (1975). **Despesas em educação:** 25 milhões de dólares (1975); 0,58% do PNB (1975).

A ECONOMIA: 4600 milhões de dólares de PNB em 1976. Com origem em: agricultura, 41%; indústria, 16%; serviços, 43% (1976). **Crescimento anual do PNB:** -0,9% real; -3,3% per capita (1970-76). **PNB per capita:** 290 dólares em 1976. **Desemprego:** 6,68% (1976). **Moeda:** libra sudanesa; 0,40 por dólar (abril 1979). **Taxa anual de inflação:** 3,5% (1970-76). **Preços ao consumidor:** 100 em 1970; 317,2 em Dezembro 1978. **Importações:** 1060 milhões de dólares (1977). **Exportações:** 661 milhões de dólares (1977): algodão, 45%; nozes e sementes oleaginosas, 33%; matérias-primas vegetais, 6% (1975), dirigidas para: Itália, 7%; França, 14%; China, 8%; Egipto, 7%; Alemanha Federal, 6% (1975). **Reservas:** 24 milhões de dólares no total (Março 1979). Em 1976 o pagamento da dívida externa consumiu 16,7% das exportações.

OS PARTIDOS POLÍTICOS: União Socialista Sudanesa, oficialista, único partido legal desde 1971.

Partido Comunista Sudanês, sofre intensa repressão desde 1971.

Partido Umma, liderado pelo dirigente religioso Sadek al-Mahdi, constitui, juntamente com o Partido Democrático Unionista de Sherif al-Hindi e a Frente Nacional Sudanesa, a oposição semi-legal a partir da amnistia parcial de 1978.

revolta mahdista de 1881-1898. Nestes anos a expansão do colonialismo europeu chegava ao Sudão, ponto de conflito entre franceses e britânicos. Os primeiros controlavam quase toda a África Ocidental e projectavam estender-se em direcção ao Oceano Índico. Os segundos sonhavam em unir sob o seu do-

mínio a Cidade do Cabo e o Cairo, que ocupavam desde 1882. Em 1898 os ingleses derrotam os mahdistas, e no ano seguinte formalizam o seu domínio colonial, sob a forma de um protectorado anglo-egípcio que se manteve quase sem alteração até depois da Segunda Guerra Mundial.

Em 1950 começa a cres-

cer no Sudão um poderoso movimento nacionalista que conquista em 1953 um estado de auto-governo e, em 1955, a eleição de um Parlamento inteiramente sudanês, que proclamou de imediato a independência.

A população do sul, entretanto, não via solução para os seus problemas, já que ficava deslocada e sem participação real na política do país. Cinco meses antes da independência, rebenta uma guerra civil que se prolongará durante dezasseis anos.

No entanto, a situação económica da região não mudou substancialmente e continua a ser fonte de mal estar social. Ao mesmo tempo, devido ao afastamento de Numeiri dos princípios programáticos da União Socialista Sudanesa, o descontentamento estende-se a outros sectores. Em várias ocasiões os oficiais nacionalistas têm tentado depôr Numeiri e corrigir o

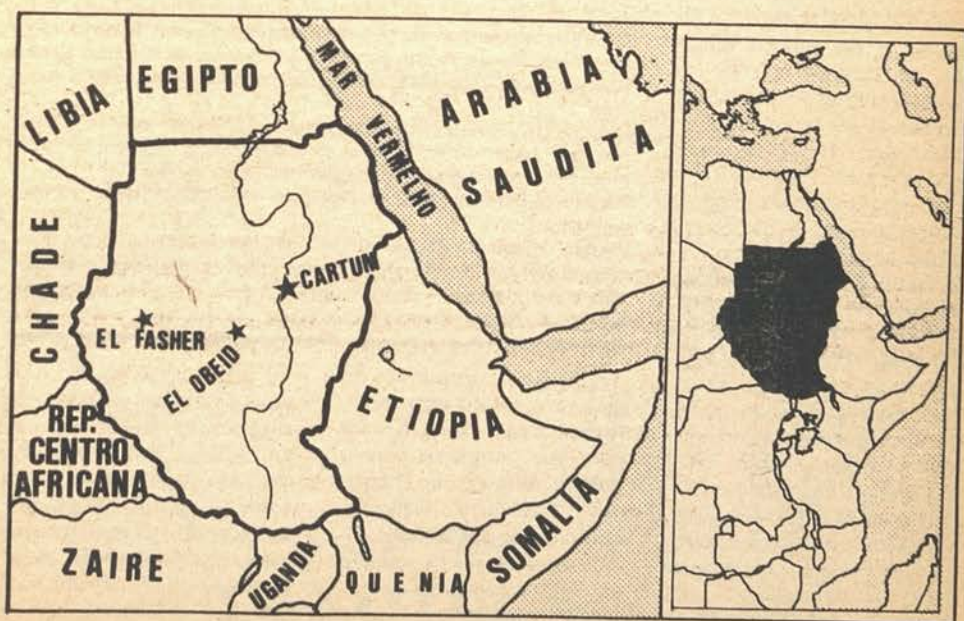
rumo do processo, desvirtuado pela estreita aliança com o Egipto de Sadate e a monarquia saudita. Numeiri tem conseguido até agora dominar estas insubordinações, que culminaram sempre com fuzilamentos maciços. Em Maio de 1977 foi reeleito presidente por um novo período de seis anos. Pouco depois o governo de Cartum anunciou o início de um processo de "reconciliação nacional", que permitiu o regresso ao país dos mais destacados líderes políticos no exílio e deu espaço aos partidos até então opositores, o *Ansar* e os *Irmãos Muçulmanos*. No entanto, o *Partido Comunista Sudanês* — que chegou a ter grande peso nos primeiros anos da república — e a *Frente Nacional* do ex-ministro das Finanças Sherif al-Hindi, ficaram à margem.

Quando se assinou a trégua, em Março de 1972, quase um milhão de suda-

neses havia perdido a vida. O governo do general Gafar al-Numeiri, que tomou o poder em 1969, num golpe qualificado de "nasserista" e proclamou a República Democrática, prometeu apoio para a reconstrução e o desenvolvimento do sul, que passou a ter certa autonomia administrativa.

A política de "reconciliação" não teve o efeito inicialmente esperado pela oposição de possibilitar uma política mais independente da do Egipto. Pelo contrário, o seu alinhamento com o Cairo levou-o, em 1979, a romper relações com o Iraque, Síria e outros países árabes progressistas, embora no plano interno os líderes muçulmanos exijam o seu derrube.

Estes grupos criticam Numeiri pelo seu apoio à política de Sadate em relação a Israel, e fazem eco do mal-estar da oficialidade pelo pacto egípcio-sudanês de defesa mútua de 1976.





suriname

A TERRA: 163 265 km².

O POVO: 462 000 habitantes em 1978. **Gentílico:** surinamês. **Idiomas:** holandês (oficial), taki-taki (crioulo), hindú, javanês e espanhol. **Religião:** católica, protestante, hindú.

População urbana: 50%. **População economicamente activa:** 111 000. Destes, 19% dedicam-se à agricultura. **Crescimento anual:** 2,2%. **Esperança de vida:** (1963) H.63, M.68. **Mortalidade infantil:** 30 por mil. **Um médico por cada 2030 habitantes** (1974). **Analfabetos:** 16% (1974). **População estudantil:** 32%. **Universidade:** 1 com 2138 estudantes (1975). **Jornais:** 7 diários com 33 000 exemplares (1975). Por cada mil habitantes há: 261 *aparelhos de rádio*, 81 *televisores* e 54 *automóveis*. Cada habitante consome 2376 *calorias diárias*.

O ESTADO: Republik van Surinam — República de Suriname. **Capital:** Paramaribo com 150 000 habitantes (1977). **Festa nacional:** 25 de Novembro, Independência (1975). **Governo:** Johan Henrie Eliza Ferrier, presidente; Henck Arron, primeiro-ministro. Nas primeiras eleições depois da independência (1977) a coligação governamental obteve vinte e quatro das trinta e nove bancadas da Assembleia Nacional. A oposição de direita agrupou-se na União de Partidos Democráticos. **Forças armadas:** 600 efectivos.

A ECONOMIA: 550 milhões de dólares de PNB em 1976. Com origem em: *agricultura*, 7%; *indústria mineira*, 28%; *indústria*, 8% (1973). **PNB per capita:** 1370 dólares em 1976. **Rendimento anual de um operário:** 81 dólares (1974). **Desemprego:** 27% (1975). **Moeda:** guilders; 1,765 por dólar (Abril 1975). **Preços ao consumidor:** 100 em 1970; 205,4 em Dezembro de 1978. **Importações:** 292 milhões de dólares (1977). **Exportações:** 330 milhões de dólares (1976): metais não ferrosos, 72%; alumínio, 14%; arroz, 5%; frutas, 1% (1973); *dirigidas para:* EUA, 39%; Alemanha Federal, 15%; Holanda, 13%; Noruega, 9%; Itália, 7% (1970). **Reservas:** 116 milhões de dólares no total (Dezembro 1976).

OS PARTIDOS POLÍTICOS: Nas primeiras eleições depois da independência (1977), a **Combinação Nacional de Partidos (NPK)**, de centro-esquerda, obteve 24 dos 39 lugares da Assembleia Nacional.

O partido maioritário da NPK é o **Nacional Surinamês** do primeiro-ministro Henck Arron. Em 1979 foi expulso da aliança o **Kaum Tani Persetuan Indonésia**, que agrupa os cidadãos de origem indonésia.

Partidos Democráticos Unidos, coligação opositora de direita liderada por Jaggernauth Lachmon, secretário-geral do **Partido Reformista Progressista** (Progressive Reform Party).

Partido Comunista (PC). Nas eleições de 1973 alcançou 1% dos sufrágios.

Partido Hindú Unificado (UHP — United Hindustan Party), de oposição. Partido numericamente importante, conservador e fechado na sua etnia vê a ascensão política dos "crioulos" como uma ameaça para os interesses dos hindús.

NA sua tentativa de se estabelecer nos territórios americanos recém-descobertos, o imperialismo holandês desembarcou, na América do Sul, nos princípios do século XVII. Os portugueses rechaçaram-nos do norte do Brasil, mas na zona pouco explorada das Guianas, os holandeses conseguiram instalar-se, iniciando um próspero — e desumano — comércio de escravos.

Quando a escravidão foi abolida em 1863, esta mão-de-obra foi substituída pelo trabalho semi-escravizado de imigrantes hindus e javaneses. Gerou-se assim na Guiana uma estrutura étnica complexa, com o grupo hindu — o mais reticente quanto a misturas e fortemente apegado às suas tradições culturais — em maioria relativa, seguido pelos *crioulos* (descendentes de escravos), os javaneses, os negros "cimarrones" (cujos antepassados foram escravos fugidos para a selva), os índios americanos e uma pequena minoria europeia.

As diferenças étnicas, culturais e idiomáticas dificultaram o aparecimento de uma consciência nacional, e as expressões políticas tenderam a surgir à volta das comunidades raciais, sobretudo porque estas coincidem em grandes traços com as divisões sociais.

Assim, os *crioulos*, agrupados no NPK (*National Party Kombination*), uma coligação de quatro parti-

dos de centro-esquerda, dirigiram a luta independentista a partir da II Guerra Mundial, enquanto que o *Vaatan Hitkarie* de Jaggernath Lachmon, representando a população hindu — em grande parte comerciantes e empresários — tentou postergá-la.

Em Outubro de 1973, os nacionalistas ganham as eleições e Henck Arron, um liberal, líder do NPS (*Partido Nacional do Suriname*) converte-se em primeiro-ministro do Governo local, que desde 1954 tinha um certo grau de autonomia.

A iminência da independência levou muitos surinameses das classes média e alta, a aproveitar a sua condição de cidadãos holandeses para emigrar para a metrópole. Estima-se que entre 100 000 e 150 000 pessoas — na sua maioria hindus — abandonaram o país em 1974, provocando uma grave escassez de quadros técnicos, profissionais e administrativos. No entanto, crioulos e hindus reconciliaram-se nas vésperas da independência, e esta foi celebrada com um abraço entre Arron e Lachmon em Novembro de 1975.

Com o apoio de programas de desenvolvimento do Governo holandês, o Suriname propõe-se "criar em trinta anos uma economia livre e independente e dedicar a maior parte dos recursos à emancipação social das classes mais pobres", dirigindo a atenção para o interior do país, despovoado, e em grande parte inexplorado.

A base da economia é a

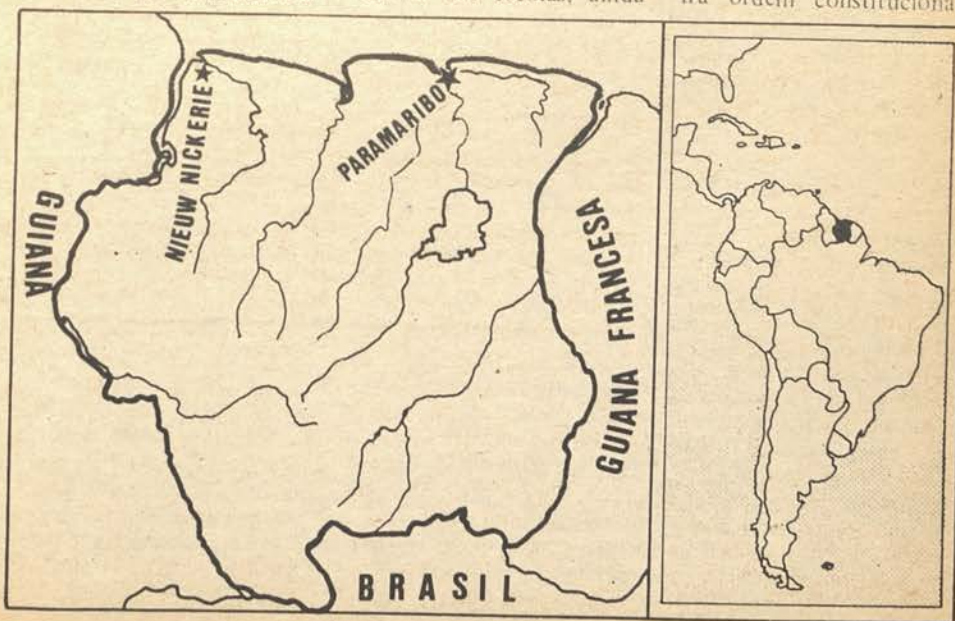


Uma neocolónia do apartheid que desperta

bauxite, da qual o Suriname é o terceiro produtor mundial. A extracção do mineral foi nacionalizada e o Estado controla os cem por cento da *Grasalco*, a maior empresa de alumínio do país. Também foram nacionalizados o gás, a electricidade e grande parte da banca, enquanto que, para novos investimentos na exploração de recursos naturais, se estabelece um máximo de quarenta e nove por cento de capital estrangeiro. O país esforça-se por se integrar no resto da América Latina, e o espanhol foi oficializado como segundo idioma nas escolas, ainda

que haja um forte movimento em favor do inglês.

Nas eleições de Outubro de 1977, a coligação governamental obteve uma cómoda maioria para dar continuidade à sua linha, apesar do **Partido Nacional Republicano** (nacionalista de esquerda) ter sido excluído do gabinete. Uma dura prova para a estabilidade das instituições democráticas — pouco comuns na actual América do Sul — foi ultrapassada em 1977, quando o ministro da Agricultura foi condenado a prisão por corrupção sem que isso provocasse qualquer alteração na ordem constitucional.





pretende completar
a sua colecção dos

cadernos do
terceiro mundo ?

dirija-se, por carta, à
TRICONTINENTAL EDITORA, LDA.
Rua Pinheiro Chagas, 41-2.º Dt.
1000 LISBOA

ou pessoalmente a uma das seguintes livrarias

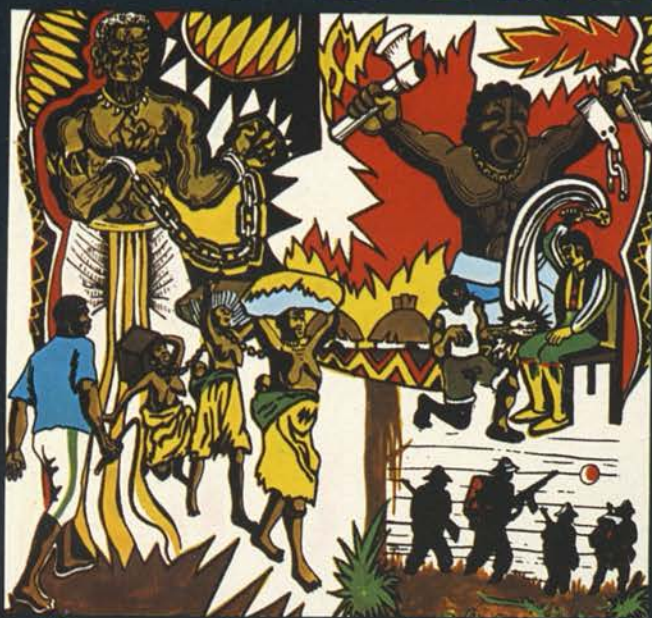
CDL — Livraria Popular de Angra — Rua D. Amélia, 78-80 *Angra do Heroísmo*.
Livraria Popular de Beja — Rua Mértola, 89 *Beja*
Interlivro — Terreiro da Erva, 6 *Coimbra*
Livraria Bento Jesus Caraça — R. Alcárcova de Baixo, 13 *Évora*
Livraria Populr de Faro — R. 1.º de Dezembro, 13 *Faro*
Interlivro — R. Pedro Nunes, 9-A *Lisboa*
CDL — Av. Santos Dumont, 57-C *Lisboa*
Livraria Popular dos Olivais — R. Cidade Quelimane, 3-C *Lisboa*
Livraria 18 de janeiro — R. Antónia Campos Júnior, 18 *Marinha Grande*
Livraria Avante — R. de Aviz, 26 *Porto*
Livraria Caminho — R. Pedro de Santarém, 41 *Santarém*
Livraria Mundo Novo — Av. da República *Setúbal*
Livraria Popular de Viana — R. da Picota, 38-40 *Viana do Castelo*
Livraria Soeiro Pereira Gomes — R. Serpa Pinto, 77 *Vila Franca de Xira*

ou
Opinião — R. Nova da Trindade, 24 *Lisboa*

**Uma voz
da Revolução Moçambicana**

Tempo

3 fevereiro 1980



**dia dos heróis
moçambicanos**

Revista semanal ilustrada.

Redacção: Av. Ahmed Sekou Touré, 1078-A

Caixa Postal 2917 — Maputo — República Popular de Moçambique

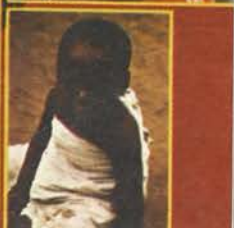
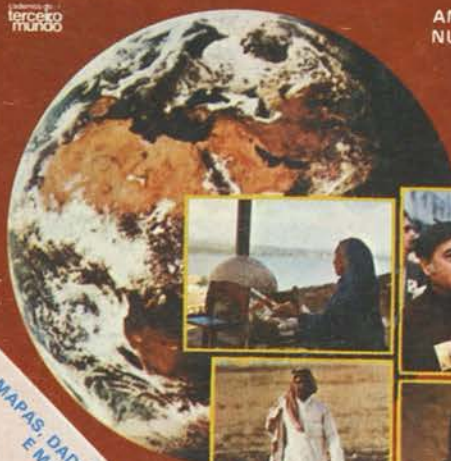
Saiu o Guia do Terceiro Mundo 1980



Suplemento anual dos
volumes do
terceiro
mundo

ÁSIA, ÁFRICA E
AMÉRICA LATINA
NUM SÓ VOLUME

HISTÓRIA
GEOGRAFIA
ECONOMIA
POLÍTICA



MAPAS, DADOS ESTATÍSTICOS
E MONOGRAFIAS
DE MAIS DE
130 PAÍSES



.. de que nem todos gostam.